

CIBEC/INEP



B0003373

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

A EDUCAÇÃO NO PARANÁ

(Síntese sôbre o ensino público elementar e médio)

CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS
DO ENSINO MÉDIO E ELEMENTAR (CILEME)
PUBLICAÇÃO Nº 3 1954

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

A EDUCAÇÃO NO PARANÁ

(Síntese sobre o ensino público elementar e médio)

CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS
DO ENSINO MÉDIO E ELEMENTAR (CILEME) .
PUBLICAÇÃO N.º 3 1954

ÍNDICE

	Pág.
Apresentação	5
Introdução	7
Fundamentos geo-sociais	9
Fundamentos bio-psicológicos	21
A criança e o adolescente do Paraná	37
O sistema escolar público no Paraná	51
Administração Central da Educação Pública	106
Conclusões*	118
Referências	128

APRESENTAÇÃO

Continuando a série de monografias sobre os sistemas estaduais de educação, a CILEME incumbiu o **Prof. Erasmo Pilotto** de realizar um estudo sobre o Paraná, onde foi professor e diretor de escolas normais e Secretário da Educação e Cultura.

Entregue à responsabilidade do seu autor, o presente trabalho tem aspectos próprios quer no seu plano de execução, quer no tratamento do assunto, constituindo, por isso, mais uma contribuição que a CILEME oferece aos estudiosos de educação para a interpretação e a compreensão da escola brasileira, em suas qualidades positivas e negativas.

Anísio Teixeira

Diretor do INEP

OBRAS DO PROF. ERASMO PILOTTO

- **Emiliano** — Editora Gerpa — Curitiba — 1945
- **Prática de Escola Serena** — Tipografia João Haupt e Cia. Ltda. — Curitiba
- **Reorganização do ensino secundário** — Oração de paraninfo — Curitiba — 1949
- **A Educação é direito de todos** — Papelaria Max Roesner — Curitiba — 1952
- **João Turin** — Imprensa Paranaense — Curitiba — 1952.
Compilações e elaborações para o serviço público, editadas oficialmente:
- **Ante-projeto de Lei Orgânica da Educação** — Plano do Governo do Estado do Paraná — Imprensa Oficial do Estado — 1949
- **Curso primário. Programas experimentais** — Imprensa Oficial do Estado — 1950
- **Cursos normais regionais. Instruções para sua organização e funcionamento** — Imprensa Oficial do Estado — 1950

I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho é realizado por solicitação e segundo plano da Campanha de Inquéritos e Levantamentos sobre o Ensino Médio e Elementar (CILEME), do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério de Educação.

O objetivo é um levantamento sobre o ensino público elementar e médio no Estado do Paraná.

Nesse sentido, e dentro do plano que nos foi traçado, procuraremos, primeiro, ver os fundamentos geo-sociais e, depois, os fundamentos biológicos desse sistema de ensino.

Estudar-se-â, após isso, o sistema educacional público implantado: as suas origens, a sua evolução, a sua estrutura atual e os seus problemas.

Dado que este estudo destina-se a ser publicado dentro dos padrões de uma série, deve conformar-se com os seus limites e será, por isso, uma síntese.

O nosso trabalho será, sobretudo, o de compilar e ordenar. Reunir e ordenar. Construir uma base'ordenada para o estudo.

Devemos reconhecer que muitos dos dados compilados são, muitas vezes, insuficientes quer como amostra representativa da totalidade das regiões do Estado, quer, mesmo, como de cada um dos aspectos que a pesquisa considerou.

De outro lado, esses elementos todos estão sendo, agora, recolhidos pela primeira vez (e devêmo-lo à CILEME) e, por

isso mesmo, não tiveram, na maior parte dos casos, influência sobre o sistema educacional público.

Tivemos a felicidade de contar com muito valiosa cooperação individual e de instituições, que nos facilitaram o acesso aos dados necessários para a elaboração deste levantamento. Pessoalmente, somos gratíssimos a todos. Sem eles, seria impossível o presente trabalho.

Erasmio Pilotto

FUNDAMENTOS GEO-SOCIAIS

Podemos considerar o Paraná dividido em duas grandes regiões, — a do litoral e a do planalto — separadas pela Serra do Mar, que corre em direção mais ou menos paralela à linha da costa.

A zona do litoral é estreita e baixa, tropical quente, propícia às doenças tropicais. Se, dentro dessa região, avançarmos do mar para o interior, vamos encontrando : uma faixa de praias, de mangues, de restingas e de u'a mata típica ; zonas com culturas de canaviais, bananas, etc. («matos secundários com culturas de bananas, canaviais, etc») ; e, em seguida, a mata pluvial tropical. (12 b).

Esta mesma mata, salvo nos pontos mais elevados e em alguns pontos situados mais para o sul, cobre também a Serra do Mar. «A serra cristalina do Paraná é estreita e suas encostas são tão íngremes que oferecem pouco espaço para a colonização». (11, pág. 175).

Transpondo a Serra, estamos na região do Planalto. «No Estado do Paraná, o planalto consiste de três níveis ou andares diferentes. Atrás da grande escarpa, ao longo da costa, estende-se o chamado primeiro planalto, que é composto de rochas cristalinas e forma uma região suavemente ondulada, com altitudes entre 800 e 900 metros. Aí está localizada a capital do Estado, Curitiba. Para oeste, segue-se o segundo

Os números em negrito entre parênteses remetem às notas bibliográfica no fim do trabalho.

planalto, que é constituído de sedimentos paleozóicos ; mergulham eles suavemente para oeste e formam uma «cuesta» voltada para leste com uma altitude relativa de cerca de 200 metros. A superfície do planalto forma, por conseguinte, uma espécie de teto achatado que descamba moderadamente dos 1100 metros a leste até cerca de 700 metros a oeste. Aparece então o terceiro planalto, que é composto por derrames de diabásio e basalto, formação denominada «trapp», da qual se deriva, no norte do Paraná, a famosa e muito fértil terra roxa. O terceiro planalto também forma uma «cuesta» voltada para leste com uma altitude de cerca de 1100 metros acima do nível do mar e um teto achatado com declive para oeste, que desce a 500 e 300 metros de altitude ao longo do vale do rio Paraná» (11, pág. 160).

De outra parte, retenhamos a divisão que, segundo outro critério, adota o IBGE, nas suas estatísticas sobre o Estado : zona do litoral, zona do Alto Ribeira, zona do Planalto de Curitiba, zona dos Campos Gerais, zona de Tomazina, zona do Norte, zona de Tibagi, zona de Iratí, zona de Guarapuava, zona do Ivaí, zona do Iguaçu e zona do sertão do rio Paraná (8).

Toda a região do planalto é fria nas altitudes acima de 500 a 700 metros, com exceção da região do norte do Estado, que, colocada na região limítrofe do trópico de Capricórnio, só é fria a partir dos 800 a 900 metros. Se recordarmos que, a oeste, ao longo do vale do rio Paraná, situámo-nos a 300 e 500 metros de altitude, teremos, em regra, então: clima quente em todo o semi-círculo formado pela faixa do litoral, pelo norte e pelo vale do rio Paraná ; clima frio em todo o resto do planalto, isto é, no centro e no sul. Chamemos a esta última região, a zona das geadas. Em alguns pontos há nevascas eventuais. «É verdade que apenas trata-se de neves de poucas horas durante o dia que dependem de raras condições de irradiação especial do vento sul» (12 a, pág. 116).

O regime das chuvas é normalmente satisfatório em todo o Estado, ainda que sensivelmente diminuído nos meses de inverno.

Segundo Reinhard Maack (12 a), e de um ponto de vista fitogeografia):

— Em torno de Curitiba, uma zona de culturas efetivas, numa faixa mista de mato secundário e campo. Na agricultura, regime de rotação das culturas. O resto do planalto de Curitiba e a zona do Alto Ribeira que lhe fica contígua ao norte, é uma zona de mato secundário, na região das graucárias, praticando-se na agricultura, predominantemente, ainda, um regime de rotação das terras. Ultrapassando-se o planalto de Curitiba e a zona do Alto Ribeira, se nos dirigirmos para oeste, encontramos a faixa dos Campos Gerais, desde o município de Sengés, limítrofe a nordeste com o estado de São Paulo, até Rio Negro, limítrofe com Santa Catarina. Na região do norte do Estado, seguindo de leste para oeste, encontramos a mata devastada da região pluvial tropical do planalto, substituída por cafezais, culturas de cereais e pastos. Pode-se dizer, talvez, que apenas marginando os rios é possível encontrar, ainda, aí, permanência da antiga mata tropical. Só quando atingimos o curso do rio Ivaí vamos reencontrar essa mata densamente conservada. Dai para diante, até atingir o rio Paraná, encontrámo-la ainda da mesma densidade, porém menos exuberante. Abaixo dessa extensa faixa do norte, e depois de passar os Campos Gerais, desde Curiuva e Ortigueira ao norte até as barrancas do rio Iguaçu ao sul, — vamos encontrar uma paisagem florística semelhante à do planalto de Curitiba e do Alto da Ribeira. A zona de Palmas e de Guarapuava, que vem em seguida a essa faixa, ao sul, repete a paisagem dos Campos Gerais. Depois disso, enquanto permanecemos ainda abaixo da faixa do norte, encontramos a mata das araucárias e, após, na medida em que nos aproximamos do rio Paraná, a mata pluvial sub-tropical do terceiro planalto. A zona das araucárias apresenta-se semeada de

planalto, que é constituído de sedimentos paleozóicos ; mergulham eles suavemente para oeste e formam uma «cuesta» voltada para leste com uma altitude relativa de cerca de 200 metros. A superfície do planalto forma, por conseguinte, uma espécie de teto achatado que descamba moderadamente dos 1100 metros a leste até cerca de 700 metros a oeste. Aparece então o terceiro planalto, que é composto por derrames de diabásio e basalto, formação denominada «trapp», da qual se deriva, no norte do Paraná, a famosa e muito fértil terra roxa. O terceiro planalto também forma uma «cuesta» voltada para leste com uma altitude de cerca de 1100 metros acima do nível do mar e um teto achatado com declive para oeste, que desce a 500 e 300 metros de altitude ao longo do vale do rio Paraná» (11, pág. 160).

De outra parte, retenhamos a divisão que, segundo outro critério, adota o IBGE, nas suas estatísticas sobre o Estado : zona do litoral, zona do Alto Ribeira, zona do Planalto de Curitiba, zona dos Campos Gerais, zona de Tomazina, zona do Norte, zona de Tibagi, zona de Iratí, zona de Guarapuava, zona do Ivaí, zona do Iguaçu e zona do sertão do rio Paraná (8).

Toda a região do planalto é fria nas altitudes acima de 500 a 700 metros, com exceção da região do norte do Estado, que, colocada na região limítrofe do trópico de Capricórnio, só é fria a partir dos 800 a 900 metros. Se recordarmos que, a oeste, ao longo do vale do rio Paraná, situámo-nos a 300 e 500 metros de altitude, teremos, em regra, então : clima quente em todo o semi-círculo formado pela faixa do litoral, pelo norte e pelo vale do rio Paraná ; clima frio em todo o resto do planalto, isto é, no centro e no sul. Chamemos a esta última região, a zona das geadas. Em alguns pontos há nevasdas eventuais. «É verdade que apenas trata-se de neves de poucas horas durante o dia que dependem de raras condições de irradiação especial do vento sul» (12 a, pág. 116).

O regime das chuvas é normalmente satisfatório em todo o Estado, ainda que sensivelmente diminuído nos meses de inverno.

Segundo Reinhard Maack (12 a), e de um ponto de vista fitogeográfico :

— Em torno de Curitiba, uma zona de culturas efetivas, numa faixa mista de mato secundário e campo. Na agricultura, regime de rotação das culturas. O resto do planalto de Curitiba e a zona do Alto Ribeira que lhe fica contígua ao norte, é uma zona de mato secundário, na região das araucárias, praticando-se na agricultura, predominantemente, ainda, um regime de rotação das terras. Ultrapassando-se o planalto de Curitiba e a zona do Alto Ribeira, se nos dirigirmos para oeste, encontramos a faixa dos Campos Gerais, desde o município de Sengés, limítrofe a nordeste com o estado de São Paulo, até Rio Negro, limítrofe com Santa Catarina. Na região do norte do Estado, seguindo de leste para oeste, encontramos a mata devastada da região pluvial tropical do planalto, substituída por cafezais, culturas de cereais e pastos. Pode-se dizer, talvez, que apenas marginando os rios é possível encontrar, ainda, aí, permanência da antiga mata tropical. Só quando atingimos o curso do rio Ivaí vamos reencontrar essa mata densamente conservada. Daí para diante, até atingir o rio Paraná, encontramo-la ainda da mesma densidade, porém menos exuberante. Abaixo dessa extensa faixa do norte, e depois de passar os Campos Gerais, desde Curiuva e Ortigueira ao norte até as barrancas do rio Iguaçu ao sul, — vamos encontrar uma paisagem florística semelhante à do planalto de Curitiba e do Alto da Ribeira. A zona de Palmas e de Guarapuava, que vem em seguida a essa faixa, ao sul, repete a paisagem dos Campos Gerais. Depois disso, enquanto permanecemos ainda abaixo da faixa do norte, encontramos a mata das araucárias e, após, na medida em que nos aproximamos do rio Paraná, a mata pluvial sub-tropical do terceiro planalto. A zona das araucárias apresenta-se semeada de

ervais. De comum, as terras da zona das araucárias são terras pobres e ácidas, bem como as das regiões dos campos. Já se sabe da excepcional feracidade das terras roxas do norte.

* * *

Se acaso se perguntar da razão de todos esses dados em um trabalho sobre a educação pública no Paraná, a resposta há de ser que tais elementos físicos foram decisivos na configuração da paisagem cultural. Os problemas resultantes estão gritantemente presentes. E, em muito e muito, dizem diretamente respeito à educação.

* * *

A linha histórica do desenvolvimento atual do Paraná começou pelo litoral, em Paranaguá. Começou há trezentos anos. O elemento português original. O motivo do ouro. Depois, o homem de Paranaguá transpôs a Serra do Mar e começa Curitiba. O gado, a terra, o garimpo. Tudo incipiente.

Mas essa Curitiba vai ser, desde logo, um centro de expansão do Brasil, para o sul e para o oeste. As bandeiras curitibanas.

De permeio com isso, um outro processo : o Paraná é uma região de passagem do gado vindo do Rio Grande do Sul para a feira de Sorocaba. Procurando as vias de acesso mais fácil e de defesa mais fácil, o caminho do gado evita a floresta e atravessa, de ponta a ponta, os Campos Gerais. Os caminhos da travessia são centros de povoamento. A zona dos campos, e então já atingíramos, também, os campos de Palmas e Guarapuava, é zona imprópria para a agricultura. Pelo menos, parecia. A pecuária. «Há nos Campos Gerais grandes porções de terras ocupadas por numerosos rebanhos de gado cavalari e bovino, às quais se dá o nome de «fazendas» ou «estâncias». Em cada uma delas há uma casa, às vezes regularmente construída e quase sempre sem decoração alguma,

onde residem os seus proprietários, homens geralmente pouco empreendedores e pouco afeitos a seguir a corrente dos tempos modernos. Os seus enormes terrenos são apenas aproveitados para a criação do gado. Plantam somente o necessário para o consumo próprio e ainda, assim, obedecendo a sistemas rudimentares e condenados pela moderna ciência agrícola. Aí não se vê um melhoramento notável, o menor vestígio de arado e do ancinho ! O «capataz» habita na mesma casa, e os «peões» residem quase sempre em galpões contíguos. O «peão» é o tipo símil do «gaúcho» riograndense, de rígida musculatura e maneiras lépidas e belicosas. Entretanto, o «peão» é jovial, expansivo, afável e hospitaleiro. Em seu íntimo perduram os sentimentos simples e afetivos da primitiva população rural brasileira... O serviço dos «peões» consiste em domar animais; ordenhar vacas, cujo leite é aproveitado no fabrico de queijos ; reunir o gado em certos e determinados lugares, chamados rodeios, onde dão sal à criação, castram os touros e potros e efetuam a marcação das crias. As geadas que ocorrem nos meses de maio, junho e julho ressecam o, capim dos campos, que então se transforma em alto macegal, impróprio para a nutrição dos animais, que por isso emagrecem e se tornam peludos. Mas, nos meses de agosto, setembro e outubro lança-se fogo aos campos afim de destruir os filamentos duros e fazer com que brotem rebentos novos e virentes... Durante a queimada dos campos o ar fica impregnado de fumo e cinzas que acompanham as corrente atmosféricas.. . O serviço das queimadas é feito durante o dia, que escurece devido às espessas nuvens de fumo que se espalham ; porém, quando os campos são extensos, o incêndio se prolonga até alta noite, mostrando-se fantástico e diorâmico aos que o contemplam de longe... Os Campos Gerais gozam de um ar puríssimo e delicioso (15).

A descrição, que devemos a Sebastião Paraná, corresponde à época de 1899. As características humanas aqui descritas, hoje, convêm, em parte, ainda, para definir a vida na

zona de Guarapuava. Na zona dos Campos Gerais, de comum, já andamos bem para a frente. O quadro das queimadas é perfeitamente atual.

Depois, pelos meados do século passado, um fato novo, de importância vital: a vinda, em massa, de alemães, italianos, poloneses, russos, etc. A imigração estrangeira, não-lusa. Houve os que se localizaram, no primeiro passo, no litoral. Mas terminaram fugindo do seu clima e riscos tropicais. Notemos, porém, agora, aquele fato decisivo : «A serra cristalina do Paraná é estreita e suas encostas são tão íngremes que oferecem pouco espaço para a colonização. Nestas condições, a zona da «tierra templada» e de matas latifolheadas perenes, que atraiu tantos colonos alemães em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, é imprópria para a colonização no Paraná» (11, pág. 175). No entanto, o solo daquelas matas no sul do Brasil «é uma argila vermelha, com uma camada castanho-escura de húmus na superfície ; é, por isso, muito apreciada pelos colonos, embora ocorra em declives inclinados e muitas vezes muito pedregosos» (11 pág. 162). Em consequência disso, a colonização estrangeira no Paraná, nessa fase, teve de fazer-se na região das geadas, sobre a zona dos campos e a zona das araucárias, — ambas zonas de solo pobre ou paupérrimo. Os campos eram praticamente considerados de todo impróprios para a agricultura. Os primeiros colonos agricultores que tentaram localizar-se nos campos foram os russo-alemães do Volga (4 pág. 30). Todos que descrevem a tentativa terminam falando no «desespero dos alemães do Volga» (18 pág. 56), pelo fracasso a que chegaram. As determinantes teriam sido o solo pobre e impróprio e a incapacidade de seu ínfimo nível de cultura (13 a pág. 422) para vencer essa deficiência profunda sem o auxílio adequado que não lhes soubemos dar, apesar dos esforços financeiros do governo brasileiro. Um plano perfeito contornou todas essas dificuldades, localizando numerosas colônias numa larga área em volta de Curitiba. Na faixa dos Campos Gerais,

o processo foi o mesmo, de situar as colónias em torno das cidades já de ponderável desenvolvimento. Um caso particular é a colonização de Rio Negro, situada na entrada da mata, no caminho do gado de Viamão a Sorocaba. Neste caso, desde o começo, a razão fundamental foi fazer aí um núcleo de proteção no ponto em que aquele caminho penetrava no sertão. «A localidade era constantemente ameaçada pelos índios botucudos, povoadores desse sertão» (13 a, pág. 408). Depois, saltando sobre a faixa dos Campos Gerais, atingíamos, como vimos, a plena zona da mata das araucárias. A colonização, aí, seguiu a trilha da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, na direção do sul, e a trilha do caminho para Guarapuava, na direção do oeste. O plano é racional. As dificuldades da colonização, como vimos, não eram pequenas, e os nossos administradores souberam ver e aplicar o único caminho capaz de conduzir a bom resultado, naquele momento. E esse fato teve repercussões profundas sobre a nossa vida coletiva.

Cultivando na zona da mata das araucárias, em solo pobre, o comum foi que essa agricultura se fizesse pelo muito primitivo sistema" da rotação das terras. (Estamos nos servindo, largamente, do fundamental estudo de Leo Waibel, que consideramos de grande importância divulgar, e passaremos, daqui em diante, ao estudo dos sistemas agrícolas do Estado, e de suas repercussões na paisagem cultural, a resumi-lo e citá-lo diretamente). Em que consiste o sistema de rotação das terras?... «A maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos, e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira ; na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nómade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais é chamado sistema de rotação de terras». Tal sistema, que nos teria vindo dos índios, passou ao povoador luso-brasileiro e daí aos novos colonos

não-lusos. Com frequência, «uma família pioneira começa o ciclo cultural comprando a terra numa área de mata deshabitada. Em seguida, derruba e queima a floresta, à maneira dos índios ; planta milho, feijão preto e mandioca usando cava-deira e enxada, e constrói uma casa primitiva, primeiramente de folhas de palmeiras, e, depois, de tábuas, geralmente sem janelas de vidro. Afim de utilizar o excesso de suas safras, cria porcos, e vende a banha ou os porcos vivos, em troca de alguns artigos de que necessita e que não produz. Tem ligação com o mundo exterior apenas por uma picada ou por estradas primitivas, e vive em grande isolamento».

Waibel estabelece, a seguir, a definição do estágio seguinte a este, que êle denomina sistema de rotação de terras, melhorado. Temos, então, maior densidade de população, vias de acesso melhores, novas culturas, criação de algumas cabeças de gado que fornecem manteiga e leite, o emprego do arado, maior produção, melhores condições económicas e melhor padrão de vida, mas, ainda, o sistema de rotação de terras e o uso do fogo para vencer a mata. Este é o sistema mais comum em nosso Estado. Ocorre, porém, que o período necessário para que um trato de terra, depois de entrar em «descanso,» possa recuperar a sua fertilidade primitiva, por este sistema, é de 10 a 12 anos em terras boas e de 15 a 20 em terras pobres. Como isso, visivelmente, não é possível, ocorre que as terras voltam a ser ocupadas antes de sua recuperação plena. Vem daí, que nas «áreas que estão sob cultivo durante 15, 25 ou 30 anos, tudo vai bem : as colheitas são grandes, os colonos prósperos, e há grande excedente da produção para o mercado. Entretanto, a maioria das áreas em cultivo durante 30 a 50 anos mostra claros sinais de estagnação e mesmo decadência. As safras correspondem somente a 1/3 ou 1/2 do que tinham sido há uma ou duas gerações passadas. Afim de compensar a queda da produção, os colonos passam a cultivar áreas maiores. Isto significa que o período de repouso em capoeira tem que ser encurtado, daí resultando que o solo deteriora mais rapidamente que dantes». E tal fato, dimi-

nuindo o nível económico, teria repercussões por assim dizer imediatas sobre o nível de vida, o nível cultural das populações, que entram em regressão de uma geração para outra.

O terceiro estágio é o da rotação das culturas, e não mais das terras, do uso do arado e da adubação. «Para conseguir adubo suficiente para fertilizar sua terra ou grande parte dela, necessita de 10 a 20 cabeças de gado, e tem que plantar forragens para alimentá-las, especialmente durante o inverno. Ademais, precisa de um estábulo sólido para guardar o gado durante à noite e também de um telheiro para proteger o estrume empilhado contra o sol e a chuva. Em outras palavras : a adubação está num plano económico muito mais elevado do que a lavra da terra e requer muito mais trabalho, capital e conhecimento».

«Somente cerca de 5 % de todos os colonos europeus do sul do Brasil alcançaram o terceiro estágio de desenvolvimento agrícola ; 50 % vivem no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45 % estão ou no primeiro ou na fase de decadência e estagnação do segundo.»

Estejamos atentos ao caso do caboclo que vive «à margem da vida económica» e aos aspectos de nossa vida económica que se apresentam como traços sobreviventes de uma economia de colheita.

E, agora, completando o quadro :

Nos dias de hoje, o Paraná assiste a um excepcional ímpeto de penetração. É, de um lado, o que cabe bem chamar o fenómeno dramático do norte do Paraná. São brasileiros vindos de todo o Brasil, atrás de uma esperança. Vindos em avalanche. Sobretudo, mineiros e paulistas. De outro lado, e quase simultaneamente — as zonas já antes atingidas — mas sem impulso maior, do Iguazu e do sertão do rio Paraná, — isto é, o pleno oeste, — também elas se vitalizam em surto que devemos chamar avassalador se considerarmos a ampli-

tude da região ocupada e o reduzidíssimo do tempo. Na verdade, é ainda um processo em marcha. Mas em marcha violenta. São, sobretudo, descendentes da imigração estrangeira, (na maioria alemã e italiana), que se localizara em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, os quais descendentes, já temperados no clima social do Brasil daqueles Estados, afluem, agora, para aquelas regiões do Paraná. O ímpeto da marcha repete, um pouco, o ímpeto da avançada no norte.

Se quisermos dar uma ideia do que é a zona do norte, poderíamos começar falando na feracidade espantosa do solo — um dos melhores solos do mundo — na sua apropriação ao plantio do café, e dizer, em seguida, que se trata de uma faixa de terra, de 500 km. de extensão, e largura variável, literalmente coberta de culturas ordenadas e milionárias, que avança, destruindo uma floresta pluvial tropical, para atingir, no extremo oeste, as barrancas do rio Paraná.

A penetração ao sul e ao oeste é a penetração na mata das araucárias e na mata pluvial-subtropical, (o homem atinge, por fim, as boas terras desta mata, ao oeste !) determinada por múltiplos fatores, como as possibilidades atuais de comunicação da região ; a venda, pelo Estado, de suas terras devolutas a preços extremamente baixos, o que determinou o que poderíamos chamar uma corrida às terras ; a propaganda que corre a respeito do Paraná, por influência sobretudo do fenómeno do norte ; e, entre o mais, pela imigração de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que «emigram de suas propriedades rurais para as cidades ou para novas zonas pioneiras, nas quais procuram adquirir terras e começar o mesmo ciclo económico. Os colonos são pouco ligados à terra dos seus antepassados. Vendem-na ou a deixam logo que há uma oportunidade. Esta atitude é resultante do sistema de rotação de terras e se assemelha ao hábito nómade do caboclo ou do índio. E o transbordamento da frente pioneira do Rio Grande do Sul para as áreas vizinhas de Santa Catarina e do Paraná está também, em grande parte, relacionado com o

sistema agrícola. Essa gente emigra não tanto por causa do aumento da população, mas em consequência da deterioração da terra» (11, pág. 196).

* * *

Vimos, então, que o homem do Paraná vem de cem procedências diversas. Em números, essa multiplicidade de procedências exprime-se assim : segundo os dados do último recenseamento nacional, em 1950, a situação no Paraná, no que se refere ao problema da participação nela do elemento não nascido no Paraná, e, em particular, em relação ao elemento estrangeiro, era a seguinte :

- a) — de cada três habitantes, um veio de fora do Estado ;
- b) — dos vindos de fora, em cada doze, um é estrangeiro ;
- c) — da totalidade dos habitantes, em cada trinta e cinco um é estrangeiro ;
- d) — dos habitantes de mais de 5 anos, em cada 17, um não fala habitualmente o português em sua casa (*).

Sette Ramalho (16), médico do exército, realizou um estudo com cerca de «800 conscritos, julgados aptos para o ser-

(*) Revelam esses dados, em nosso entender, que o problema da assimilação do elemento estrangeiro, no Paraná, ainda que evidentemente presente e merecendo atenção, não apresenta, contudo, nenhuma gravidade alarmante e não requer nenhum esforço especial. É um processo que se está realizando com toda a normalidade, de um modo mais ou menos lento, mas incontestável. As vezes, certos detalhes podem viciar a visão do problema, como será o caso de se encontrar, na zona mais rural de Curitiba, uma escola primária onde as professoras, praticamente, têm de ensinar o português aos seus alunos que ingressam na primeira série. Ou como será o caso da insistência, com que elementos da colônia japonesa tentam, contra a expressa disposição constitucional, em obter licença para ministrar o ensino primário em japonês, ou o caso de algumas colônias ucrainas, caso em que seu rito religioso é uma força contra a normalidade da assimilação, etc. Diante de tais casos, é comum que a consciência nacionalista se alarme. Mas, quando o problema é considerado no conjunto de seu desenvolvimento, vemos logo que tais casos aberrantes são excepcionais, explicam-se por causas acidentais que não influem e não definem o panorama geral, e eles estão se enquadrando

viço do exército, no período de instrução de 1940», com «dados colhidos cuidadosa e laboriosamente pelo autor, quando em serviço no 13º Regimento de Infantaria, em Ponta-Grossa, naquele ano. Os homens medidos provinham de todas as zonas do interior paranaense». Nesse grupo, assim estudado, 35,9 % tinham pais ou avós estrangeiros, segundo a proporção seguinte : 15,4 % poloneses ; 7,3 % italianos ; 5,4 % ucranios ; 4,6 % alemães ; 1,2 % portugueses ; 0,5 % russos ; 0,3 % espanhóis ; 0,3 % letônios ; 0,3 % holandeses ; 0,3 % ingleses ; 0,1 % franceses ; 0,1 % suecos ; 0,1 % japoneses. «Adotando o critério de Roquette Pinto, a porcentagem encontrada foi a seguinte : Brancos (leucodermos) — 62,0 % ; negros (melanodermos) — 4,0 % ; mulatos (faiodermos) — 15,0 % caboclos (xantodermos) — 19,0% (*).

no processo de normal assimilação que se está realizando, com o tempo, naturalmente. E nem se deveria pensar em apressar tal processo, pois, a fazê-lo, correríamos perigos muito maiores de ir fazer violência aos espíritos, a mais desnecessária violência aos espíritos. O problema da marginalidade—aspecto profundamente humano do problema da assimilação dos imigrantes—é preciso não agravá-lo, e esse é um perigo permanente e nada fácil de evitar quando, procurando-se solução em massa, se tenta apressá-lo. Estejamos certos de que não está ameaçada, nem sequer de longe, a brasilidade. & exato que, por vezes, esforços políticos organizados tentam e mesmo conseguem mobilizar no sentido de interesses estrangeiros, as suas colônias aqui radicadas. Isto, porém, é outro problema, um simples problema de polícia política, que não se pode confundir com o problema da assimilação do imigrante à comunidade brasileira.

(*) Em 1952, o Serviço de Higiene Escolar do Centro de Saúde Modelo de Curitiba, em um estudo feito com o propósito de levantar o estado alimentar das crianças que frequentam a escola primária da Capital, chegou às porcentagens seguintes, em relação a esse fator que estamos considerando :

	No centro urbano	Na zona suburbana	Na zona colonial	Total
Brancos	94,31	89,05	96,74	92,46
Pretos	1,94	2,01	1,90	1,90
Pardos	3,43	7,01	1,62	4,69
Amarelos	0,25	1,93	1,62	0,95

Segundo os dados estatísticos do recenseamento de 1950, em cada quatro habitantes do Paraná, um reside na zona urbana, 170 mil residem na zona suburbana. Acrescentemos que os critérios de classificação do I.B.G.E. são suficientemente largos para incluir como de zona urbana localidades que melhor ficam classificadas no título de rurais. E são muitas assim.

Sendo de 755 mil a população maior de 10 anos, do Estado, ocupam-se na agricultura ou em atividades rurais perto de 500 mil, distribuídos do modo seguinte :

	Homens	Mulheres
Cultura de cereais, leguminosas sucedâneos	237.067	13.570
Cultura do café	162.573	12.477
Cultura do algodão	3.350	276
Fruticultura	1.382	54
Horticultura e floricultura	1.347	87
Pecuária	4.690	108

Creemos que, nesses dados, cuja fonte é o Serviço Nacional de Recenseamento, deve-se fazer uma correção, enquanto ao trabalho das mulheres. Ainda que êle, efetivamente, seja muito menor que o do homem, nas atividades agrárias, é, de certo, muito maior do que o que aqui se aponta, devendo-se aqueles números mais baixos do que os reais, na estatística acima, ao fato de a atividade agrícola não ser a atividade principal, mas apenas complementar, das mulheres.

FUNDAMENTOS BIO-PSICOLÓGICOS

I — Antropologia do adulto paranaense. — Já mencionamos o trabalho de Sette Ramalho, realizado com 800 conscritos para o exército, publicado em sua obra **Antropologia do brasileiro do interior paranaense**. De acordo com êle, organizamos o quadro seguinte :

MORFO

	Brás. do interior Paraná	Brás. em geral	Brás. selecionados da E.E.F.E.	Outros povos
Ind. cefálico ($\frac{\text{largura} \times 100}{\text{comprimento}}$)	79,0	80,0		
Ind. nasal ($\frac{\text{Larg. nariz} \times 100}{\text{altura do nariz}}$)	64 e 70	64 e 70		
Ind. facial ($\frac{\text{alt. facial total} \times 100}{\text{larg. bi-zigomática}}$)	100,0			
Estatura	1,69	1,68	1,69	
Perímetro torácico	0,87		0,87	Fr. — 0,85 Ing. — 0,86 Al. — 0,88
Diâmetro bi-acromial (larg. ombros)	380 mm		390 mm	
Diâmetro bi-trocanteriano (larg. bacia)	300 mm		300 mm	
Envergadura ou grande abertura braços	1,70	1,70		

FISIO

Estado de nutrição :				
a — Peso	59	60		
b — Perímetro abdominal	0,76	0,75		
c — Índice ponderal ($\frac{100 \text{ peso}}{\text{altura}}$)	23,1	23,3		Europeu-23,9 Japonês - 23,8
Respiração :				
a — Capacidade vital	4500 cc	3700 cc	3900 cc	
b — Apnéia voluntária	30 e 40"	30 e 40"		
c — Elasticidade torácica	60 mm	80 mm		
Medidas de força :				
a — Força manual direita	35 e 40 kg	40 kg		
b — Força manual esquerda	30 e 35 kg	35 kg		
c — Força lombar	120 kg	120 kg		

BIO-TIP

Dados bio-tipológicos :				
Distância jugulo-xifoidina	160	160		
Distância xifo-epigástrica	160	160		
Distância epigastro-pubiama	200	200		
Diâmetro transverso torácico	270	270		
Diâmetro transverso hipocondríaco	260	260		
Diâmetro transverso da bacia	280	280		
Diâmetro ântero-posterior torácico	180	190		
Diâmetro ântero-posterior hipocondríaco	180	180		
Comprimento membro superior	550	550		
Comprimento membro inferior	780	780		
Valor do tórax	78	82		
Valor do abdómen superior	72	75		
Valor do abdómen inferior	100	100		
Valor do abdómen total	150	175		
Valor do tronco	228	257		
Valor dos membros	1.330	1.330		

CAUSAS DE INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA PARA O EXÉRCITO

Finalmente, o autor, apreciando as causas de incapacidade física definitiva para o serviço do exército, naqueles conscritos, encontra que 52 % dos casos devem-se ao bócio endêmico, — «uma doença de falta de civilização». Impressiona-se, também com o «número

LOGIA

OBSERVAÇÕES:

O brasileiro do interior do Paraná é, pois, um mesaticéfalo.

O autor considera ter usado instrumento impróprio de medida, supondo, assim, imperfeitos seus resultados; Como ponto de referência, dá a distribuição deste índice, seg. Roquette Pinto, entre os tipos étnicos brasileiros: Brancos—62 e 68; negros—70 e 85; mulatos—72 e 84; caboclos—67 e 82.

«O índice facial do paranaense é... próximo dos escandinavos, índice das raças brancas.» (Sette Ramalho).

Encontramos, nos paranaenses, ainda, uma alta frequência em 1,m73.

LOGIA

Medidas tomadas no ato da incorporação. Refletem, segundo o autor, as precaríssimas condições de vida e de alimentação dos conscritos. Não diz em contrário o maior perímetro abdominal, mas, ao revés, também este dado deve refletir a miséria física, a falta de exercícios adequados e a alimentação defeituosa (farinhas, em predominância), a verminose e o paludismo. Quatro meses após a incorporação, 85 % tiveram um aumento médio de peso de 7,950 kg, sendo mais frequente o aumento de 2 kg.

O autor adverte que as medidas de elasticidade torácica talvez não sejam exatas, dada a falta de compreensão dos conscritos para as exigências técnicas da prova para esta medida. Na grande surpresa da tão alta capacidade vital, há ainda, a registrar uma elevação da curva ao nível de 4000 cc. A explicação provável da elevada capacidade vital do paranaense: grande frequência das estaturas altas; predominância dos longetipos; residência em planaltos a 1.000 metros médios. Corroborando este índice: a baixa cifra dos incapazes por moléstias do aparelho respiratório.

Após menos de quatro meses de instrução, nota-se um aumento médio de 6,800 kg em 60 % dos mensurados, em relação à força manual direita. «O mesmo fenómeno observa-se em relação às outras medidas».

OLOGIA

O autor conclue: «Relação tronco-membros—: Julgamos verificar quais os tipos predominantes na região. Para isso fizemos o cálculo da relação fundamental (tronco-membros). Foi o seguinte o resultado obtido:

Com graus negativos (Longetipos)	486	60 %
Com graus positivos (Braquitipos)	283	35 %
Em equilíbrio absoluto (Normotipo absoluto)	40	5 %
Em equilíbrio relativo	379	46,8 %
Longetipos absolutos	278	34,3 %
Braquitipos absolutos	73	9 %
Predominância dos longetipos absolutos	206	25 %

Por aí se verifica uma predominância, não só relativa, como absoluta, dos Longetipos sobre os Braquitipos».

O autor, para explicá-lo, apresenta, primeiro, a hipótese, para fato idêntico do nordeste brasileiro, de Ferraz e Andrade Júnior, segundo a qual teria ido para o Interior justamente o longetipo, isto é, o aventureiro, enquanto que o comodismo dos braquitipos teria feito com que estes se fixassem no litoral. O autor, por sua parte, sugere que, sendo, como se viu, o paranaense do interior um desnutrido, isto poderia influir para determinar aquela predominância dos longelíneos,

avultado de casos de incapacidade física por defeitos adquiridos. Na maioria tratava-se de disformidade consequentes e tratamento inadequado de fraturas, luxações, queimaduras, etc, apresentando-nos um aspecto digno de nota sobre a situação de nossos patrícios do interior: a falta de assistência médica».

Em síntese : o paranaense, em 1940, no interior do Estado, era, com grande predominância, branco, refletindo-se esse fato nas suas características faciais ; era um longilíneo ; mesaticéfalo ; de estatura e perímetro torácico acima do normal brasileiro ; excepcionalmente dotado enquanto à sua capacidade vital; porém, mau grado tão excelentes índices de sua compleição natural, sensivelmente prejudicado em seu desenvolvimento por precárias condições de vida, de alimentação e pela falta de uma assistência médica eficaz.

II — A saúde. — Do mais alto interesse, parece-nos, é que apresentemos aqui uma síntese do **Estudo sumário das endemias rurais no Paraná**, de Salustiano Santos Ribeiro (14). Primeiro, esta apreciação geral: «Os problemas de saúde rural estão se avolumando e, dia a dia, se tornam niais complexos. Doenças que até bem pouco tempo não existiam no Paraná, estão surgindo. Assim é que vemos figurando na lista das endemias rurais, a esquistossomose, o pênfigo foliáceo, o tracoma e tantas outras. O aparecimento de novas moléstias, até bem pouco inexistentes no «interland» paranaense, está ligado à intensa imigração que se verifica de elementos oriundos de outros Estados da Federação, onde essas doenças são endêmicas».

Verminoses. — «A comissão Rockefeller encontrou 31,9 % de infestação geral por ancilostomídeos no Paraná». «O censo de Souza Araújo, de 1924, sobre ancilostomíase, abrange crianças de 0-10 anos e apresenta os seguintes dados :

- a) — Litoral, infestação variando entre 72,2 % a 88,9 % ;
- b) — Clima sub-tropical (planalto) 29,4 % ;
- c) — Clima temperado (sertão) 8,7 % ;
- d) — Clima frio (incluindo a Capital do Estado) 1,25 %.

O Serviço de Higiene Escolar do Centro de Saúde de Curitiba fêz um levantamento helmintológico entre os escolares da Capital (zona urbana) no qual encontramos, em 3.112 exames, 4,2 % para ancilostomídeos ; para outros helmintos 63,4 % e incluindo áscaris, ancilostomídeos e outros vermes, 67,6 %.

Tracoma. — «...grande problema sanitário, dada a sua incidência em vários municípios do norte do Estado».

Esquistossomose Mansonii. — «Esta endemia, cuja descoberta, no Paraná, devemos a Coutinho e Pessoa (1949) apresenta um foco em Jacarèzinho. Possivelmente outros existirão, em municípios vizinhos, ainda por estudar».

Leishmaniose. — «...incidência, mais ou menos elevada, nos municípios do norte do Estado. . . Os dados existentes no serviço da cadeira de Dermatologia e Sifilografia da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná mostram que a distribuição geográfica da leishmaniose no Paraná se faz sob a forma de ferradura, abrangendo o Estado em seu nordeste, norte, noroeste, oeste e sudoeste, isto é, desde o município de Bocaiuva do Sul até o de Palmas».

Tétano. — «No Paraná deram-se 108 óbitos por essa doença em 1950, tendo a mortalidade atingido o coeficiente de 5,9 por 100.000 habitantes, nesse ano».

Poliomielite. — «Ultimamente, tornou-se um dos maiores problemas para a nossa Saúde Pública, a Poliomyelite, no norte do Estado».

Doença de Chagas. — «O norte paranaense constitui um foco potencial da doença. . . Alceu Santos Almeida encontrou uma percentagem de infecção dos triatomídeos transmissores atingindo 72,3 % na localidade de Joaquim Távora. Souza Araújo encontrou o barbeiro infestado em diversos pontos do Estado. O prof. Ruy N. Miranda encontrou no município de Piraquara e o dr. Emílio Sounis em Curitiba».

Pênfigo foliáceo. — «. . . vinte e dois casos da doença provenientes do norte do Paraná».

Blastomicose. — «...está se revelando cada vez mais frequente em nossos habitantes da zona rural. . . Trata-se de moléstia de evolução lenta e depauperante, conduzindo o enfermo à caquexia. Desse modo, o doente se torna um peso para a coletividade e para os seus familiares. A educação sanitária seria de grande valor no sentido de orientação aos nossos colo-

nos, para que não usem a palha de milho para o fabrico de cigarros, nem palitem os dentes com talo de capim. O fungo, que faz «habitat» no capim e na palha de milho, é facilmente transportado à boca, amígdalas e faringe com esses elementos».

Escabiose. — «Pela grande incidência na zona rural está exigindo que a encaremos como uma das grandes endemias».

Raiva. — «...o problema está se agravando».

Sífilis. — «Ao lado das moléstias venéreas, dos centros urbanos (onde, aliás, está decrescendo de incidência), deve ser encarada, hoje em dia, como uma endemia rural».

Dartro volante. — «R. N. Miranda propõe que seja considerado como uma endemia, dada a incidência pronunciada dessa afecção entre os habitantes das zonas pobres das cidades (peri-urbanas) e no interior do Estado. Em Curitiba atinge 35,35 % das crianças e 7,09 % dos adultos».

Bócio endêmico. — «A endemia é muito intensa no 3º planalto paranaense ; pouco intensa no litoral e quase ausente na população urbana dos centros mais civilizados. Ainda é o Prof. Borba Cortes que, em sua tese, estima a «grosso modo» em 100.000 o número de indivíduos portadores do bócio endêmico no Estado. Esta amostra representa todos os municípios do Estado, variando a incidência entre 1,35 % (Curitiba) e 65,03 % (Clevelândia, Palmas, Mangueirinha)».

III — Definição Psicológica. — Sempre desconfiamos das definições psicológicas, de resto tão frequentes, da alma dos povos, uma vez que se lhes pretenda atribuir um caráter de rigidez. Apesar disso, consideradas para um momento dado da evolução histórica e para circunstâncias dadas, elas podem servir de auxiliar na compreensão da personalidade individual, que é, para o caso, o campo próprio da educação. É dessa maneira de ver que tira sentido, neste estudo, o presente capítulo.

De outra parte, dificuldades especiais somam-se no caso do paranaense, caso em que, num tempo relativamente curto, homens fundamentalmente diversos encontraram-se com uma

terra que, de um ponto a outro, apresenta-se igualmente diversificada a fundo.

Além disso, não dispomos de pesquisas sistemáticas.

Num estudo desta natureza, parece-nos que seria útil seguir um caminho assim :

1º) —Acompanhando o desenvolvimento histórico, proceder pelo modo seguinte: «Trabalhos científicos dessa natureza deveriam partir de estudos de detalhes, cujos objetos seriam pequenos espaços em curtos períodos. A não ser que, se queira iniciar pelo estudo de personalidades individuais, poder-se-á entrar com o estudo da vida das colônias, uma por uma, no percurso de uma geração, de cada vez ; com historiografias dos municípios, pelo mesmo esquema ; com monografias básicas do desenvolvimento das cidades, bem como de empreendimentos industriais, económicos e culturais. Talvez a noção de certos fatos genealógicos, de combinação com a existência de cartas e retratos antigos, nos induzam a tratarmos, caracterològicamente, da história de certas famílias em destaque». É a sugestão de Werner Aulich, para o estudo caracterològico dos alemães no Paraná. Ele, conclue a sugestão, dizendo que grande número de tratados assim concebidos é que poderia servir de base verdadeira para os estudos que desejamos (18 pág. 17).

A sua indicação metodològica tem valor geral.

2º) —Tratar o assunto, em sua situação atual, igualmente por pequenas áreas segundo as diferenciações dos grupos, com a técnica atual experimental dos exames caracterològicos.

Só então estaremos capacitados para generalizações efetivamente objetivas. E, infelizmente, é bem pouco o com que podemos contar, neste sentido. Não obstante isso, procuraremos ir seguindo, através dos autores que tivemos à mão, nas suas apreciações gerais, uma como que linha histórica de nossa formação psicològica.

O primeiro colonizador fora o mesmo homem dos grandes descobrimentos marítimos. Movido pela mesma índole psicològica que o fêz atravessar os oceanos, atravessou, no Brasil,

os campos e as florestas. No Paraná, esse homem subiu, primeiro, do litoral para o planalto, e, depois, jogou-se de Curitiba à «conquista do sul do Brasil para o Brasil».

Agora, no momento seguinte, vai chegar o papel da paisagem moldando o género de vida e o género de atividades gerando hábitos e plasmando a alma. Romário Martins : «Não teve, o homem do Paraná, nos primeiros tempos de sua formação social, senão uma curta fase aventureira, de caudilhismo e gauchismo ; de perturbadoras lutas nas lindes castelhanas; de agitações defensivas de seus portos marítimos; de grandes lavouras, como as de cana de açúcar e de café, exigentes de escravaria preada no sertão ou traficada na África. Não criou, por isso, nem duradouros e numerosos grupos de população que lhe impedissem seu normal desenvolvimento, nem autoritários «land-lords» que lhe feudalizassem a organização social e política. Criou, sim, uma democracia pacífica, de fundo camponês, de carácter rural, de pequenos proprietários, que possibilitou o equilíbrio de sua vida económica» (13 b, pág. 26).

David Carneiro : «Desde o século XVII, atavessada a Serra, o primeiro Planalto a Oeste da Cordilheira do Mar se povoou. A situação foi difícil para empreitadas industriais ; o regime colonial era asfixiante, e a deficiência de navios, só por si, mataria as precárias iniciativas. O que aqui existia nada valia. O que vinha da metrópole valia tudo, era bom, era melhor, porque era do reino. . . Depois de descer a serra, de volta, pelo Itupava, seria problema de dificuldade permanente a travessia dela até a primeira metade do século XIX. Os meios de desenvolvimento da comarca, portanto, não podiam deixar de ser precários, precaríssimos, desde que uma imensa muralha de granito separava o planalto de clima ameno, do litoral de clima tropical e quente, infestado de febres malignas e de verminoses que se alastravam. Trabalhar aqui ? E que fazer do produto do trabalho, se não havia como transportar para o litoral aquilo que se produzisse, e que mesmo que se levasse ao porto, não se podia remeter para a Europa ? A

tendência foi, desde logo, a inércia. No primeiro planalto só se fazia o que devia ser consumido no lugar, nas vilas e povoados, ou nas fazendas isoladas. O gado reproduzia-se sem intervenção nem esforço e os fazendeiros e seus peões ficavam na mais completa das madraçarias, quando não havia combate aos índios ou não se fazia um rodeio, ou não se abatia uma rez. A preguiça era inevitável e havia de ter surgido nos núcleos primitivos do século XVII, como uma moléstia endêmica, modificada apenas pela importação de elementos novos, que traziam de fora ânimo diferente, desejo de luta, ambição de riqueza, que não chegava à segunda geração. Além de tudo, o elemento «meio» facilitava a situação tal qual ela está aqui representada : os pinheiros forneciam abundantemente os seus pinhões, os matos e os capões estavam cheios de frutos silvestres : guabirobas, araçás, pitangas, cerejas, jaboticabas com safras em épocas diferentes. Desde que se descobriu o mate, e êle foi posto em uso, no século XVIII nada mais faltou: um pouco de dinheiro se obtinha com a venda do gado dos Campos Gerais e o vestuário se importava com esse pouco que era ganho aí. O resto bastava para viver. Aí está a razão porque o Paraná não foi capitania desde o século XVIII e não foi província desde 1822 : preguiça dos curitibanos, comodismo, falta de iniciativa e pobreza de tudo. Os Campos Gerais eram demasiado pobres com efeito ; sáfaros, insuficientes para dar vida fácil pela fortuna que exigisse iniciativa, em comércio, indústria ou sequer lavoura. Os Campos Gerais proporcionavam, é verdade, comida abundante, mas só isso, e os próprios pinheiros que distribuíam generosa e abundantemente os seus frutos, como elemento de riqueza até meio do século XIX, não podiam interessar, porque eram produto de preço relativamente baixo, que não podia competir com o café de São Paulo e o gado do Rio Grande, criado este em campos ricos, de pastagens excelentes. Por isso, também, o Paraná estava fadado a ser entreposto de passagem, traço de união, para enriquecer com riqueza dos outros ; e, só depois de ter elemento material suficiente, ser-lhe-ia possível progredir. O meio influía, pois, de forma preponderante sobre o homem, como dissemos,

fazendo dele espontaneamente um lerdo, um preguiçoso» (2, pág. 36).

O testemunho é unânime. Sebastião Paraná: «Os habitantes de Palmas são leais e morigerados, porém pouco propensos aos empreendimentos conducentes à prosperidade e opulência. É este o caráter geral da população do interior do Estado : trabalham negligentemente para suprir as necessidades quotidianas, contentando-se em legar, como herança, a seus filhos, a casa onde nasceram e o terreno fértil que os alimentou» (15).

Nessa situação, principia a imigração estrangeira para o Paraná. Procede de várias partes, de vários ambientes e situações, e vem encontrar-se com situações e ambientes que, muitas vezes, se diversificam em alto grau. Marginalidade e aculturação. Werner Aulich procura traçar um quadro preliminar («ensaios ligeiramente esboçados») da situação espiritual resultante, no caso particular de certos grupos alemães no Paraná. O seu estudo pode ser um caminho para sugerir o ambiente do problema em sua totalidade (*).

Êle vê um primeiro caso, do imigrante proveniente das camadas sociais mais modestas, que chegou e integrou-se nos hábitos do caboclo, no sistema de agricultura da mais primitiva rotação das terras, e sentiu-se satisfeito, quase desde o primeiro momento, sem problemas. Mostra outras modalidades semelhantes, em que o imigrante não teve dificuldades e problemas de adaptação e integração, para, depois, dizer que «entretanto, a evolução assimilativa do colono alemão nem sempre se processa com tanta simplicidade e tão isenta de dramaticidade, e fala-se, com razão, do trágico emigrar, tragédia insuperável, por ser de caráter individual e do foro íntimo de cada um». E, dando sinais desse drama, vivido por milhares e milhares de habitantes do Paraná, e que tem de ter reflexos numa definição psicológica coletiva, lemos no referido trabalho de Aulich o trecho naturalmente esperado:

(*) Convém consultar referência S, pois é uma obra de caráter fundamental que trata do mesmo problema.

«Os impecilhos no caminho a percorrer, na evolução pessoal de cada imigrante, através da fase marginal em direção à aculturação, geralmente serão achados em dificuldades que se opõem a uma rápida satisfação do «anseio pelo novo», e, neste sentido, além do trabalho, muitas outras «particularidades encontradas» ainda existem que podem constituir barreiras intransponíveis. A presumida boa vontade dos colonos de lançarem raízes fecundantes, em Serra Negra por exemplo, ficou abalada pelo clima do litoral que favorecia as doenças tropicais ; em Cândido de Abreu, a malária vinha solapando consecutivamente a esperança dos colonos que lá queriam firmar pé. Aos emissários dos alemães do Volga havia-se proposto colonizarem em zonas de mata virgem, mas eles decididamente preferiram o campo, por se sentirem acanhados e sufocados na tétrica penumbra do mato. O pessoal da mata do Ivaí com as suas promissoras plantações, penosamente preparadas e amanhadas, acabou desesperando, diante do descalabro das colheitas, destruídas por pragas de roedores, a primeira vez, e em seguida pelos gafanhotos. Particularmente trágica será sempre a experiência, reservada a muito colono, de compreender logo-depois de sua chegada, que não fora talhado para a imigração. Verdade é que já na velha pátria ouvira falar da «solidão» e do «abandono» bem como da «liberdade», que o esperaria no Brasil, mas nunca imaginara a realidade verdadeira, desprovida dos imaginários encantos da terra procurada. É preciso possuir uma constituição psicológica toda especial para aturar o isolamento da vida colonial, e a tragédia está em que o indivíduo só possa reconhecer a sua imprestabilidade depois de viver na solidão. Teoricamente, nada se poderá prever a respeito. A aptidão para a vida solitária requer em alto grau uma forte vitalidade interior; caracteres superficiais e extrovertidos, sequiosos ao mesmo tempo de constantes impressões e impulsos de fora, não parecem lá muito idôneos para viverem na obscuridade da solidão. E a propalada «liberdade» é mais um desencanto a muitos imigrantes alemães, sendo que alguns a usam em excesso ou então além das medidas que lhes convêm, e outros dela se arreceiam».

Não vamos insistir nos detalhes de um quadro por demais conhecido, mesmo genericamente, de todos os trabalhos sobre os problemas da marginalidade e aculturação dos imigrantes. O que fica acima é apenas u'a amostra do fenómeno no caso concreto do Paraná. Daremos, neste sentido, apenas mais uma observação de Aulich: «De ação profunda... são os problemas daqueles que se criaram com as circunstâncias das duas últimas guerras, onde a questão da ambivalência étnica é transladada para o plano das relações estatais, recriando-se os elementos germânicos de marginalidade política. O sociólogo paulista Egon Schaden focaliza o problema caracterológico que daí se deriva : «Isto significa um marco crucial para o teuto-brasileiro que através de quase um século vivera tranquilo e trabalhador, sem que jamais fosse atormentado por questões de vínculos da vida pública ; ninguém lhe exigira decisões e confissões, e como a sua existência não fosse impelida por ninguém à situação de problema, êle mesmo não se entregava a reflexões». — «Agora o teuto-brasileiro ficou obrigado a refletir sobre a sua situação, e isto significa, como alguém acertadamente já o exprimiu, que perderia a naturalidade da sua existência étnica».

Mais uma nota apenas: «É aqui que cabe falar do problema da artificialidade e do possível disfarce: procuram-se apresentar aparências que não têm fundo adequado nem no íntimo das experiências do indivíduo nem na realidade exterior. Encontram-se, no correr da história de todas as colônias, esses casos de artificialidade disfarçante... Em todos os lugares—e com elevada frequência nos tempos de agitação política—encontraremos alemães que, não obstante a sua breve presença no Brasil, esforçam-se por aparentar a situação de brasileiros acabados...»

Da contribuição psicológica (à parte o problema da marginalidade e da aculturação) dos primeiros imigrantes estrangeiros do nosso Estado, procuram dar um quadro às observações de Sebastião Paraná, datadas de 1899 (15) :

«Nos alemães, a quem Curitiba deve também o incremento incessante que promete torná-la em futuro próximo uma das mais importantes cidades do sul do Brasil, notam-se louváveis hábitos de ordem, de economia e de escrupulosa probidade e sôfrega tendência ao labor. Há, porém, uma circunstância que depõe um tanto contra eles ; são pouco assimiláveis aos nacionais, de quem se retraem com sutileza, sem motivo justificado». «O alemão, no ponto de vista material, é essencialmente industrial ; por isso Curitiba ostenta hoje fábricas importantes, devidas, na maior parte, aos alemães. E, para provar, aí está a grande Fábrica de Fósforos Paranaense de Segurança, aí estão as fábricas de móveis, de telhas, de tijolos, de fundição, de cerveja, etc». Enquanto ao elemento polonês : «Morigeração e grande amor ao trabalho; índole pacífica e afetuosa, aliada a certo fervor religioso e a uma grande resignação na adversidade. Nos templos, rojam-se perante as imagens e oram com verdadeira unção, hábito esse proverbial ao povo dessa veneranda pátria que tanto respeito e tanta condolência inspira pelo infortúnio de sua sorte». «Nos italianos sobressai o trabalho inteligente, associado a tal ou qual propensão ao comércio a retalho. Dedicam-se à horticultura, à sericicultura, e também com grande interesse à plantação da videira, de cujas frutas extraem anualmente bastante vinho». Ponhamos em foco, igualmente, a sua religiosidade, o seu catolicismo romano.

E, com isso, chegamos à definição do paranaense do que poderíamos chamar o Paraná tradicional:

David Carneiro : «...modestos, bondosos, desambiciosos, tolerantes, inteligentes, dignos, tais são os apanágios das suas grandezas anímicas. Também retraídos, medrosos de ridículo onde este não poderia parecer, desde logo tímidos, e maledicentes por invejosos em certo grau, das vitórias alheias, displicentes com as cousas mais sérias e prestando atenção a nonadas, tais os seus piores defeitos» (2, pág. 23). «A nossa timidez é patológica e a nossa falta de iniciativa atinge as raias do medo. Temos medo do ridículo e vergonha do que possam

os outros mal dizer de nós. É por isso que qualquer adventício triunfa no nosso meio, tomando posições salientes, enquanto nós temos medo de agir, medo de falar, medo do ridículo, de um ridículo que muitas vezes está na nossa imaginação. Entretanto, sob comando alheio, subordinados a comando de outrem, distinguímo-nos» (2, pág. 16). O autor fala do triunfo dos adventícios. Acrescentemos, o triunfo da mediocridade local audaciosa, aproveitando-se daquela característica psicológica geral, da timidez geral e da inibição geral para enfrentar situações novas. Juntemos, nessa caracterização, a falta de talento verbal do paranaense. E, naturalmente, como todos os tímidos, as nossas manifestações com que levantamos a cabeça, nos grandes movimentos coletivos, têm uma densidade incomum.

Como se constituiu o processo de elaboração dessa resultante ? Não temos elementos para respondê-lo.

No desenvolvimento seguinte, ocorre o fenómeno fundamental da vida nova na zona do café. E a vertiginosa imigração para o norte do Paraná, de elementos vindos de todo o Brasil, mas sobretudo de São Paulo e de Minas. É a população, não só das fazendas do café, como das cidades do café. Em cidades como Londrina agita-se a alma da aventura, do imediato, do material, da decisão e da audácia. E Londrina é um exemplo típico de todo um padrão de vida que o norte do Estado apresenta, de ponta a ponta. Mas, ao lado desse padrão, ainda no norte, pareceu-nos encontrar elementos e os mesmos motivos de imigração de muitos e muitos dos habitantes dos morros do Rio de Janeiro.

Na verdade, o estudo das populações do norte do Estado é, ainda, um fascinante campo aberto para uma pesquisa cuja importância é evidente.

No oeste novo, ainda que muitas das notas do norte estejam presentes, a diferença do elemento imigrante e não sei que outros fatores, apresenta-nos o quadro de um diverso estado de espírito, de menos 'imprevisão' e menos aventura, que Temístocles Linhares procurou retratar, traçando o qua-

dro do homem de Toledo (17, pág. 40) : «Tomemos como exemplo o caso de Toledo, uma cidade distante de Foz do Iguaçu, cerca de 200 quilômetros, portanto situada em pleno oeste paranense, com cinco anos apenas de vida. Amanhã será uma grande cidade moderna, a nos fundarmos na riqueza de suas terras e na admirável comunidade de trabalho que ela abriga hoje, recebendo todos os dias famílias e famílias de colonos procedentes do Rio Grande do Sul. O melhor tipo de colono, diga-se de passagem. O colono já nascido no Brasil, descendente de alemão ou de italiano, identificado com a nossa maneira de ser. O que se fêz em Toledo, na esteira de projetos, de sonhos e também de aventura e de audácia, é deveras surpreendente e na verdade entusiasmo e empolga, fazendo antever para breve a cidade vertiginosa, que conseguiu de início organizar uma associação de esforços humildes, onde o homem tem no seu semelhante o próximo, vendo no seu trabalho não uma pena, mas uma retribuição justa, a consecussão de uma existência feliz, para a qual também contribuem as interações coletivas do ambiente, nivelador de uma só e próspera classe: a dos homens que trabalham, no significado técnico e também ético da expressão. Todos são donos das suas glebas. Uma comunidade de pequenos proprietários. Não há aqui dramas gerados pelas questões de terras, pelos latifúndios. Boas condições de vida se apresentam, porque é dada especial atenção ao homem individualizado. Muitas lições se podem tirar dessa iniciativa vitoriosa, devida ao dinamismo de dois jovens gaúchos ambiciosos, mas nem por isso destituídos de um nobre ideal. Não se trata de um ambiente apenas esboçado, pois Toledo já venceu as primeiras etapas do ciclo urbano. Não é só o fato de a cidade já possuir em seu derredor 500 quilômetros de estradas, uma assistência médica e hospitalar de primeira ordem e uma variedade e abundância de elementos, que desmente a tese profundamente arraigada no espírito de nossos nutrologos de que somos no Brasil sub e mal alimentados. O que importa assinalar é a capacidade de organização revelada pelos seus habitantes, como fruto que é de boas inteligências médias, tendendo ou propendendo mais para os as-

pectos da realidade quotidiana do que para as aparências, essas aparências misturadas de realidade em que de preferência se apoiam os «grandes», os famosos condutores da política ou da demagogia, para contar vantagens e apresentar e justificar uma realidade que é só deles, mas passível de perpetuamente».

É, evidentemente, difícil apreender a síntese que talvez se esteja esboçando de tudo isso, mas, parece-nos, de novo cabe voltar ao senso crítico de Temístocles Linhares : «...os compromissos do Paraná com o imediato, com o mundo deste instante, com o «agora» inserto em sua vida, são de tal ordem imperativos que mal lhe chegam aos ouvidos as vozes desse passado sem profundidade e de escassa estratificação» (ITÍ, pág. 19). «Seja como fôr, o que não é lícito negar é o dever, a responsabilidade que se impôs, insistentemente, o homem paranaense, quer êle seja ou não nascido aqui. O que êle sabe, e disso está perfeitamente consciente, é que é preciso «fazer» alguma cousa. E que essa alguma cousa começa a ser feita. A sua felicidade está, assim, antes na aceitação desse dever, dessa responsabilidade. E uma vez que faz alguma cousa, que se volta para o mundo exterior, a sua tendência não é se interrogar. É agir simplesmente... No quotidiano e no banal é que está a sua razão de ser... Há um heroísmo novo a ser captado de seus gestos e atitudes... É o heroísmo da fidelidade a esse movimento natural que o prende à terra, às coisas, ao cotidiano, aos outros... Por isso, o homem do Paraná novo não é um cético, nem um decadente, nem um contemplativo, nem um diletante. Êle vive um tempo e uma região em que os deveres e as tarefas são obscuros e humildes. Tudo bem considerado e medido, nada ainda é certo e seguro aqui. A marcha dos acontecimentos é sinuosa. Só a audácia não resolve. Mas, como quer que seja, o Paraná vive. Há um Paraná vivo a espera de sentido. E este só quem pode dá-lo são os homens paranaenses com a continuação da obra que já iniciaram e que outra cousa não revela senão um heroísmo telúrico. O combate que eles ganharam, nesta primeira etapa,

não foi nem em favor do céu, nem da história. Foi em favor da terra, do seu esplendor, de sua dadivosidade» (17, pág. 32).

A criança e o adolescente do Paraná

I — Desenvolvimento físico. — Até recentemente, não dispúnhamos de dados valiosos a este respeito ; podíamos, apenas, contar com alguns dados colhidos de amostras insuficientes. Hoje, podemos contar, em relação à criança de Curitiba, com o levantamento feito pelo Serviço de Higiene Escolar, do Centro de Saúde Modelo de Curitiba, feito em 1952. Os resultados estão reunidos no trabalho de Jayme Drummond de Carvalho e Azor de Oliveira Cruz, — «Estudo do estado nutritivo do escolar de Curitiba», e devem-se à iniciativa e direção daqueles dois sanitaristas (9).

O referido levantamento foi feito sobre 3.593 escolares — (M-2.071 e F-1.675). O exame crítico eliminou 223 fichas, consideradas imprecisas, tendo sido utilizadas, pois, 3.370 fichas. Essa amostra foi tirada dos grupos escolares da Capital, situados em três zonas diferentes da cidade : zona A, ou central ; zona B, ou periférica ; zona C, ou colonial.

Como primeira conclusão, de caráter geral, colocamos, aqui, a que chegaram os autores, de que a população escolar de Curitiba, é mais ou menos homogênea, nas três zonas, no sentido educacional, económico e alimentar. «Não apresentou a zona C, com escolas mais distantes do centro da cidade, ou sejam já pertencentes a pequenas povoações ou colônias, resultados díspares ou extremos, em relação com as duas primeiras zonas A e B. Aliás esse fato é digno de nota, ainda mais que, estando os trabalhos de outros autores, verifica-se que os mesmos constataram distribuírem-se mais para a periferia das cidades justamente os resultados mais inferiores ou os percentuais mais elevados de sub-nutrição ou relações de curva ponderável e estatural mais baixos».

Estatura e peso. — Os resultados obtidos, em relação a essas duas medidas, resumem-se no quadro seguinte, daqueles autores :

Idade	GRUPO A				GRUPO B				GRUPO C				GRUPO D			
	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Sexo Masc.	Sexo Fem.		
	Estatura Média	Pêso Médio	Estatura Média	Pêso Médio	Estatura Média	Pêso Médio	Estatura Média	Pêso Médio	Estatura Média	Pêso Médio	Estatura Média	Pêso Médio	Estatura Média	Pêso Médio		
7	1.201	23.70	1.194	24.38	1.175	22.06	1.182	22.13	1.220	23.14	1.150	22.00	1.199	22.97	1.175	22.84
8	1.254	25.73	1.241	25.29	1.244	25.47	1.240	23.90	1.230	24.54	1.241	25.09	1.243	25.25	1.241	25.09
9	1.318	29.05	1.316	28.33	1.286	27.92	1.304	27.97	1.280	26.58	1.319	28.33	1.295	27.85	1.313	28.21
10	1.359	31.01	1.362	29.88	1.335	30.68	1.353	30.98	1.369	30.07	1.321	29.60	1.354	30.59	1.345	30.15
11	1.379	32.47	1.413	34.64	1.391	33.81	1.388	32.48	1.375	30.80	1.345	30.00	1.382	32.36	1.382	32.37
12	1.419	34.99	1.456	36.72	1.420	34.43	1.441	37.19	1.450	36.00	1.500	44.00	1.430	35.14	1.466	39.30
13	1.476	38.23	1.501	41.51	1.474	36.88	1.478	39.69	1.500	42.00	1.500	44.67	1.483	39.04	1.493	41.96
14	1.476	40.33	1.504	43.67	1.474	39.16	1.510	43.67	—	—	—	—	1.475	39.75	1.507	43.67
15	1.600	48.67	1.575	47.00	1.525	45.00	1.600	49.00	—	—	1.500	44.67	1.563	45.84	1.558	46.89

Comentam os autores: «... frente às tabelas de peso e altura de vários autores nacionais e estrangeiros, os números apresentados foram, para o peso do sexo masculino e feminino, nunca inferiores a qualquer delas e muitas vezes superiores a diversas; ainda confrontando o peso de nossos escolares tanto masculino como feminino com a tabela organizada pelo Instituto de Nutrição de oito capitais do Norte do País, somente houve no grupo de 14 anos (sexo masculino), o peso médio inferior à maior média apresentada, enquanto que as demais médias de nossos escolares foram todas superiores à média maior constante da referida tabela. Quanto às médias de altura, fato semelhante foi observado em confronto com os dados referidos por autores estrangeiros e nacionais, destacadamente de São Paulo e Rio de Janeiro. Confrontando as médias de altura, da tabela do Instituto de Nutrição do Rio (oito capitais brasileiras), para o sexo masculino somente o grupo de 14 anos foi inferior em 5 cms. e, para o sexo feminino, os grupos de 7 e 14 anos foram inferiores em 5 mm. e 13 mm. respectivamente ; no grupo de oito anos, foi igual à referida tabela do Instituto de Nutrição» (*).

- (*) Em 1939 e 40, o Instituto de Educação de Curitiba, do qual tínhamos, na oportunidade, a direção técnica, fez um levantamento da estatura e peso de crianças da sua Escola de Aplicação, correspondente, pois, à zona A do trabalho do Serviço de Higiene Escolar que estamos considerando. O jornal «A voz da escola», órgão da associação de alunos daquele Instituto, publicou, em marco de 1941, um gráfico dos resultados referentes à estatura, e isso foi tudo que restou conservado daquele trabalho (não há mais nem referência ao número de crianças medidas e estão perdidos os gráficos das curvas de frequência então elaborados).

São os seguintes os resultados que se conservaram :

Idade	M	F
7	1,18	1,20
8	1,25	1,27
9	1,30	1,31
10	1,35	1,34
11	3,37	1,41
12	1,42	1,46
13	1,53	1,49

De outro lado, Milton Oliveira comunicou-nos, especialmente para este trabalho, os resultados que levantou, com o auxílio das suas alunas na Escola Normal local, relativos às crianças de União da Vitória, uma das mais importantes cidades do sul do Estado. A observação abrange

Sistema ósseo. — De importância, parece-nos, referir aqui o quadro de percentagens seguinte, que resume quadro correspondente dos autores :

	Zona central	Zona suburbana	Zona colonial	Total
Posição corporal defeituosa	7,92	8,79	5,69	8,16
Tórax raquítico	3,59	3,31	3,25	3,47
Desvios col. vertebral	5,18	6,85	1,62	5,67
Esculapae Alatae	24,26	16,21	27,64	21,42
Encurv. membros	3,44	5,64		4,12
Disformia craneana	0,15	0,24	0,81	0,21

Taxa de hemoglobina. — «... no grupo A a maior frequência revela taxas de hemoglobina acima de 50 % sendo bem elevado o percentual dos que apresentam taxas acima de 80 %. Não menos importantes foram os resultados do grupo B, que praticamente ofereceu semelhança com o primeiro grupo, dizendo assim do bom nível alimentar dos dois grupos, no sentido do poder de aquisição do ferro indispensável para a molécula de hemoglobina» (*).

420 crianças, de 7 a 14 anos, e os seus autores consideram-na, apenas uma «base preliminar para um estudo mais acurado». As suas tabelas são as seguintes :

Idade	Estatura		Peso	
	M	F	M	F
7	1,245	1,180	23,300	21,800
8	1,270	1,250	25,100	23,700
9	1,290	1,260	26,900	27,500
10	1,330	1,340	30,500	28,100
11	1,360	1,390	30,600	30,500
12	1,380	1,420	31,200	33,700
13	1,400	1,480	34,500	35,600
14	1,450	1,485	35,200	37,000

(*) «Estudando os percentuais da taxa de hemoglobina constatamos que a melhor taxa apresentada foi a de 80 %, incidindo sobre esta 56,75 % do número dos alunos examinados, sendo que maiores percentuais correspondem às seguintes taxas :

80 %	56,75 %	do total dos exames
90 %	26,03 %	» » » »
70 %	10,13 %	» » » »
60 %	3,05 %	» » » »
75 %	2,40 %	» » » »
85 %	1,53 %	» » » »
65 %	0,11 %	» » » »

Sistema dentário. — Percentagens encontradas pelos autores mencionados, no inquérito em questão :

	Zona central	Zona suburbana	Zona colonial	Total
Defeitos implantação	27,30	35,32	34,15	30,50
Falhas	3,04	5,73	8,13	4,21
Cáries	83,86	94,60	96,75	88,28

Sistema nutritivo. — São as seguintes as conclusões do inquérito :

— «... possível má fixação ou redução do equilíbrio fosfo-cálcico, no sistema ósseo.»

— «Os autores admitem existir estados de sub-carência A e C, com 32 % e 29 % respectivamente.»

— «O mesmo resultado para o estado sub-carencial da «tiamina» principalmente, sob um percentual de 25 %.»

— «Os demais caracteres de sub-nutrição ligados ao complexo B apresentam-se em 8,4 % em relação ao total dos examinados.»

— «Alta incidência de cárie dentária como decorrência principal de estados sub-carenciais de vitaminas, sais minerais e desequilíbrio na utilização dos Princípios Imediatos.»

— «... elevada incidência do «bócio simples», como decorrência da pobreza de iodo, e, provavelmente, de outros fatores constitucionais, etc.»

— «Os autores concluem por um possível estado hipo-proteico e hipo-lipídico, em face... da incidência de 0,3 % para **edemas**, 37,8 % **para redução do panículo adiposo** e 5 % para **caimbras**.»

Calculando os percentuais apresentados, encontramos 80,92 % como média da taxa de hemoglobina dos escolares de Ponta-Grossa. Esta média encontrada é considerada ótima, principalmente por se tratar de crianças. De início ficamos surpresos, mas, se verificarmos os percentuais de infestação por helmintos espoliativos — *Necator americanus* — encontrando 1,44 % de 836 exames positivos; *A lumbricoides* com 0,36 %, etc. — justifica-se mais aquela alta taxa de hemoglobina, certamente por contar Ponta-Grossa com grande parte da população de pessoas de origem europeia, predominando o polonês, o germânico, conservando ainda os bons costumes alimentares e um alto padrão alimentar».

Os autores fazem, sobre essas conclusões suas, a reserva de que os números apurados em seu inquérito não serão, provavelmente, decorrência exclusiva do estado nutritivo, sendo necessário fazer intervir «outras possíveis causas coexistentes ou remotas, capazes de influenciar os resultados observados».

Completemos o quadro com as observações de Azor Cruz em seu outro trabalho, «O Problema dos escolares retardados» (1), em que apresenta observações suas, sobre um grupo de 3094 alunos do sexo masculino e 2845 do sexo feminino ou seja um total de perto de seis mil crianças :

«No nosso Serviço de Higiene Escolar, ainda presente-mente, encontramos estados sub-carenciais, particularmente das vitaminas A e complexo B, caracterizadas, no primeiro caso, por fotofobia, blefarites e reduzida resistência dos epitélios ; modificada, sob alimentação e terapêutica, ricas em vitamina A ou Caroteno. Não ignoramos da eleição pela criança dos açucarados-glúcides, como Princípio Imediato da ração normal; pois bem; há necessidade, independente da quota alimentar, para vitaminas em geral e principalmente do complexo B, uma parcela maior de BI, para melhor fixação e distribuição orgânica-hepática desses glucídeos. O excesso de açúcar por doces e farináceos acarreta então um desequilíbrio do metabolismo, por insuficiência co-enzimática, da referida vitamina, sobre os glucídios, o que determina quadros frustrados ou progressivos e, às vezes, típicos de carência BI, aneurina, que se dispõe para o equilíbrio nervoso da criança. Consequentemente, sendo progressiva a carência e constante, refletirá sobre a capacidade intelectual do escolar, com redução da sua capacidade produtiva».

Coincidem com essas as observações posteriores, comunicadas por Eni Caldeira e Azor Cruz, relativas às crianças que frequentam a Escola Experimental do Instituto de Educação, na zona suburbana de Curitiba. Com efeito, segundo a referida comunicação, quase todas as famílias do bairro consomem alimentos proteicos e glucídicos, representados os primeiros sobretudo por feijão, carnes, leite e ovos, em ordem

decrecente. (Note-se que o valor protídico do feijão é inferior ao de outros alimentos principalmente de origem animal). Os resultados do inquérito assinalam a participação proteica limitada ou pobre principalmente no que se refere ao consumo diário ou semanal. Assinala, ainda, os inconvenientes nutritivos de um consumo relativamente acentuado de glúcídeos sem se acompanharem de alimentos portadores do complexo vitamínico B. Acentua-se a limitação nas aquisições de sais e vitaminas. Igualmente insuficiente a quota de gorduras.

As conclusões finais da referida comunicação registram que os valores dos princípios alimentares imediatos estão em desarmonia e desequilíbrio totais ; as famílias residentes nas proximidades da Escola Experimental Maria Montessori estão, na maioria, em estado de sub-alimentação.

II — Vida psicológica. — a) — A inteligência. — Ledi de Melo Cid escreveu para o presente trabalho o seguinte relatório relativo ao levantamento do nível de inteligência, em Curitiba, num grupo específico, e relativo às idades de 11 a 20 anos, em 1953, feito por ela e suas colaboradoras : «Quando, no início do ano letivo, fizemos aplicação coletiva do teste «matrizes progressivas» de Raven, no grupo de alunas que deveriam constituir a 1ª série do Curso ginásial do Instituto de Educação do Paraná, dando à amostra obtida o devido tratamento estatístico, com o fim de separação das turmas, cremos ter notado algo que posteriormente nos levou a estender a experiência a outro grupo maior, de idade e escolaridade diferentes (15 a 20 anos), bem como à realização de uma prova de controle sobre o primeiro grupo, seis meses após a primeira aplicação. As conclusões a que chegamos trabalhando a amostra de 549 casos (237 até 13-1/2 anos e 312 de 15 a 20 anos) levam-nos a admitir a hipótese de um rendimento menor nos grupos estudados em comparação com as tabelas que acompanham o referido teste. Podemos considerar nossa amostra equivalente, talvez mesmo superior às argentinas e inglesas já citadas, visto que na primeira, distribuem-se 735 casos pelas idades de 6 a 13-1/2, contados de seis em seis meses, e na

segunda a distribuição de 1407 casos se faz entre 4 e 14 anos, também contados de seis em seis meses. Nossa amostra é de 237 casos relativos apenas ao período de 11 a 13 anos. Consideramos o trabalho realizado em 1953, apenas como uma pesquisa aberta neste terreno de um possível rendimento inferior de nossa adolescência, pelo menos dentro daquela fase de desenvolvimento. Insistimos no relatório que ora fazemos, na consideração de simples hipótese, que apenas a continuação da pesquisa pode confirmar ou desfazer. Contudo, não podemos deixar de registrar nossa profunda impressão quando da aplicação individual do teste em crianças da Escola de Aplicação, sempre em situação desfavorável quando comparadas àquelas tabelas. Convêm citar ainda a correspondência de resultados com os do teste «Otis» aplicado na 1ª série do Curso Normal. Neste caso, além da correspondência de situações individualmente consideradas, repetiu-se uma distribuição relativamente baixa : 7 a 47 pontos com as separatrizes Q1 17, Q2 23 e Q3 30. É interessante — embora se trate de assunto relativo a outro período letivo, — notar a semelhança da distribuição obtida em 1954 com a aplicação do mesmo «Otis», num grupo bem maior de candidatos ao Curso Normal. Dessa vez, a prova aplicada após a primeira eliminatória do exame vestibular, mas antes dos resultados finais, acusou uma distribuição de 5 a 48. Mas, voltemos à pesquisa em torno das «Matrizes progressivas», cujos fundamentos e caracteres são, em linhas gerais, os seguintes : baseado no conceito de Spearman, um teste gráfico, independente do grau de escolaridade, de aplicação individual e coletiva, sem limite de idade. Do tipo de preenchimento de lacunas em desenhos, pela eleição entre soluções múltiplas apresentadas. Problemas de dificuldades crescentes em cada uma das cinco séries. Portanto, uma prova em que se dirige à «capacidade de observar, comparar, descobrir relações e raciocinar por analogia». E, como diz Raven, «simples, económica, interessante e agradável». Os resultados a que já nos referimos podem ser mais bem apreciados, comparando-se as tabelas usuais com as obtidas em

nosso «Serviço». Guardamos a mesma classificação Raven em tabelas de percentís, considerando :

GRUPOS	PERCENTÍS	DIAGNÓSTICO DE CAPACIDADE
I	95	Superior
II +	90	Superior à média
II	75	
III +	50	Média
III		
III —		
IV +	25	Inferior à média
IV	10	
V	5	Deficiente

1* Grupo estudado (237 casos de 11 a 13,5 anos) :

Perc.	Tabela Instituto Educação Idades cronológicas						Tabela Raven Idades cronológicas					
	11	11,5	12	12,5	13	13,5	11	11,5	12	12,5	13	13,5
95	47	48	48	42	47	44	50	51	51	52	52	53
90	43	45	45	38	44	43	47	49	49	50	50	51
75	40	42	41	34	38	40	41	43	45	46	47	38
50	31	36	34	27	25	30	35	37	39	41	43	44
25	22	23	24	17	14	25	26	29	32	34	35	37
10	11	12	18	11	11	19	16	18	22	25	27	28
5	8	11	14	9	10	14	14	15	16	17	19	21

Como se vê, considerando-se apenas até 12 anos, como idade normal para entrada no curso ginásial, há sempre a diferença de uma classe pelo menos. De 12 anos em diante, como seria de esperar, a diferença é maior ainda, notando-se mesmo certa discrepância de distribuição. Assim, uma criança de 11 anos, por exemplo, que alcançou 35 pontos, é, pela nossa tabela, classificada como média forte (entre os percentís 50 e 75), enquanto que, pela de Raven, é média, simplesmente. A que, com 11,5 anos, faz 50 pontos, classifica-se pela Instituto Educação no I grupo, e, pela Raven, no II. E assim por diante. De tal forma, os 237 casos, classificados pelas duas tabelas, ficaram assim distribuídos :

Grupos	Tab. Inst. Educação	Tab. Raven
I	4	1
II +	11	4
II	26	10
III +	45	36
III	21	20
III —	41	39
IV +	32	53
IV	25	22
V	32	52

Diminue o número de fortes, aumentando o de fracos. Os 89 casos abaixo da média, incluindo 32 deficientes, transformam-se em 127, dos quais 52 deficientes.

Na prova de controle, aplicada em setembro, o número de desistentes do curso era já bem elevado. Essa prova trouxe confirmação aos primeiros resultados. Os 237 casos ficam reduzidos a 204. Portanto, 33 casos entre desistentes e faltosos. Veremos alguns, fazendo 1 ou 2 pontos a mais e conseguindo uma classe acima. Esta variação que se pode verificar no quadro a seguir, (grupo II), não é contudo significativa considerando-se individualmente, pois em março ocupavam situação limítrofe.

Grupos	1º aplic.	2º aplic.	Diferença,
I	1	1	0
II +	4	4	0
II	10	19	+ 9
III +	36	25	— 11
III	20	14	— 6
III —	39	37	— 2
IV +	53	47	— 6
IV	22	18	— 4
V	52	39	— 13
Total	237	204	— 33

O quadro nos parece sugestivo. Aos seis meses do ano letivo, 23 dos classificados abaixo da média haviam desistido, enquanto que encontrávamos apenas menos 10 dos médios e presentes todos os de situação elevada.

Quanto ao estudo do outro grupo, limitar-nos-emos à trans-

crição dos resultados em comparação com as idades mais próximas da tabela Raven, ou sejam 14 e 20 anos. 312 casos.

Grupo	Perc.	15 a 20 anos	14 anos	20 anos
I	95	53	53	55
II +	90	52	52	54
II	75	48	48	49
III +				
III	50	44	44	44
III -				
IV +	25	38	38	39
IV	10	26	27	28
V	5	17	23	23

Como se vê, ainda no caso de alunas que chegaram às últimas séries do Curso Normal, um grupo de caracteres diferentes do anterior, a contagem não nos favorece. O misto 15 a 20 aproxima-se mais do grupo de 14 do que do de 20 anos da tabela Raven».

Conclusões parece-nos que concordantes com estas, são as que nos comunica, para o presente trabalho, Milton de Oliveira, tiradas do estudo, por êle dirigido, da criança de União da Vitória. O relatório, assinado por Nelly Cordeiro Augusto, como aluna-relatora do trabalho da equipe, informa-nos: «Aplicamos, no 2º semestre do ano letivo de 1953, o teste coletivo económico de Ballard, em todas as crianças que sabiam escrever, da Escola de Aplicação da Escola Normal Secundária de União da Vitória. O teste foi aplicado no 1º (duas classes), 2º, 3º e 4º ano da referida escola. O total das observações foi de 128, incluindo crianças de 6 a 14 anos de idade, de ambos os sexos (62 obs. no sexo fem. e 66 no sexo masc). Os resultados foram, tomada a mediana por sexo e por idade :

Sexo masculino :

Idade	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Normas	24p.	32p.	34p.	35p.	38p.	52p.	54p.	58p.	

Sexo feminino :

Idade	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Normas	34p.			38p.	41p.	44p.		54p.	

Os lugares em branco **exprimem** as eliminações que a crítica da prova aconselhou.

Damos, a seguir, a tabela de Ballard, para a devida comparação :

Idade 8 9 10 11 12 13 14
Normas 40p. 45p. 56p. **64p.** 72p. 80p. 88p.»

b) — A personalidade. — Ledi de Melo Cid fêz, em crianças do meio suburbano de Curitiba, (Escola Experimental Maria Montessori), e do centro urbano (Escola de Aplicação do Instituto de Educação), uma aplicação, em 1953, do teste «Frustração em face de um quadro» ou «Rosenzweig Picture Frustration Study». Fazemos, aqui, uma síntese do seu relatório especial para este trabalho, citando-o diretamente quando fôr o caso.

Para dar uma ideia rápida desse teste, transcrevemos as instruções dadas aos sujeitos, por escrito: «Em cada um dos quadrinhos deste folheto vêm-se duas pessoas, uma falando com a outra. O que uma delas diz está escrito. Imagine qual a resposta da outra e escreva no lugar que está em branco. Dê a resposta que primeiro lhe vier à cabeça. Trabalhe o mais depressa possível».

O desenho abaixo reproduz um dos 24 quadrinhos **que** compõem a série destinada à infância.

«Nas 24 situações apresentadas, a agressividade se revela em três possíveis direções e sob três tipos diferentes. Em direção exterior, isto é, para alguém ou algo que constitui o objeto frustrador ; em direção interior, ou melhor, em direção do próprio eu ; ou, ainda, numa atitude de aco-



modação pessoal e social, em direção a coisa alguma. Dessa forma, teríamos, respectivamente, as chamadas reações extra-punitiva, intra-punitiva e im-punitiva, marcadas com as abre-

viaturas E, I e M. É evidente que um ajustamento social ideal supõe uma proporção razoável de tais reações, pois os quadros são escolhidos de uma tal forma que um exagero de respostas E e E, por exemplo, revelaria uma acentuada agressividade, assim como se poderia supor a existência de um sentimento culposo no exagero de I, e uma forma de fuga ou insegurança quando elevada a percentagem de M. A simples apreciação dessa proporção na direção da agressividade, diante de uma situação de frustração, dá o chamado ICG. (índice de conformidade com o grupo), ou seja, um certo nível de maturidade social, revelado pela capacidade de assumir responsabilidade, acomodar certas situações, sem que a expressão de necessidades de afirmação seja prejudicada. Ao lado disso, buscando estudar traços mais precisos da personalidade, Rosenzweig leva mais longe a análise das respostas, mostrando que extra-punitiva, intra-punitiva ou im-punitiva, cada reação deve ser apreciada segundo tipos diferentes. Distinguem-se as respostas diretamente sobre o obstáculo dominante, situação ou objeto frustrador (OD), das que trazem uma evidente preocupação de auto-defesa (ED ou ego-defensivas), e daquelas ainda que sugerem um meio de superar a frustração (NP ou necessidade persistente). Para exemplificar, tomemos três respostas obtidas com relação ao quadro 8, em que uma criança diz a outra: «Você quebrou a melhor boneca que eu tinha». Com as respostas: «Quebrei, sim !», «Foi sem querer», «Vou lhe dar outra», temos três crianças de 10 e 11 anos assumindo a responsabilidade da ação. Três reações I, normais, visto que o quadro sugere um flagrante. Entretanto, são três tipos diferentes de I. Enquanto a primeira se atirou sobre a situação frustradora, a segunda se protegeu buscando mesmo uma atenuação da culpa, e a terceira, assumindo-a também, tentou, contudo, dar uma solução à situação errada. Reações de idêntica direção, mas que, de diferentes tipos que são, sofrem notação diferente. Maiúsculas com apóstrofe para OD, minúsculas para NP, e maiúsculas simples para ED. Considera-se, ainda, uma notação E para indicação de respostas extra-punitivas de excessiva carga emocional, e I indicando uma atenuação à responsabilidade assumida. É, como se vê, o teste, um instrumento de amplas possibilidades para o estudo dos traços mais finos da personalidade, como sejam a segurança, a vivacidade, o senso de responsabilidade, etc».

Enquanto à aplicação : forma coletiva. Foi escolhido o grupo de crianças de 9 a 14 anos que constituíam a 4ª série da escola urbana e de 9 a 13 anos das 3ª e 4ª série da escola suburbana.

«Colhidas 106 provas do primeiro grupo e 77 do segundo, foram analisadas 102 e 57 respectivamente. O abandono de 3,7 % e 27,3 % por ininteligíveis, ilegíveis ou número insuficiente de respostas, já constitui uma informação interessante sobre as situações escolares examinadas. Constatamos alto o número de fugas à identificação no grupo da Escola Experimental». «Quanto ao tratamento estatístico dado às amostras estudadas, trouxe os seguintes resultados :

a) — os dois grupos estudados mostram-se como dois grupos de características diferentes do ponto de vista dos caracteres que o teste IJosenzweig aprecia.

b) — Ambos enquadrados na faixa da normalidade da tabela americana (grupo de crianças normais), no que se refere ao ICG., mas de diferenças muito marcadas com relação a certos traços particulares da personalidade, como se pode verificar pela comparação do seguinte quadro :

Tabela	M	64,4	43,7	25,6	29,0	16,0	54,9	27,7	8,8
Rosenzweigdp.		9,7	13,7	10,5	9,6	5,9	9,0	9,3	4,9
Tabela	M	66,7	55,25	20,9	24,35	33,65	45,2	22,5	11,35
Esc. Apl.	dp.	8,7	11,35	6,0	9,8	9,5	10,0	9,5	8,25
Tabela	M	60,85	56,25	22,85	27,05	35,93	43,35	20,2	11,88
Esc. Exp.	dp.	9,45	12,7	6,7	13,25	11,4	10,85	8,85	6,81

Como se vê, é OD. o traço completamente diferente da tabela americana nos grupos estudados. Mais alto, muito mais alto que a faixa normal. E isso mesmo nos melhores quadros de conformidade com o grupo, considerados individualmente. Normal, normal acima da média algumas vezes, acima do desvio padrão quase sempre, nunca normal abaixo da média ou abaixo do desvio padrão. Em correlação, são mais altas as percentagens de E (ainda que dentro da faixa) e menos elevadas as de ED». «Como interpretar esses dados ? Eviden-

temente, nossa pesquisa não nos permite ainda conclusões neste terreno. Em todo o caso, alguns pontos se fazem claros:

a) — Um instrumento de interpretação da personalidade como o Rosenzweig não pode ser empregado sem uma cuidadosa adaptação de tabelas ou de situações...

b) — No terreno pedagógico, a conclusão da pesquisa leva-nos à já muito afirmada necessidade de planos, sistemas e programas educacionais «locais», isto é, para cada situação». Por exemplo; «Talvez, ao aceitarmos os resultados da pesquisa que viemos de apresentar, veríamos na criança da comunidade urbana de ambiente familiar que lhe oferece maiores facilidades, mais mimos, — coisas que talvez respondam pela percentagem baixa de I, — veríamos a necessidade de orientação no sentido de desenvolver o senso de responsabilidade. Já numa comunidade do tipo da da Escola Experimental, de acordo com o quadro apresentado, crianças habituadas a assumi-la, o mais relevante papel da escola seria a oportunidade de auxiliar a canalização de impulsos agressivos um tanto mais vivos que no primeiro grupo».

Creemos ser esta a única pesquisa de que dispomos sobre o presente assunto:

O SISTEMA ESCOLAR PÚBLICO NO PARANÁ

I — O ensino elementar. — a) — Histórico. — Nasceu o Paraná sabendo ler e escrever, segundo a boa definição de Euclides Bandeira : «É sucesso significantíssimo : Curitiba nasceu sabendo ler e escrever, isto nos remotos daquelas épocas em que a alfabetização era um mito. Logo das suas primeiras camadas de nativos alguns foram para Coimbra, sendo que um deles conquistou o grau de catedrático da célebre Universidade. Mal se fundou a Faculdade de Direito de S. Paulo, dos 4 bacharéis da primeira turma, um era curitibano. Não admira que, pelo último recenseamento, Curitiba houvesse a láurea de ser das capitais brasileiras a que conta menor número de analfabetos : como ficou dito, nasceu sabendo ler e escrever. Quando vai perto de 240 anos, os moradores dos campos dos

pinhais resolveram, por sua alta recreação, erigir Curitiba em vila — toda a população masculina era de noventa homens. Provavelmente, na ocasião, nem todos estariam presentes na sede, da qual muitas moradas ficavam distantes ; entretanto, o termo de ereção recebeu 65 assinaturas. Não sabemos qual, na atualidade, a vila brasileira onde tal caso se possa reproduzir» (5, pág. 14).

Repete-o Francisco Negrão : «Os povoadores de Parana-guá e Curitiba foram, por felicidade nossa, todos homens de certa cultura intelectual e moral, pois pertenciam às principais famílias vicentinas, que aqui aportaram em missões permanentes de caráter militar, no interesse da defesa dos portos e sertões, seriamente ameaçados por holandeses e franceses, na costa marítima, e castelhanos, no sertão» (6, pág. 93).

Depois, porém, foi preciso esperar 1772, para que o próprio Portugal começasse o processo de inverter a pirâmide do organismo da educação, transformando a educação primária em base, quando, até então, a base eram os estudos clássicos e superiores. É com o Marquês de Pombal que essa revolução de critério se processa (*). Dentro do mesmo espírito e com o mesmo propósito foi a criação, simultânea, da taxa escolar, que recebeu a denominação de «Subsídio literário», que, para os domínios da Ásia, África e para o Brasil, era de dez réis em cada canada de aguardente, e, para o Brasil e a África, ainda, de um real em cada arrátel de carne consumida.

- (*) «Havia, como desde logo é manifesto, uma extrema desproporção entre o número das escolas consagradas à educação e ensino popular, e a largueza exuberante, com que era dotada a instrução ginasial ou secundária. Era harto parcimonioso o quadro dos professores primários, excessivo certamente o dos que tinham por encargo difundir as letras clássicas. Se atentarmos, porém, em que era novo, desusado até ali, quase havido por inútil ou supérfluo o ensino da gente comum e não letrada, e em que por toda a Europa era vulgar, ainda nos países de maior cultura, o cifrar nas humanidades, principalmente no latim, o melhor tesouro e ornamento intelectual, não podemos ferrar-nos a, admirar como uma ousada e salutar inovação, o reputar o legislador, como um encargo público, desde então imprescritível, o ensino primário ministrado às mais humildes e sertanejas povoações». (O Marquez de Pombal. — Publicado pelo Clube de Regatas Guanabarenses do Rio de Janeiro. — Imprensa Nacional. — Lisboa. — 1885. — Pág. 393).

Em consequência, «criam-se algumas aulas de primeiras letras em algumas vilas da Capitania, com esses poucos recursos, que não chegam para cobrir as despesas, pelo que as aulas ou são suspensas ou o professor leva anos e anos à espera do pagamento de seus vencimentos atrasados. Isto faz com que os mestre-escolas fossem quase sempre de ignorância assombrosa, e as cadeiras sempre vagas ou sem preencher» (6).

O mais seria o esforço particular, e, assim, a escola para os que podiam pagar as suas taxas.

E aquela primeira escola pública foi escola de «ler e escrever e catecismo».

Vindo a Independência,,a escola primária vai ser regulada em todo o Brasil, pela lei de 15 de outubro de 1827. A escola, segundo essa lei, seria de ler, escrever, contar as quatro operações fundamentais, os números fracionários ordinários e decimais, as proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática portuguesa, os princípios da moral cristã e do catolicismo romano, preferindo-se para a leitura a Constituição do Império e a História do Brasil. Isto na letra da lei. É bem de ver que não atingiria a ser assim na realidade da vida das classes,'se não por exceção. Método lancasteriano.

Em 1834, o Ato Adicional transfere às Assembleias provinciais a competência de legislar sobre a «instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la...» Ainda não emancipado de São Paulo, é a legislação e administração paulista que regem a educação do Paraná. Nesse tempo, cabe referir a lei Paulista de 16 de março de 1846, lei orgânica do ensino público da Província. É essa lei que se encontrará em vigor ao tempo da emancipação política do Paraná, em 1853. E foi ela que deu a estrutura que, verdadeiramente, serviria como ponto de partida da estruturação e organização posterior. Quanto ao plano de estudos, ela não altera a lei de 1827. Mas, «nas povoações em que a escola do sexo masculino tiver frequência superior a 60 alunos, poderá haver mais uma escola ; e, neste caso, serão adicionadas, na segunda escola, as seguintes matérias : noções gerais de história e geografia, especialmente do Brasil, noções de ciências físicas aplicadas aos usos da vida.

Nas escolas do sexo feminino de frequência superior a 40 alunas, também haverá mais de uma escola, adicionando as noções gerais de história, geografia e música». É a origem da divisão do ensino primário em dois graus, que se encontrará no sistema paranaense até a reforma Azevedo Macedo. Segundo o presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, o plano é inspirado na legislação francesa estabelecida por Guizot, mas desfigurando-a irreconhecivelmente.

No momento em que o Paraná vai começar a sua vida autônoma, a situação do ensino elementar pode ser retratada assim :

Curitiba: 3 classes: 89 alunos e 28 alunas.

Paranaguá: 4 classes: 2 masculinas, com 122 alunos e 2 femininas.

Morretes: 2 classes: 56 meninos e 23 meninas.

Antonina: 2 classes: 37 meninos e 27 meninas.

Guaratuba: 2 classes: 39 meninos e 24 meninas.

Castro: 2 classes.

Lapa: (Príncipe): 2 classes.

Campo Largo: Palmeira, Iguaçu, Votuverava, São José dos Pinhais, Rio Negro, Tibagi, Ponta-Grossa, Guarapuava, Guaraquessaba, Porto de Cima : 1 classe. Dessas classes, criadas, algumas estavam vagas.

«Todas as corporações e funcionários a quem ouvi acerca do estado da instrução na província deram-me as mais desfavoráveis informações». É desse modo que o primeiro presidente da Província recém-criada (1853) define a situação.

A partir daí, a evolução do ensino elementar no Paraná, como, de resto, todo o sistema de ensino, vai se processar lentamente através u'a marcha de que damos algumas das etapas, que nos parecem mais significativas.

Em 1857, o ensino elementar, no Paraná, é regulado assim, xio essencial:

«O ensino primário na Província será dado em escolas públicas e particulares ; as primeiras serão fundadas pelo governo gratuitamente para todos, salva a criação de casas de asilo, que só serão gratuitas para os indigentes ; e as segun-

das por pessoas particulares ou associações, com prévia verificação de habilitação e conduta ; umas e outras funcionarão debaixo de inspeção do governo criado para a instrução pública. A lei distingue as escolas públicas primárias em escolas de primeira e de segunda ordem, tanto para um, como para outro sexo. (Art. 1º, 2º e 4º da lei de 19 de março de 1846). As escolas de primeira ordem, no seu ensino, compreendem: Para o sexo masculino: leitura, caligrafia, gramática, religião, noções de geometria, teoria e prática de aritmética até regra de três, sistema de pesos e medidas do Império. Para o sexo feminino, são as mesmas matérias com exclusão de gramática e limitada a aritmética ao ensino das quatro operações de números inteiros ; completando o plano de ensino, os trabalhos de agulha. As escolas de segunda ordem, para o sexo masculino, compreendem mais o ensino de noções gerais de história e geografia, especialmente do Brasil, e noções de ciências físicas, aplicadas aos usos da vida; e, para o sexo feminino, noções de história, geografia, música e língua francesa. O ensino será dado pela manhã e à tarde, durando cada sessão duas horas e meia. Na abertura da escola, pela manhã, e encerramento, à tarde, recitarão os alunos, acompanhando o professor, uma curta oração religiosa. O ensino será simultâneo por classes, assegurando-se o professor de que as outras estejam convenientemente aplicadas ao estudo de que se ocupam. Fica salvo o direito de exercitar qualquer outro método de ensino autorizado pelo inspetor geral, com expedição de instruções especiais para esse fim. Para a divisão das classes e programa de ensino de cada uma, expedirá o inspetor geral as necessárias instruções. Não obstante ser o ensino simultâneo, o professor nomeará da última classe monitores para fazerem repetições nas classes inferiores. Logo que a escola seja frequentada por mais de 70 alunos, será o professor auxiliado por um adjunto : o excesso de 90 alunos poderá determinar a criação de uma escola de segunda ordem. Aos acessos de uma para outra classe precederá exame, com assistência do inspetor do distrito, ou sub-inspetor. Além desses exames, haverá, no mês de dezembro, exames de habilitação para os alunos que esti-

verem preparados nas matérias da escola. Quando em uma povoação não houver número suficiente de alunos, que determine a criação ou continuação de uma escola pública, ou quando falte pessoa com as habilitações legais para ser provida, poderá o inspetor geral, com audiência do inspetor do distrito e autorização do governo, contratar com qualquer professor particular que melhores habilitações possuir, a admissão gratuita, na sua escola, de alunos pobres, mediante uma gratificação de 150 a 300 mil réis. Aos meninos pobres se dará papel, penas, tinta, livros e os compêndios necessários. Nas escolas públicas e particulares só serão admitidos livros e compêndios autorizados pelo inspetor geral. O ensino na província é obrigatório dentro do círculo de uma língua da escola pública. As matrículas são gratuitas e ficam excluídos delas : os que sofrerem de moléstia contagiosa, os não vacinados, os escravos, os menores de 5 e os maiores de 15 anos, os que houverem sido expulsos competentemente. Nas escolas de 2ª ordem poderão matricular-se para se sujeitarem somente às classes das matérias accessórias, todos aqueles que apresentarem título de aprovação nas de 1ª ordem.»

Em relação aos castigos, o professor é autorizado a repreender ; mandar ficar de pé ou de joelhos, ou semelhante ; dar trabalho suplementar ; expulsar. Outros castigos dependem de autorização especial do inspetor geral. E castigos corporais dependem de autorização especial do governo. Note-se que, em 1873, a lei n' 361, decretada pela Assembleia Provincial, era sancionada autorizando o «uso da palmatória nas escolas de primeiras letras, para os casos em que os castigos morais não forem suficientes. Esta permissão não excederá a seis palmatoadas nos casos graves».

Mencione-se, na evolução da escola primária do Paraná, o passo, dado em 1885, pelo presidente da Província, Brasília Machado, solicitando da Escola Neutralidade, de S. Paulo, dirigida por João Kopcke e António da Silva Jardim, «um plano vazado em moldes científicos, adaptável às condições atuais da província». Daí resultou, no substancial, um novo

programa de ensino, o qual deixava sugerida u'a metodologia certamente bem mais avançada do que a então corrente.

Em 1890, refletindo bem o fato de que a ideia da República, no espírito dos propagandistas, tinha uma preocupação revolucionária mais profunda do que a mudança do regime, vamos encontrar a feitura de um novo regulamento da instrução pública no Paraná. A sua elaboração foi confiada a algumas das personalidades mais eminentes do Paraná da época e é necessário referir os seus nomes : Eusébio Silveira da Mota, Emiliano Pernetá, Generoso Marques dos Santos, João Pereira Lagos, José Joaquim Franco do Vale e Justiniano de Melo e Silva. Todos os que conhecem o Paraná sabem o que pode significar a constituição de uma comissão composta com tais nomes.

Vejam os pontos que levam eles o sistema : «A instrução primária elementar do Estado será ministrada por cadeiras já criadas e as que forem estabelecidas nas cidades, vilas, freguesias e nos povoados, onde verificar-se a existência de quarenta alunos em condições de aprender, compreendidas as colônias; por escolas providas em localidades, preferidos para regê-las os professores habilitados legalmente ; por aulas mantidas pelas câmaras municipais; por estabelecimentos livres, não subvencionados. Será dividido em dois graus o curso primário. O primeiro ou elementar compreenderá a instrução moral e cívica; a leitura e escrita; noções gerais e práticas de gramática portuguesa ; elementos de aritmética, compreendendo o sistema métrico, o desenho, com aplicação à indústria e às artes ; as prendas domésticas, nas escolas de meninas. No segundo ou complementar, além das disciplinas mencionadas, ensinar-se-á aritmética aplicada ; elementos de cálculo algébrico e geométrico ; regras de contabilidade usual e escrituração mercantil ; noções de ciências físicas e naturais com aplicação à agricultura, às artes e à indústria ; o desenho geométrico e de ornamento ; a geografia industrial e comercial. As câmaras municipais ou as autoridades que as substituírem criarão desde já escolas noturnas, ou pelo menos subvencionarão, segundo os seus recursos, al-

guma daquelas que forem estabelecidas por iniciativa particular e tiverem frequência não inferior a quinze alunos. Os que tiverem fazenda de criação, fábrica ou estabelecimento industrial, onde se empreguem mais de quinze crianças de sete a quatorze anos, não havendo algum estabelecimento de ensino à distância de três quilómetros, são obrigados a custear ou subvencionar uma escola de instrução primária elementar, sob pena de 100\$ a 200\$000 de multa e do dobro na reincidência. É livre o exercício do magistério em qualquer dos graus do ensino, assim como a escolha dos métodos, programas e compêndios, nas aulas particulares ; mas os respectivos instituidores são obrigados a comunicar ao diretor geral da Instrução Pública a abertura dos seus estabelecimentos, imediatamente depois que esta fôr realizada, e a fornecer todas as informações exigidas por aquele funcionário ou pelos inspetores literários. O ensino da moral é destinado a completar, consolidar, enobrecer todos os outros ensinos da escola. O professor não se proporá doutrinar uma moral teórica, como se os alunos desconhecessem a noção preliminar do bem e do mal; mas deverá incutir no espírito das crianças essas noções essenciais de moralidade humana, comuns a todas as doutrinas e necessárias a todos os homens civilizados. É interdita a discussão sobre seitas ou dogmas religiosos, e recomendada a maior atenção ao desenvolvimento moral dos meninos, de modo a formar e aperfeiçoar o caráter de cada um. Poderão as municipalidades criar um imposto anual de um mil réis por cada fogão, com exclusiva aplicação à instrução primária, industrial e agrícola. Serão consideradas municipais e, portanto, independentes da direção central do ensino, as escolas criadas pelas câmaras com recursos próprios. Sempre que fôr impossível a criação de duas escolas, para cada sexo, em qualquer localidade, será instituída uma cadeira de ensino promíscuo, regida por preceptora. Nestas escolas só poderão matricular-se alunos do sexo masculino até o limite de dez anos. O governo nomeará comissões, onde julgar conveniente, que se incumbam de promover a frequência escolar. Nenhuma criança será

admitida à matrícula nas escolas primárias diurnas, que tiver menos de 6 e mais de 14 anos de idade».

O Regulamento baixado em função dessas disposições estabelecia : «É garantida em todos os graus a mais completa liberdade de ensino, guardadas as disposições dêste Regulamento. A instrução primária, normal e secundária será dada gratuitamente pelo Estado. É obrigatória a frequência das escolas em todas as localidades onde fôr exequível a organização criada pelo Regulamento de 3 de dezembro de 1883. Nas escolas públicas primárias só serão admitidos livros e compêndios autorizados pela Escola Normal. O modo de ensino nas aulas de instrução primária elementar será o misto ou simultâneo-mútuo. Adotar-se-á o método intuitivo, fundado no conhecimento direto das cousas. Os professores organizarão museus escolares, com plantas e minerais da região, pondo para isso em contribuição a curiosidade e deligência das crianças. Cada aluno, em seguida à matrícula, receberá um caderno especial, que deverá conservar durante toda a duração de seu tirocínio. O primeiro exercício de cada mês será feito nesse caderno pelo discípulo, em classe e sem auxílio estranho, de modo que o conjunto de tais exercícios permita seguir a respectiva série e julgar dos progressos do aluno, de ano a ano. A divisão e distribuição dos exercícios devem obedecer às condições gerais seguintes : Cada sessão deve ser distribuída em diversos exercícios que demandam maior esforço de atenção, tais como os que aritmética, gramática, redação, serão feitos de preferência, no princípio da classe ; as lições, leituras, exercícios serão acompanhados de explicações orais, e de perguntas ; as correções, em regra, far-se-ão no quadro negro; as redações serão revistas pelo professor, fora das horas escolares; haverá, cada dia, nas aulas, uma lição que, sob a forma de diálogo familiar ou por meio de uma leitura apropriada, será consagrada à instrução moral».

É bem visível, em tudo isso, o ímpeto de renovação. Um ímpeto de renovação na educação, ditado pelas convicções políticas e filosóficas, muito mais do que técnicas, de um grupo de intelectuais. Pode-se imaginar que esse «sonho» não tenha

chegado a implantar-se. Aqueles nomes que integravam a comissão elaboradora do regulamento, se foram dos mais ilustres com que contou o magistério secundário do Paraná, em toda a sua vida, não eram nomes de líderes da educação elementar. Nem bastaria que a direção da educação toda ficasse em mãos da Escola Normal, cujo corpo docente eles integravam, como, de fato, ficou.

Depois disso, outro momento importante do esforço de organização ou reorganização se vai encontrar no após-dia da revolução federalista no Paraná, — revolução de fundíssima repercussão na vida interna do Estado. As convulsões levam sempre a repensar o problema da educação. Agora, porém, já não há ímpetos teóricos. A nova lei tem o título : Lei n° 136, de 31 de dezembro de 1894. Reforma o ensino público no Estado. Na verdade, parece deixar para trás tudo que foi o generoso teorismo de 90. Do ponto de vista do ensino primário, só um passo acrescenta ao anterior : na discriminação das matérias figura a educação física: ginástica de salão, nos termos da lei. No mais, continua a ser uma escola para crianças de 7 a 14 anos (7 a 12 para meninas), gratuita, aspirando a ser obrigatória, mas sem dar passos efetivos nesse sentido, etc. A lei de 94 parece, apenas, uma disciplinadora de fatos que exigiam imediatamente e sensivelmente disciplina, abandonando o que fora a preocupação renovadora de 90 e, na verdade, abandonando toda a preocupação de avanço. Disciplinando mais, apenas. Perde toda a audácia. Talvez fosse — essa lei de após revolução tão pouco revolucionária — o resultado de um estado dos espíritos, que, inquietados até o desespero pela convulsão, buscassem, agora, a tranquilidade e a disciplina. O Regulamento de 95, relativo a essa Lei, dá um passo importante : cuida, com atenção especial, da obrigatoriedade do ensino em 12 longos artigos minuciosos.

Depois, em 1903 : «O ensino público primário do Estado do Paraná consta de dois graus». No plano dos dois graus, aparece, mencionado pela primeira vez, a exigência do ensino de noções de agronomia. Cremos ver, aqui, refletido o entu-

siasmo romântico pela natureza. «A Felicidade pela agricultura», de Castilho : um livro que encontrei muitas vezes nas bibliotecas dos intelectuais da época. «O estudo de cada um desses graus fica dividido em duas séries ou anos. O processo de ensino deve ser intuitivo, visando-se desenvolver nos alunos a faculdade de observação, habituando-os a pensar por si mesmos. Exercitando-se-lhe a memória, cumpre evitar que êle decore automaticamente, como papagaio ; transmita-se-lhe a ideia, para êle reproduzir pelas suas próprias palavras, quando possível, sem se escravizar às palavras do livro. As lições devem ser mais práticas e concretas que teóricas e abstraías, promovendo-se gradualmente o desenvolvimento das faculdades infantis. Nas vésperas das datas célebres da nossa história, o professor explicará o fato histórico que se comemorar, procurando despertar nos alunos, a par dos sentimentos humanitários, o amor da pátria e os sentimentos cívicos». O ensino continua a ser feito em classes diferentes, para meninos e meninas, segundo, mais ou menos, as mesmas normas anteriores. «Para evitar a fadiga de estar muito tempo sentado e para repousar um pouco o espírito, poderão os professores, no fim de cada hora, fazer os alunos marcharem ordenadamente na própria sala de aula, sem grande ruído, e executar alguns exercícios de ginástica de salão, com levantamento e abaixamento de braços, entremeiados de cânticos escolares, quando possível». E, agora, um passo decisivo no espírito legislador da escola : «A disciplina escolar deverá assentar essencialmente na afeição do professor para com os alunos, de modo a serem estes dirigidos não pelo medo, mas pelos conselhos e persuasão amistosa. É expressamente proibido nas escolas o uso dos castigos corporais». Teria sido interessante acompanhar a evolução do que se prescreveu, neste sentido, nos regulamentos que estamos estudando. Foi sempre matéria cuidadosamente regulada. Só agora atinge, pelo menos, a expressões de humanidade. Depois disso, um capítulo inteiro é destinado a prescrições sobre higiene escolar, com esboços de preocupações verdadeiramente técnicas.

1907 : «O ensino público, mantido oficialmente pelo Estado, divide-se em:

1° — ensino infantil, ministrado no jardim da infância da Capital e nos que venham a ser criados ;

2° — ensino primário, ministrado nas escolas públicas primárias ;

3° — ensino normal, ministrado na Escola Normal;

4° — ensino secundário, ministrado no Ginásio Paranaense». «O ensino infantil será dado... segundo o método e os processos de Froebel».

«Todas as escolas primárias do Estado têm uma mesma organização e orientação. Em todas as escolas o ensino é dividido em 1° e 2° grau, e distribuído em 5 anos de curso. O 1* grau compreende as quatro primeiras séries.»

«A criança deve obedecer por amor e não por medo.»

Um novo passo decisivo vai ser dado agora. 1914. O nome a êle ligado é o de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo.

Dizia êle, em ofício de 15 de janeiro de 1914, ao então Secretário do Interior, sob cuja direção ficava, pela época, o sistema educacional do Estado: «Devendo ser, no dia 16 do mês corrente, reencetados os trabalhos escolares deste ano, parece-me que devemos preparar as escolas públicas primárias para o advento da reforma geral que o Governo vai pôr logo em prática. É conveniente evitarmos que, depois de iniciados os trabalhos deste ano, sofra o ensino perturbações na transição de um regime para outro ; é pois, oportuno o momento para fazermos a reforma da organização escolar e do programa de ensino, reforma essa essencialmente pedagógica, que, a meu ver, não depende da reforma geral e cuja necessidade se impõe imperiosamente».

O caso é que o autor da reforma, antevendo dificuldades ou demoras legislativas, procurava antecipar-se e avançar por meio de atos executivos.

«Submeto à aprovação de V. Excia. as instruções que para esse fim elaborei, e que têm os dois caracteres essenciais seguintes :

1° — Seriação do ensino : realização das leis económicas de divisão do trabalho e do maior resultado com o menor esforço. Temos hoje, nas cidades mais importantes do Estado, casas escolares onde funcionam, independentes, quatro escolas, cada uma com excessivo número de alunos, distribuídos em quatro classes. É evidente a imensa vantagem que há na fusão de tais escolas, organizando-se, com os seus elementos, um instituto com uma só direção e formando-se quatro grandes classes de alunos, cada uma a cargo de um professor. Nas casas escolares onde funcionam duas escolas, far-se-á também a sua fusão de modo que cada professor fique com duas classes a seu cargo. Nas vilas ou cidades, onde diversas escolas funcionam em casas diferentes, poder-se-á também fazer a seriação do ensino, ficando cada escola com uma só classe, se forem quatro as escolas do lugar, ou ficando cada uma com duas classes, onde houver só duas escolas. Lucra o ensino, porque o professor exercerá a sua atividade só com uma classe ou com duas, quando muito ; lucra a disciplina, porque todas as lições interessando ao mesmo tempo a todos os alunos, entre estes não haverá ociosos ou desocupados, nem tempo haverá para traquinices. Lucra o professor, cujo trabalho é mais suave; lucra o aluno, cujo proveito é maior.

2° — Reforma do programa de ensino : substituição de um programa anacrónico, por outro próprio para o nosso tempo e no qual são postas em prática as mais belas conquistas da Pedagogia ; de um, de molde a produzir caracteres falhos, por outro capaz de fazer homens de ação, bem aparelhados de corpo e de espírito ; de um, incompatível com os progressos da nossa civilização, por outro que colocará a nossa escola primária ao nível das mais adiantadas do mundo».

Em razão desse passo, três dias depois baixavam-se Instruções sobre organização escolar e programa de ensino para as escolas públicas do Estado do Paraná. Transcrevemos, aqui, apenas o programa do 1º ano, bastante para dar uma ideia do espírito do trabalho que se realizava :

«O ensino preliminar ou do 1º grau é dividido em quatro séries, observado o programa seguinte :

1º SÉRIE

1 — Colóquios interessantes e variados do professor e seus alunos :

- a) — **para educar-lhes os sentidos ;**
- b) — formar o hábito de atender e bem observar ;**
- c) — sugerir ideias e suas expressões e associações ;
- d) — formar o hábito de pensar e de dizer com desembaraço, clareza e correção ;
- e) — despertar e cultivar a vontade de aprender para bem agir ;
- f) — promover e cultivar a prática de atos de bondade, dignidade, lealdade, coragem, firmeza, perseverança, justiça e patriotismo ;
- g) — tornar evidente a felicidade pelo cumprimento do dever, pela satisfação da consciência.

2 — Estudo das formas das cousas, suas semelhanças e diferenças.

3 — Desenho linear.

4 — Estudo das cores, sua classificação, semelhanças, diferenças, combinações.

5 — Ideias elementares de número, algarismos, exercícios de contagem de unidades e por grupos de unidades ; solução mental de pequenos problemas.

6 — Noções sobre o tamanho das cousas.

7 — Noções sobre a qualidade das cousas.

8 — Noções sobre o tempo e sua medida.

9 — Noções sobre o som : sons em geral, sons da música, sons da linguagem.

10 — Leitura e escrita desde o primeiro passo até a leitura e escrita correntes de frases e proposições, adotados os métodos mais adiantados e banida, em absoluto, a solteração.

11 — Fatos interessantes e vultos principais da história pátria.

12 — Preliminares de Geografia, com aplicação especial ao lugar onde é situada a escola (casa, lugar, rua, cidade, vila, povoado, distrito, município, etc.); carta ou planta da casa, jardim, etc. traçada à mão livre e sem medida.

13— Exercícios práticos para educação da memória. Recitação de cór de trechos escolhidos de prosa ou verso, cujos assuntos sejam de interesse moral ou cívico.

14— Exercícios de música vocal: cânticos próprios para despertar o gosto artístico e os sentimentos superiores.

15— Trabalhos manuais».

O final do programa das quatro séries trazia as seguintes observações : «Para todas as séries haverá nos recreios e sob a direção dos respectivos professores exercícios ginásticos adaptados às condições fisiológicas dos alunos. Os trabalhos manuais para as meninas consistirão em trabalhos de agulha e prendas domésticas. Os trabalhos manuais para meninos ficam a critério dos professores, enquanto não estiverem as escolas convenientemente aparelhadas. As aplicações práticas de agronomia serão, quanto possível, feitas em jardins ou hortas anexas às escolas».

Mas, a reforma não parava aí. Era uma consciência pedagógica que tinha em mãos a responsabilidade da educação naquele momento e se empenhava numa batalha. Nas instruções da época, encontramos, aqui e ali, expressões que revelam o sentido do propósito reformador :

«Aos cidadãos inspetores escolares do Estado do Paraná: . . .Estão em pleno vigor as disposições dos arts. 22 a 24 do Reg. de 1901, relativas à obrigatoriedade do ensino, e eu espero que empregareis todo o vosso esforço, já pedindo auxílio das autoridades locais, do Município e do Estado, para que essas disposições sejam cumpridas, já pedindo, aconselhando e até exigindo o seu cumprimento pelos pais, tutores, protetores, em relação às crianças que estiverem sob sua guarda ou autoridade, bem como pelos comerciantes e industriais em relação aos seus operários e empregados em idade escolar. Peço-vos que me comuniquéis em cada trimestre o resultado de vossos trabalhos nesse sentido...»

«A escola moderna é e tem de ser moral e materialmente atrativa, ao contrário da antiga que foi verdadeiro suplício. O verdadeiro professor, o verdadeiro mestre é amigo excepcional,— segundo pai, ao qual acorrem alegres as crianças, em

bando : aquele que o não fôr é usurpador de funções que lhe não competem, pratica uma indignidade não mudando de officio.»

«É preciso não nos cansarmos de recomendar aos snrs. professores constante estudo não só das matérias do programa, mas também da pedagogia, compreendida nesta a psicologia infantil.»

«...programas de ensino, por sua natureza essencialmente pedagógica, não são matéria para fixar-se em lei ou em regulamentos ; eles têm de acompanhar as necessidades instáveis decorrentes da evolução social.»

- Em 1915 saía a Lei reformadora da educação e, logo em seguida, o Código de Ensino, fundamentado nela. Profundas modificações são feitas em todo o sistema escolar. O Código foi aprovado quando o seu autor, Azevedo Macedo, não tinha mais a direção da educação no Paraná. Mas é obra sua, com uma ou outra modificação de pequeno relevo. Vejamos um pouco do que aí se refere ao ensino elementar, em acréscimo do que foi descrito :

O Código de Ensino destina um capítulo especial para tratar das escolas maternas, às quais se dá visível relevo. Compreenderiam elas três secções : a primeira de creche e as duas outras de Jardim da Infância.

Prevê-se um regime de assistência para as crianças pobres dessas escolas, com recursos da Caixa escolar ou dos fundos diretos do Estado. Haverá jardins da infância independentes das escolas maternas. Determina-se à professora dos jardins da infância «tratar as crianças com carinho maternal, sem distinções ou preferências ; estudar os gostos, tendências ou inclinações de cada criança, dirigi-los e aproveitá-los convenientemente», etc. E assim prossegue-se em recomendações de uma pedagogia que talvez seja bem definir como uma pedagogia suave da bondade. Isso, não apenas para os jardins da infância, mas para o curso primário igualmente.

E novamente em relação à constituição do sistema escolar:

«Serão criadas onde convier, escolas intermediárias destinadas a habilitar alunos para a matrícula no Ginásio e na

Escola Normal. O curso intermediário será de dois anos, valendo para a matrícula no Ginásio a aprovação em exame das matérias do 1º ano e para admissão à matrícula, na Escola Normal a aprovação em exame das matérias do 2º ano.

Ideia de importância especial no espírito do autor da reforma, e que aparece em toda a legislação que elaborou, é a da assistência ao escolar e do cooperativismo. Parece-nos que influência, sobretudo, das ideias que Gide compendia em sua Economia Política.

Segue-se à administração de Azevedo Macedo, a de Enéas Marques dos Santos. Representa, igualmente, um momento vital na configuração da educação primária do Paraná. É constituída uma comissão de professores que vai a São Paulo e traz, de lá, um plano prático de processos de ensino para aplicação direta às classes primárias. Entre esses processos, o ensino analítico da leitura. A comissão reuniu uma equipe selecionada de professores, preparou-a e confiou-lhe as classes de um grupo que serviria como grupo modelo. A aplicação dos novos processos era rigorosa. O grupo escolhido foi o atual Grupo Escolar Xavier da Silva. Turmas de professores do Estado faziam aí, estágios, severamente controlados, até obterem pleno domínio prático dos novos processos.

Esse fato marcou, de modo decisivo, a evolução metodológica do ensino no Paraná. Criou uma nova rotina, de bom padrão, que se generalizou e fixou. Foi, efetivamente, um dos passos práticos de maior eficiência nessa evolução.

Depois disso, o outro momento importante está por volta de 1921. O Paraná fizera vir de São Paulo um professor, César Prieto Martinez, para assumir o cargo de Inspetor Geral do Ensino, então o cargo — chave da administração escolar do Estado. Novos programas escolares são elaborados. Mas, o fundamental da atuação de Martinez é a sua presença vitalizadora em toda a parte, ensinando, observando, orientando, estimulando. Neste sentido, a maior influência que a educação pública primária recebera até então. As escolas públicas adquirem grande prestígio.

O espírito do movimento de Prieto Martinez está nessas suas próprias palavras: «Todas as reformas de gabinete, puramente teóricas, cheias de fantasia e ocas de sucesso, deram sempre maus resultados».

Ou nestas palavras de um relatório seu :

«O Paraná já é um exemplo que deve ser seguido. Sua organização escolar prima pela simplicidade. Os gastos são rigorosamente fiscalizados e têm aplicação conveniente. As verbas para tal fim não são excedidas. Basta dizer que, com o mesmo dinheiro despendido em 1916, custeamos o mesmo número de escolas em 1921 e duplicamos a matrícula. De pouco mais de 16.000 que era, atingiu a 30.800. Tudo isso se fez sem regulamentos prévios, sem a criação de comissões largamente custeadas, sem necessidade de um regime de papéis, moroso e caro. Tendo diante dos olhos o recenseamento de 1920, que nos custou pouco mais de quinhentos mil réis, o Governo colocou escolas aonde eram requeridas, sem necessidade de atender a dispositivos que as criassem. Onde havia necessidade aí se instalava uma escola, embora não criada. Acode-se o mal onde o mal está.»

Organiza uma inspeção vitalizada que, tendo êle mesmo à frente, bate o próprio sertão paranaense em seus confins ; organiza cursos para o magistério; publica uma revista pedagógica ; institui prémios aos professores pelo seu rendimento ; organiza um serviço de distribuição gratuita de material escolar para todos os alunos das escolas públicas ; faz atender à saúde do escolar; estimula a educação física; proclama a importância das histórias, dos contos, na vida das classes ; estimula a realização de festas escolares ; faz publicações destinadas à educação geral do magistério; estimula, amplia, influencia em toda a parte.

O passo seguinte, será em 1940. Partindo de que a última legislação orgânica da educação paranaense era a de 1915, — o Código Macedo como se chamava àquela base legal, — a já então Diretoria Geral da Educação organizou um Regimento Interno e Programa para os grupos escolares do Estado. Realmente, esse Regimento é a tradução legal do que era a vida

real das nossas escolas primárias. É um instrumento disciplinador e fixador. Esse é o seu papel. Não nos parece que se lhe deva atribuir um papel de ter levado o nosso organismo educacional para a frente, no sentido da implantação de ideias novas ou novos planos. Parece que não se propunha, mesmo, realizar isso. De resto, a sua rigidez disciplinadora era, por vezes, excessiva. Dá um exemplo de seu espírito a disposição seguinte : «Ao professor é proibido : .. .Saltar, inverter e suprimir a ordem de colocação dos pontos das diferentes matérias consignadas no programa oficializado».

Em nossa apreciação particular, a Diretoria de Educação entrara em uma fase conservadora. Enquanto as Escolas Normais do Estado e, em particular, a de Curitiba, realizavam uma ampla e até inquieta pregação renovadora, a Diretoria de Educação fechava-se numa atitude conservadora. É verdade que o Diretor da Educação, pessoalmente, apoiava a vida das Escolas Normais. Mas os órgãos técnicos da Diretoria eram eminentemente conservadores, com um ou outro elemento, apenas, partidário da renovação educacional que se agitava por toda a parte, no mundo. E, assim, aqueles elementos de exceção, uma vez ou outra, conseguiam estimular medidas e impulsos renovadores. A linha geral, porém, era conservadora.

Em 1948, assumimos a direção da, já então, Secretaria de Educação e Cultura. Levamos, para lá, o espírito das Escolas Normais. E procuramos pôr em ação, nos pontos vitais, a elite dos professores que as Escolas Normais vinham formando, dentro do novo espírito. Elaboramos novos programas para as escolas primárias e jardins da infância. O que as Escolas Normais pregavam, condensava-se em estatuto legal.

Quando deixamos a Secretaria, logo a seguir constituía-se aí o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, formado por professores que, pertencentes quase todos à mocidade de mais valor saída da Escola Normal de Curitiba, fizeram cursos de especialização no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação. Esse grupo está impulsionando, com objetividade e belo entusiasmo, o movimento que começou a implantar-se, oficialmente, em 1948. Assim, tomou o Centro

referido o programa que deixamos em vigor e, face a dificuldades dos professores para se readaptarem, elaborou programas provisórios que poderíamos dizer intermediários. Esse é, porém, apenas um passo de um verdadeiro «ambiente» que o Centro está, de fato, implantando.

* * *

b) — Visão numérica. — Uma visão do que seja, hoje, numericamente, o ensino primário no Estado, pode-se ver no quadro à pág. 71, relativo ao ano de 1947, baseado na mensagem do governador do Estado à Assembleia Legislativa. Apesar de estarmos a seis anos de distância de tais dados, eles refletem, com aproximação pronunciada, a situação atual. São dados que, pelo nosso conhecimento pessoal, sabemos merecerem fé, e por isso os preferimos a outros. O quadro que eles nos traçam não é, de resto, diferente do quadro geral do Brasil. É, mesmo, um quadro familiar a todos os que se preocupem, em nosso país, com o problema da educação.

A Mensagem do Governador Moisés Lupion, à Assembleia Legislativa, comentando, com justeza, essas estatísticas, aprecia assim os fatos :

— «No que se refere ao ensino primário, deixemos que os números faleem.

A matrícula geral, isto é, a dos alunos que se apresentam, no início do ano, para a matrícula, foi de 108.158 alunos. E a matrícula efetiva, isto é, a dos alunos que passaram a frequentar regularmente as classes foi de 78.955 alunos. Uma diferença, pois, de 29.203 alunos, ou sejam — 27,2 % sobre o total. Como não temos elementos estatísticos para saber quantos desses alunos procuraram escolas particulares, e nos faltam elementos de julgamento das causas daquela diferença, aqueles dados não têm mais valor do que simples ponto de partida para estudos posteriores.

Dos 78.955 alunos matriculados efetivamente, foram aprovados — 41.179, ou seja, a média de 52,3 % do total. O melhor índice apresenta Curitiba, com 68,5 % de aprovações, seguin-

ESTATÍSTICA DO ENSINO PRIMÁRIO, NO PARANÁ, EM 1946 (*)

	Relação entre a matr. geral e a efetiva %	Relação entre a matr. efetiva e a frequência %	Relação entre a matr. efetiva e as aprovações %	Relação entre a matr. efetiva e o número de repetentes %	Relação entre a matr. efetiva e as conclusões de curso %	Nº de alunos por professor	Nº de aprovações por professor
Capital	74,2	90	68	7	9,7	15	10
1»	77	76	44	12	6	22	10
2»	75	80	47	22	7,1	26	12
3»	76,6	76	43,3	18	6,9	24	10
4»	73,2	84,5	52,5	17	6,5	25	12
5»	65,2	84	47	16,5	5,5	27	12
6º	67,8	91	60	12,5	9	24	14
7»	67	95	59	11	4	36	20
8»	70,8	82,5	50	14	7,8	26	13
9º	74,2	76,5	35	17	3,6	30	10

Custo do ensino primário,
por aluno, nos diversos
municípios

S. Ant. da Platina	290,0
Caviuna	290,0
Londrina	296,0
Apucarana	297,0
Sertanópolis	304,0
Congonhinhas	315,0
Andirá	320,0
Cornélio Procópio	324,0
Assai	325,0
Bandeirantes	358,0
Rio Azul	361,0
Cambará	414,0
Lapa	418,0
Ipiranga	440,0
Teixeira Soares	460,0
União da Vitória	474,0
Reboucas	476,0
Joaquim Távora	480,0
Paranaguá	482,0
Pitanga	482,0
Castro	488,0
Siqueira Campos	490,0
Sengés	499,0
Jaguariaíva	500,0
Palmeira	504,0
Tibagi	506,0
Tomazina	520,0
Reserva	531,0
Rio Negro	532,0
Malé	539,0
Pirai-Mirim	542,0
S. João do Triunfo	543,0
Campo Largo	547,0
Imbuíal	548,0
Jacarêzinho	548,0
Palmas	569,0
Araucária	583,0
Wenceslau Braz	583,0
Curitiba	590,0
Imbituva	599,0
Ponta Grossa	600,0
Prudentópolis	600,0
Cerro Azul	610,0
S. Mateus do Sul	612,0
Ribeirão Claro	618,0
Colombo	620,0
Antonina	632,0
Morretes	639,0
S. José dos Pinhais	660,0
Guarapuava	660,0
Carlópolis	679,0
Irati	692,0
Pirâquara	759,0

(*) Os dados abaixo são tirados de gráficos de leitura imprecisa e, assim, devem ser considerados aproximados. Os nos. 1º, 2º, etc., da primeira coluna, indicam as regiões escolares do Estado, em 1946, data a que se referem os dados acima. Essas regiões estavam assim distribuídas :

- 1º — Curitiba, Piráquara, Morretes, Antonina, Paranaguá, S. José dos Pinhais ;
- 2º — S. Mateus do Sul, Araucária, Lapa, Rio Negro, Palmeira, Triunfo ;
- 3º — Campo Largo, Teixeira Soares, Irati, Imbuíal, Cerro Azul, Colombo ;
- 4º — Ponta Grossa, Tibagi, Reserva, Castro, Ipiranga ;
- 5º — Pirai, Jaguariaíva, Sengés, Wenceslau Braz, Tomazina, Cornélio Procópio ;
- 6º — Jacarêzinho, St. Antônio da Platina, Joaquim Távora, Carlópolis, Ribeirão Claro, Cambará, Andirá e Bandeirantes ;
- 7º — Londrina, Cornélio Procópio, Assai, Congonhinhas, Sertanópolis, Caviuna, Apucarana ;
- 8º — União da Vitória, Palmas, Malé, Rio Azul, Reboucas ;
- 9º — Prudentópolis, Guarapuava, Pitanga e Imbituva.

do-se a zona norte do Estado, com uma média de 60 %. O índice mais baixo oferece a zona de Guarapuava, Prudentópolis e Pitanga, com u'a média de 25,5 %. 23 Municípios assinalam 44 a 47 %. Os demais entram na casa dos 50 %.

Deve-se considerar que tais números de reprovações incidem, fundamentalmente, nas classes iniciais do curso primário, sobretudo no 1º ano, de modo que a percentagem, aí, toma bem maior vulto. Se se somar esse fato ao outro, de que só uma bem reduzida parte da população escolar que iniciou o curso primário o conclue, diminuindo, sensivelmente, o número de alunos na medida em que nos aproximamos dos últimos anos primários, verifica-se a conclusão inafastável de que, mesmo do número de alunos que acorrem à escola, apenas uma porção bastante reduzida chega a ter mesmo um aproveitamento de grau primário.

Apreciando a questão do ponto de vista económico, e considerando apenas as despesas com o pessoal e material, mesmo sem computar as despesas com edificações escolares, encontramos que o custo anual por aluno aprovado importa, neste caso, na média, para o Estado, em Cr\$ 504,00, preço que se deve considerar elevadíssimo. É de considerar-se que esse preço médio decorre de valores extremamente oscilantes pelos diversos municípios.

Acrescentaríamos que esse cálculo teria de ser retificado em alguns casos, como no da Capital. Como êle foi feito na base de vários vencimentos dos professores primários, que podem pertencer a níveis bem diferentes, teríamos de fazer uma correção para o caso em que, como no Município de Curitiba, lecionam apenas professores normalistas, cuja remuneração é, naturalmente, mais alta. E assim, e ainda pelo fato demais conhecido da exagerada e desnecessária concentração de professores na Capital, terminaríamos por «verificar que o aluno de Curitiba é o mais caro do Paraná aos cofres públicos, podendo-se estimar o seu custo médio em, no mínimo, Cr\$ 1.000,00.

Sem nos demorarmos mais na análise dos números que compõem a nossa estatística escolar primária, vemos bem

indicado que teremos de procurar maior rendimento por um preço mais baixo, de vez que devemos considerar como insatisfatórios, os pontos atuais atingidos nesses dois sentidos».

c) — **Outros dados de um quadro atual.** — Temos em mãos uma abundante coleção de cartas de professores do interior do Estado, e elas nos traçam um quadro tão vivo da escola que serve às nossas crianças, que é imperativo reproduzir, aqui, algumas delas. Já as publiquei uma vez, e reedito-as aqui, pela importância dos fatos que elas denunciam :

— «Recebi sua carta e tenho a informar-lhe o seguinte : eu me esforço o máximo possível para obter bons resultados, e se não obtive mais promoções é porque luto com dificuldades de toda a espécie, num meio onde as crianças são pobres. Na escola falta o material, elas não podem comprar. No ano passado, a maioria era do 1ª ano, a qual não foi possível passar para o 2º ano. Este ano as crianças estão mais adiantadas e tenho certeza que haverá mais promoções».

«É com muito prazer que lhe dirijo esta carta. Sou uma das professoras de escola isolada, da Fazenda. . . Recebi sua muito bondosa carta, na qual promete amparar-nos, pois penso desde já que não estou tão só para lutar contra as dificuldades que são muito grandes. Procurei com muito estímulo ver se atendia o seu pedido e fiquei muito aborrecida porque não me foi possível, pelo motivo de todos os colonos mudarem para outras fazendas, devido o contrato deste ano ser muito rigoroso e os poucos que vieram, sendo apenas camaradas, não têm filhos para o 2º ano.»

«Respondo à circular de V. Excia sobre o fraco resultado das escolas. De minha parte, tenho a informar que não tem sido possível conseguir melhores resultados, não por falta de esforço de minha parte, mas sim, porque os pais das crianças, em vez de mandá-las à escola, ocupam-nas em serviços caseiros e da lavoura, e só mesmo uma lei rigorosa é que poderia pôr fim a isso.»

«Aqui nesta colônia, quando as crianças de 10, 11 anos sabem fazer o nome, os pais retiram da escola para ajudarem

no serviço. Dando as queixas para os pais, não se resolve nada, a resposta é que nós não mandamos nos filhos deles.»

«E os que foram aprovados para o segundo ano estão em casa ajudando os pais.»

«Aqui nunca existiu escola, é uma cadeira recém-criada. Tenho «insistido com os pais das crianças com boas maneiras para mandarem seus filhos à aula... Respondem que mandarão seus filhos só nos dias de folga, que precisam plantar, carpir e colher as roças, e o governo não lhes dá de comer e vestir. Reclamam mais que falta vestuário para frequentar aula todos os dias. Santo Deus ! Que devo fazer para resolver essas e outras dificuldades ?»

«Escrevo esta em resposta a vossa carta, a qual se refere aos exames do ano passado. Não sou eu a maior culpada, visto os alunos faltarem muito, pelo motivo de seus pais necessitarem o serviço deles na lavoura.»

«O que muito tem me atrapalhado no esforço que eu faço são os pais das crianças que têm a incorrigível mania de retirar os filhos da escola em épocas de colheitas para estes ajudá-los. Muito tenho lutado para convecê-los desse erro.

Tenho ido a suas residências pessoalmente. Nada tenho conseguido. Apenas sempre a mesma resposta : — Estou apertado com o serviço, preciso que me ajudem.»

«Tenho a lhe dizer que as dificuldades são inúmeras. V. S. pode avaliar, como as crianças do sítio frequentam as aulas com dificuldade ; as faltas são inúmeras. Material há dois anos que não recebo. A maioria não compra nem cadernos. Nestes dias frios as crianças nem agasalhos têm. No verão começam as lavouras, os pais levam as crianças para a roça.»

«No sítio, os pais tiram as crianças na época do arroz, feijão, e principalmente na colheita do café. São faltas seguidas, por meses sem vir à escola. Os pais não querem compreender. Em minha classe não há quadro negro.»

«Outra» — (das dificuldades de minha escola) — «é que o lugar apesar de ter tido sempre escola é um pouco atrasado em instrução não lhe dando o povo o devido valor».

«Em..., onde leciono, é a minha escola a primeira que se instalou e isso há um ano e meio mais ou menos. Os moradores em sua maioria analfabetos, pouco presam a instrução. Os que mais compreendem a grande finalidade, mandam os filhos à escola até o fim de junho. Entram as férias de inverno. Começam novamente as aulas em julho. Deixam os filhos ir à escola até agosto. Em setembro diminuem a frequência, alegando precisarem dos filhos para a lavoura, persistindo que se eu não permitir que seus filhos assistam um ou dois dias na semana, retiram de uma vez da escola.»

«O meu caso, V. S. deve lembrar-se, é o de haver muito poucas promoções. Direi primeiro que talvez eu não tenha capacidade para o cargo ; sou muito branda para os meus alunos e eles se aproveitam disso. Mas não é esse o principal motivo. Acontece que as crianças faltam muito. Aqui é um lugar despovoado. «Somente dez alunos moram a menos de 3 km. de distância», os demais moram a 4, 5 e até 6 km. Além disso, a maioria é gente pobre, o que também traz desvantagem ; por exemplo, uma família em que dois meninos estão na escola, moram longe, têm só dois animais para uso da casa e para os meninos virem para a escola; portanto, quando os animais vão para a roça os meninos faltam; acontece comparecerem 5 ou 6 dias cada mês. As meninas faltam para auxiliarem as mães, os meninos para irem à roça. Neste mês começam as colheitas de milho e os que não podem pagar camaradas levam os filhos, pouco ligando à escola. Muitos pais não sabem dar valor à instrução, por isso fazem os filhos faltar sem motivo justo. Conheço muito a vida da mulher no sertão e sei que as crianças fazem muita falta em casa, principalmente as meninas que aos 10 ou 11 anos já lavam roupa, torram farinha e muita outra cousa; e não é possível fazê-los compreender a necessidade da instrução!»

«Há tempo esperava uma carta falando sobre este assunto. Sei que o sr. tem responsabilidade e não pode deixar de apelar para uma melhora desta escola. Mas tenho encontrado grande dificuldade neste lugar, porque as crianças têm muitas faltas. Algumas faltam até semanas, ajudando os pais nos serviços

da lavoura. Tenho aconselhado muito, mas não adianta. Quando as crianças estão sabendo ler um pouco, já não vêm mais à escola.»

«Os pais tiram as crianças durante a safra da erva, que é nos meses de julho, agosto e setembro e depois para carpida das roças. Quando as crianças voltam para a escola, já esquecidas do que ensinei, tenho que novamente recordar o ensino.»

«Para responder com exatidão os motivos que esta escola não tem promovido mais crianças, basta citar que a época dos serviços da fazenda não coincide com os exames finais da escola. Os alunos matriculados, quase que no seu total, são filhos de colonos que trabalham nos serviços da fazenda; ora, como os serviços terminam em outubro, isto de cada ano, e sendo costume a renovação dos empregados quase que na totalidade dos mesmos, nessa época os alunos matriculados ficam reduzidos, recebendo em troca os filhos dos novos empregados, e que quase sempre nunca estiveram em escolas. Eis, sr. Secretário, o principal problema que prejudica as escolas rurais, principalmente as que estão instaladas em fazenda cafeeira.»

«...os pais, na maioria agricultores, não fazem empenho que seus filhos estudem.»

«...como trata-se muitas vezes de pessoas de poucos recursos, nada se pode fazer.»

«Porque meus alunos não foram dignos de aprovação ? **Porque leciono num lugar miserável**, no qual os humildes habitantes lutam pelo pão do dia e nessa luta necessitam o apoio dos filhos, dificultando a frequência dos mesmos à escola.

Isso justifica o fato dos pais só mandarem os filhos à escola quanto estes não têm idade suficiente para ajudá-los no trabalho. E as crianças apenas cursam o primeiro ano, não podendo mais continuar pelo motivo que se explica acima.»

«Tenho tantos alunos, é certo, mas aqui no interior é difícil um aluno ter um ano de frequência, há mudanças constantes.»

«Ensino na Capela do lugar, onde vários cortejos fúnebres interrompem o horário.»

«Aqui, este lugar tem sido isolado mesmo. As carteiras que existem em nossa escola decerto têm mais de trinta anos de idade.»

«Não dispomos de nada, absolutamente nada, forçando-me isso a lecionar as primeiras letras sem a aprendizagem da escrita e contas por falta de cadernos e de lápis.»

«Se o Sr. viesse aqui e visse com que dificuldade nós damos aula o senhor nos dava razão. Estamos dando aula em um rancho com duas moradas ; chove dentro e faz fumaça quando acende o fogo no fogão. Agora, graças a Deus, este mês arrumamos uma sala um pouco melhor, mas vamos pagar Cr\$ 60,00 mensais. O senhor pergunta ao sr. . . e êle dirá como damos aula aqui. Na escola temos muitas crianças pobres que não podem comprar material; para elas não faltarem às aulas compramos e damos ; porque o nosso material terminou.»

De uma carta do litoral: «...tenho a dizer que a lavoura não prejudica o comparecimento dos alunos aqui; é a indolência ...»

«Já experimentei dar prêmios aos que, durante determinado tempo, tivessem menos faltas, mas fracasei, porque, justamente, os que moram perto e são mais ricos obtiveram o prêmio.»

«Além do exposto, o povo roceiro é de gente desfavorecida pela fortuna. Em dias de frio intenso é de se lastimar o estado em que as crianças, em sua maioria, frequentam as aulas.»

E assim poderíamos continuar, por centenas de cartas que temos em nosso poder, e as cartas pertencem aos mais vários municípios do Estado, às mais várias regiões econômicas, a zonas de culturas, diferentes, habitadas por homens de raças diversas, italianos, russos, caboclos, poloneses, japoneses, ucranianos... localizados em zonas de café, de mate, de trigo, ou de mineração, de serrarias.. . As professoras não se conhecem umas às outras e todas falam num só tom e quase numa só frase. É a monotonia de um testemunho para compor o quadro mais vivo da nossa escola isolada rural. A

implacável presença do fator económico, «...mas também quando faltam, não posso dar instrução».

Quero, agora, contar alguns fatos de meu testemunho pessoal. Naquele dia, eu havia tentado reunir as professoras de um dos nossos municípios. Mas tinham vindo apenas cinco ou seis, por causa de um desencontro de recados. Estávamos procurando ensinar-lhes duas ou três «receitas», muito simples, para melhorarem a sua escola. Foi, então, a primeira vez que ouvi: «Lá ninguém conta histórias para as crianças. As crianças nunca ouviram histórias».

Mas depois, ouvi isto mesmo repetido não sei quantas vezes. Felizmente foi só naquela reunião que ouvi uma professora dizer-me que os seus alunos não conheciam o pão.

De outra vez, fui até uma das localidades, no norte do Estado, situada no extremo atingido, naquele momento, pela avalanche da penetração que, oriunda dos outros Estados do Brasil e quase de todos os outros Estados, vem, rasgando e queimando a selva, atrás de uma das prometidas «Canaans» com que a natureza, de tempos em tempos, e em lugares diversos, acena aos homens com o lenço da esperança das fortunas vertiginosas e tantas vezes é apenas a fortuna de uns poucos e a ansiedade e a busca inquieta de todos aqueles nómades. Pude ver, então : o chão ainda se conservava cáldo do fogo recente que destruirá a mata para dar lugar à cultura do café. O fogo não se havia ainda apagado de todo. E ali estavam homens morando em casas feitas com a madeira que, cortada na ante-véspera, ainda tinha seiva, os troncos toscos das árvores amarrados uns aos outros. Uma família inteira em uma coberta de palha, sem paredes. Barracas de lona. O fogão ainda ao ar livre na sementeira de verdadeiro acampamento. O café, plantado, precisa quatro ou cinco anos para começar a produzir. E muitos, (falo agora com um preto rude e moço vindo de Minas), não são donos da terra. Nunca o serão. Nem pensam em sê-lo. Já vieram com vontade só de serem empregados. E mais de duzentas famílias já estão morando aqui, vindas no último ano, mas não moram neste lugar onde agora

o favorecido dono da empresa de colonização está levantando a igreja onde nenhum padre vai vir ainda por muito tempo.

Onde moram, então ? «Aí pelos matos». Cada sítio está separado dos outros sítios pelo mato, a selva selvagem. Cada homem está separado dos outros homens. Aqui não há nada mais do que a mata para vencer, a terra como um prodígio, e homens nômades talvez pela esperança. Penso na escola que é preciso levantar aqui. Que educação devemos àquela criança que ali está, na minha frente, — a escola talvez tarde ainda a chegar e, quando chegar, que escola vai ser ? Em frente de mim, está u'a mulher grávida e tem vinte anos.

O terceiro episódio foi do centro do Estado, a velha região dos inícios pastoris. Como o primeiro, é também do Paraná antigo, e o segundo é do norte, do novo e prodigioso Paraná. A velha região dos inícios pastoris. Numa mesa, umas vinte pessoas comíamos um churrasco. Os moradores, em torno, que tinham vindo ver-nos, olhavam cada movimento da carne com olhos que, resumindo uma concentração total do indivíduo, não sei se será melhor dizer que eram olhos de instinto ou olhos musculares. Vi um homem estático e como obsedado olhando um pedaço de carne na minha frente. Sió encontro para a comparação, a lembrança de um gato em face da presa. Estendi-lhe o churrasco. O gesto com que o apanhou não é humano. E as conversas que nos cercavam não eram humanas, estendidas para aquela carne. E, seguramente, aqueles olhos, mãos e palavras musculares não se agitavam pela fome. Não vi rostos macilentos. E um aura patriarcal de velhas regiões fazia o fundo do quadro. E aqui também as mulheres engravidam.

Que escola temos de dar a esses nossos irmãos ?

* * *

De outra parte, o problema do «déficit» de escolas.

Armanda S. Lopes escreveu, para este trabalho, um quadro do que se repete, todos os anos, por ocasião da matrícula às classes primárias de Londrina. E Londrina é, no caso, exemplo típico de todo o norte.

— «Um índice da situação dramática em que se encontram as coisas da educação em Londrina, é o espetáculo conflagrador que nos oferecem os dias de matrícula em nossos grupos escolares. Com pequenas variantes, a cena é a mesma frente aos portões de nossas casas de ensino público primário, cenas que neste último ano tornaram-se verdadeiramente chocantes e que prometem revestir-se de um caráter ainda mais trágico no início do presente período letivo, pois não se sabe que quaisquer medidas hajam sido tomadas no sentido de, pelo menos, suavizar a situação.

São cenas de VERDADEIRO DESESPERO por parte dos pais, às vezes com filhos já de oito e nove anos, ao ouvirem o: Está encerrada a matrícula, que eles conhecem do ano anterior. Desepêro que não se exterioriza em alguns mais do que numa atitude de abatimento, mas que se mostra nas lágrimas de muitas mulheres, mães possivelmente, e noutros irrompe numa revolta que se traduz quase sempre em impropérios — frases desaforadas e injustas — contra as professoras encarregadas do serviço ou as diretoras, as quais, por sua vez, nem sempre conseguem manter a calma para responder com a compreensão que o caso requer. É que a elas, mais do que a qualquer outra pessoa, o espetáculo deprime e desalenta. Verificou-se até, no ano passado, uma tentativa de agressão por parte de um pai de aluno — vítima da situação — contra a diretora de um estabelecimento.

Em dias de matrícula, a vizinhança dos grupos escolares acorda muito cedo com o barulho que se forma perto de suas casas, pois há quem chegue antes das cinco horas da madrugada para pegar bom lugar junto aos portões. Impede-se o trânsito em frente a alguns grupos escolares, pois a fila, que começou em plena madrugada, às sete horas tem uma extensão enorme e, apesar do policiamento (sim, é necessário policiamento!) sucedem-se as desinteligências e os empurrões, acontecendo de sair mesmo crianças machucadas, — isso sem contar os desmaios causados pela longa espera, pelo sol e pela fome.

E a medida do policiamento ameaça generalizar-se este ano, pois as diretoras não vêm outra solução mormente depois da quase agressão já verificada.

Faltam escolas em Londrina, mas faltam, ainda mais, professoras.

Com exceção da Escola de Aplicação da Escola Normal, onde funcionam seis classes, contando com doze professoras, poucos são os grupos escolares cujo número de professores excede o número de classes. E o excedente é sempre em proporção exígua, não atendendo aos casos de licenças, nem podendo existir professoras especializadas ou mesmo apenas especiais para educação física ou outras atividades extra-classes. Desta forma, somando-se a isso a super-lotação das classes, o ensino rotiniza-se ao máximo. Como o dia escolar da criança londrinense é de 3 horas apenas, obrigados os estabelecimentos a funcionar em três turnos diários, suprimiu-se o recreio, sob a alegação de que as professoras não podem «dar conta do programa».

A Escola de Aplicação, embora esteja em melhores condições enquanto ao número de professores, não pode ser uma verdadeira escola *de aplicação porque luta com o problema de espaço de um modo terrível; no afã de atender ao máximo as necessidades de matrícula da zona onde está localizada, com seis salas somente, e ocupando-as em um só período, abrigou durante o ano passado perto de 300 alunos (exatamente 287). Evidentemente, nem se pode pensar em salas para qualquer atividade fora das classes abarrotadas.

O Grupo Escolar Hugo Simas é o que comporta maior número de alunos (1.246 em 1953), funcionando trinta turmas nas suas dez salas. Por ser a escola mais central talvez, é a mais procurada: só conseguem matrícula uns 50 % dos candidatos que a procuraram no início do ano.

O terceiro Grupo Escolar comporta vinte e uma classes, algumas das quais instaladas em salas novas de madeira e as outras no primitivo prédio, — que é um verdadeiro par-dieiro, causando a alguns admiração que não haja sido ainda interditado pela Saúde Pública.

O quarto Grupo Escolar, funcionando como Escola de Aplicação do Curso Normal Regional, terminou o ano com sete classes, das nove com que iniciou, pois com o afastamento de quatro professoras (exoneração e licenças) no 2º semestre foram dispensadas 40 crianças e as restantes anexadas às demais classes. Nove salas, durante dois turnos, permaneceram fechadas por falta de professores!

Além desses existem mais três grupos de madeira nas vilas, construídos pela Prefeitura, e cedidos ao Estado, que aumentou dois deles, ficando o de Vila Nova com 8 salas e o da Vila Cazoni com 6 salas, continuando o da Vila Brasil com duas salas. Nenhum desses estabelecimentos, entretanto, pôde aceitar, em 1953, o número de alunos que comportam, por falta de professoras.

No Grupo da Vila Brasil foi dispensada uma classe de 4ª série, logo no início do ano, e só não aconteceu o mesmo com outra, porque um professor trabalhou, gratuitamente, à espera de nomeação todo o 2º semestre, tendo recebido da Prefeitura durante o 1º semestre. Agravando a questão, há o caso de certas professoras que conseguem estar de licença durante todo o ano, obtendo-a diretamente da Secretaria de Saúde, em Curitiba.

De um modo geral, não são aceitas as crianças de sete anos, para matrícula no primeiro ano ; nem mesmo, às vezes, de oito anos, pois é premente atender, como é justo, às de mais idade, para as quais a gravidade do caso, por estarem esperando vaga ano após ano, torna-se muito mais extrema.

De acordo com as informações que obtenho das diretoras dos Grupos, deve-se estimar que 1.800 crianças, na cidade, foram recusadas à matrícula, em 1953, por falta de vaga. Acrescente-se que certos núcleos da população, como Vila Judith e Bairro do Aeroporto não têm escola própria e precisam imperativamente dela. E esses núcleos estão situados dentro do perímetro urbano.

Diante disso, é desnecessário dizer que não existe em Londrina educação pública pré-primária. Durante dois ou três anos funcionou, na Escola de Aplicação, um jardim da infân-

cia, para atender às necessidades da prática de ensino dos alunos da Escola Normal. Bem se vê, porém, que seria impossível continuar a mantê-lo, dada aquela situação que estive-mos descrevendo. Em matéria de Jardim da Infância, existe na cidade um, de freiras católicas, e, parece-nos, um outro, no Instituto Filadélfia, de uma organização protestante,, além de três outras tentativas particulares, de efêmera duração.

Ainda existem professoras sem curso próprio dentro dos Grupos escolares de Londrina, — professoras, umas municipais, outras estaduais. Também estudantes da Escola Normal e do Curso Normal Regional há regendo classes naqueles grupos».

* * *

Esta situação, do ensino primário na cidade de Londrina, reflete a situação geral desse ensino em todo o norte do Paraná.

E, da cidade de Londrina, e da zona norte do Paraná, entretanto, o que se tem podido dizer é o seguinte :

— «Londrina é a mais importante das chamadas «cidades do café», — marcos prodigiosos da fecundidade das terras roxas do Paraná. São em grande número, hoje, essas pupilas da fortuna e do progresso, para as quais «as estatísticas já nascem velhas». Onde recentemente eram densas matas, agora se erguem arrojados edifícios e se consolidam coletividades cultas e exigentes. O gráfico do progresso sobe espetacularmente. Londrina, que, em 1938, era apenas um montão de troncos de figueiras e perobeiras derrubadas a machado e fogo, dá hoje a impressão de uma capital regorgitante. Cerca de trinta casas bancárias tiveram de aí estabelecer agências, para atender o volume dos negócios. Centenas de ônibus e vários aviões chegam e partem diariamente, sendo o aeroporto local o 4° do Brasil, em movimento. Nessa rede maravilhosa de cidades recém-surgidas, uma população vinda de todos os pontos do Brasil e de outros países, se firma à terra, e encontra a abundância. No decênio de 1940-50, o aumento demográfico na cafelândia paranaense foi de 600.000 habitantes, sobre o aumento geral de 913-233 para todo o Estado, que hoje vai para os seus dois milhões.»

I—O ensino médio. — Como se sabe, o ensino de grau médio, no Brasil, abrange dois ciclos, comumente denominados 1º e 2º ciclos. Veremos como eles se constituíram no Paraná, em uma por uma das suas modalidades, para, depois de reunir em um quadro sintético os elementos da sua situação presente, expor os graves problemas que eles suscitam. Cremos haver sobrada razão na afirmativa de que em tais problemas de organização do ensino médio está situado o ponto crucial, hoje, dos problemas da organização da educação pública.

a) — A escola secundária. — É, como é corrente, a escola de grau médio, de formação intelectual e geral, compreendendo, hoje, no 1º ciclo, o curso ginasial de 4 anos e, no 2º ciclo, os cursos colegiais científico e clássico de 3 anos.

Sobre as origens do ensino secundário no Paraná, a informação que remonta mais longe : «Por provisão de 6 de setembro de 1768, passada no Rio de Janeiro pelo Diretor Geral dos Estudos, foi nomeado o padre Inácio Pinto da Conceição para o cargo de professor régio da Gramática latina, da Vila de Paranaguá». Segue-se, no estudo de Negrão, relação de nomeações posteriores para a mesma cadeira. Depois: «Pela lei nº 12 de 6 de março de 1843, foi adicionada à cadeira de latinitude o ensino da língua francesa» (6). Ainda em Paranaguá, referindo-se a anos pouco posteriores a isso : «Noel Guillet, insigne pintor a óleo, manteve em Paranaguá um bom colégio de ambos os sexos, onde ministrava o ensino secundário, com ótimo método; obrigava o aluno a falar o idioma cuja matéria aprendia. . . Em 1850 havia em Paranaguá nada menos de 10 pianos.. . sendo um na escola de música do Maestro João Manoel da Cunha, que também era professor de latim, outro no Colégio de Educação e 8 em casas particulares...» (6).

O mesmo processo de evolução encontra-se em Curitiba e nas outras localidades do Paraná de então. Cadeiras isoladas, destinadas, evidentemente, aos filhos da elite local. Vida, como é de crer, mais ou menos precária.

E, como última nota sobre o ensino médio em 853: «...em Guarapuava, comunica-me a respectiva Câmara existi-

rem pagas pelos habitantes da vila, aula de música e de língua francesa».

Devemos todas as informações, até aqui, ao citado trabalho de Francisco Negrão.

Depois, em 1876, (*) conquistando organização, e nos termos do Regulamento Orgânico baixado em 16 de Julho :

«A instrução pública secundária será dada :

— em um estabelecimento público de línguas e ciências preparatórias, o qual fica desde já criado nesta Capital, com a denominação de Instituto Paranaense :

— em aulas avulsas nas cidades que mais o exigirem a juízo do conselho literário.

O curso do Instituto compreenderá as seguintes aulas : gramática filosófica da língua nacional e análise dos clássicos ; gramática e tradução das línguas latina, francesa, inglesa e alemã ; aritmética, álgebra, geometria e trigonometria ; geografia e cosmografia ; história universal; filosofia racional e moral, compreendendo estética e história de filosofia, retórica e poética.

As aulas secundárias do Instituto serão consideradas avulsas, enquanto não se puder regularizar o curso de humanidades, dividindo-o por anos.

O governo, julgando conveniente, poderá criar aulas de comércio, de agricultura ou quaisquer outras de ensino profissional, no Instituto, submetendo o seu ato à aprovação do corpo legislativo provincial.

O ensino normal será dado no Instituto Paranaense e o seu curso será dividido em dois anos.»

A marcha posterior leva à constituição regular do Instituto (Ginásio Paranaense, a partir de 1892) com as matérias divididas por anos. 7 anos, segundo o Ato de 30 de março de

(*) O Liceu, criado em 46, funcionou setnpre em condições precaríssimas. Temos notícias dele funcionando em 57 com uma so cadeira; em 60, com 17 alunos; em 62, apenas as cadeiras de matemática, francês e latim; extinto em 68, substituído por um colégio particular subvencionado, o Colégio Muller; reorganizado em 1872 (34 alunos); em declínio e novamente extinto em 1874 (o Colégio Muller também fechara), substituído por cadeiras avulsas.

1891 (*). Segundo a lei que reforma o ensino público do Estado, em 1894, as matérias serão as consideradas preparatórias à matrícula nos cursos de ensino superior da República. Pelo Regulamento de 1895, o curso ainda é de 7 anos e as matérias, dentro do critério acima, são : Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Astronomia, Física, Química, História Natural, Biologia, Sociologia, Moral, Noções de economia política e direito pátrio, Geografia, História Universal, História do-Brasil, Literatura Nacional, Desenho, Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima, Música. Pode-se sentir, aqui, a presença da classificação das ciências de Augusto Comte e a matéria era distribuída, pelos vários anos, segundo o critério de tal classificação. E a ordenação persistiria até que viesse a centralista uniformização imposta pela legislação federal. Em 1901, estabelece o Regulamento : «O Ginásio Paranaense continua a ser o principal instituto de educação do Estado ; é destinado a ministrar o ensino secundário e fundamental à mocidade, de modo a prepará-la convenientemente para matrícula nos cursos superiores da República, e bem assim para a obtenção do título de bacharel em ciências e letras». O curso já é, agora, de seis anos. «O ensino do Ginásio será regulado pelos programas trienais do Ginásio Nacional. Todavia, é permitido à Congregação do Ginásio submeter, antes de terminado o triênio legal, à consideração do Governo federal, por intermédio e com informação do respectivo comissário fiscal, as modificações e medidas aconselhadas pela experiência, em bem do ensino». O Regulamento traz instruções minuciosas sobre a orientação do ensino nas várias cadeiras. Estava instituído, além dos exames regulares, um exame chamado de madureza, exame geral e final.

É de menor interesse a evolução posterior desse primeiro instituto de educação secundária, cada vez mais subordinada

(*) Ainda, sobre o Instituto e o ensino secundário : «Tão irregularmente funcionava o Instituto que não vacilei, usando autorização legislativa, em suprimi-lo» (presidente Carlos de Carvalho.—1883). Restauração do mesmo no ano seguinte. «A colônia alemã acaba de fundar um curso secundário, modelado sobre o plano das «Realschulen» da Alemanha». (Presidente Brasília Machado.—1885).

aos planos federais. É uma marcha para a perda de toda a diversificação, u'a marcha para a uniformidade dentro do plano nacional.

É, porém, preciso antes de passar adiante, salientar o prestígio de que gozava tal Ginásio, ao ponto de que, em determinado momento da evolução do sistema paranaense de educação pública, ter a sua congregação, que era a mesma da Escola Normal, as atribuições de Conselho Estadual de Educação, com funções efetivamente diretivas, sendo ainda de notar que, nesse momento, o próprio agente executivo das diretrizes do Conselho, o diretor da instrução pública, deveria ser um dos membros da referida Congregaçãõ. Além disso, os nomes que integravam o corpo docente representavam dos pontos mais altos da cultura paranaense da época. Não era sem sentido que o regulamento de 1901 dizia que o Ginásio Paranaense continuava a ser o principal estabelecimento de educação do Estado. De suas cátedras, alguns professores exerciam uma verdadeira direção mental do Paraná. A severidade dos estudos deve ser apontada.

Depois desses fatos, a evolução do ensino secundário no Estado marca-se com dois outros momentos ou etapas, de resto correspondentes a fenómeno idêntico no resto do Brasil.

O primeiro deles, vindo com a revolução de 30, é o advento em massa do ensino particular secundário. Permitiu uma expansão incontestável da possibilidade de números cada vez maiores de alunos ingressarem nos cursos secundários, um progresso certo na democratização do ensino. Mas, de outra parte, pelos vícios do plano federal adotado para reconhecimento de tais estabelecimentos particulares, entrou-se numa fase de decadência profunda da qualidade da formação que se lograva atingir. Somos forçados a denunciar a sabida comercialização do ensino que resultou. Um desastre de consequências que se não podem determinar facilmente. Evidentemente, o mal não reside na participação particular no ensino público. Reside no regime inadequado que se estabeleceu para essa participação. Regime que se começa a pensar em corrigir hoje, depois de vinte anos de males tremendos, voltando as

vistas para o plano de acreditação vigente nos Estados Unidos. Uma solução que, entre nós, parece-nos, dificilmente deixará de apenas reforçar o poder político do organismo comercializador do ensino, pois êle depende substancialmente de uma consciência que não se pode improvisar, muitíssimo mais do que da estrutura material do plano. Mais exato, ainda que se possa acusar de um viciado centralismo, parece-nos, para o caso brasileiro atual, a solução francesa, há muito vigente.

O segundo momento, ainda é um novo passo no sentido da democratização do ensino secundário : é a expansão da rede de estabelecimentos de ensino secundário para todo o interior do Estado. É, primeiro, a criação de estabelecimentos particulares, atendendo a uma solicitação cada vez maior dos pais que desejam uma escola secundária para os seus filhos, e, por outro lado, estimulando e criando, mesmo, tal solicitação. Em 1949 e 1950, o governo do Estado, colocando-se no sentido desse movimento, amplia de modo substancial a sua rede de ginásios no interior. Os números seguintes dão ideia de todo o processo : «No ano de 1948, antes de assumirmos a Secretaria de Educação e Cultura, havia no Estado 50 ginásios, dos quais apenas 10 eram ginásios do Estado, e ainda estes sujeitos ao pagamento de taxas escolares. Os 40 restantes pertenciam, 26 a particulares e 14 aos municípios. Em todos eles o regime de taxas era sempre elevado, contribuindo ainda mais para tornar os nossos cursos secundários verdadeiras escolas de classe. Ao deixarmos a Secretaria, dois anos depois, a situação verdadeiramente inverteu-se, havendo então, pelo Estado todo, 70 ginásios, dos quais 24 particulares e 46 estaduais. A isso acrescentamos o fato de que encontramos 6 escolas para a formação do magistério primário e deixamos 41, aumentando as possibilidades para a adolescência do Paraná de prosseguir a sua formação além da escola primária. Desse modo, conseguimos elevar os alunos que frequentavam cursos oficiais de grau médio, em dois anos apenas, de 5.033, para 10.540. Se levamos em conta que a criação de cursos novos traz a consequência da matrícula inicialmente limitada, quase que apenas ao primeiro ano, vemos que, se o aumento real

foi para duplicar os números existentes, houve, ao lado disso, o que poderíamos chamar um aumento potencial consideravelmente maior. De outra parte, é importante considerar que a criação das novas unidades do grau médio não só trouxe a multiplicação das possibilidades por esse lado, como, igualmente, e também de modo fundamental, pelo lado de que essas possibilidades se abriram para jovens dos mais vários pontos do Estado». Acrescente-se a medida complementar adotada, da absoluta gratuidade do ensino secundário que se estabeleceu simultaneamente com aquela multiplicação das escolas.

Critica-se que essa disseminação de escolas pelo interior obriga a um ensino de padrão baixo, uma vez que é difícil contar com professores bem capacitados para a sua função. Note-se, porém, o fato já apontado de que a política do Estado não fez mais do que seguir um movimento em pleno desenvolvimento. Quando o Estado passou a expandir pelo interior o seu sistema, ali já se encontravam perto de 50 ginásios. A expansão do Estado consistiu, apenas, em medidas que permitiram a maior número de alunos receber gratuitamente um ensino, que um número menor recebia por alto preço, e ministrado por professores que, antes pessimamente remunerados, passavam a ser bem remunerados, possibilitando, assim, a constituição de um corpo docente de mais eficiência. Some-se a isso, a circunstância de que os padrões de ensino oficial sempre foram mais altos, em regra, que os do ensino particular, visto como este estava sujeito à pressão das suas necessidades financeiras que sempre obrigaram a condescendências mais ou menos profundas.

Em consequência dessa política, hoje, 12.500 alunos frequentam os nossos ginásios oficiais, além de 3.300 alunos que frequentam as escolas de formação de professores primários.

E, talvez sobretudo : o problema da eficiência do professor no ensino público, — quando se atinge, como é próprio, de comum, no ensino público, as proporções de um problema de massas, — tem de ser objeto de atenção permanente, através de um programa permanente de formação e aperfeiçoamento

em serviço. O que não é possível é criar a escola e abandoná-la e abandonar os seus mestres, uma vez nomeados, como se aquela criação e esta nomeação fossem tudo.

b) — Escolas de formação profissional. —

1 — Escolas de formação de professores. —

1857 — «Não obstante ser o ensino simultâneo, o professor nomeará, da última classe, monitores para fazer repetições nas classes inferiores.

«Os monitores que forem aprovados nos exames de sua classe e tiverem habilidade para ensinar poderão, por designação do inspetor geral, ser conservados na Escola como alunos-mestres. Os alunos-mestres, que forem aprovados no exame de habilitação e tiverem a idade de 16 anos tomarão o grau de professores adjuntos.»

Para ser professor é necessário fazer prova de capacidade, da maneira seguinte :

1" — «Os professores adjuntos exibindo o título obtido em virtude do exame de habilitação.

2? — Os graduados em academias nacionais e estrangeiras, com a apresentação do título reconhecido.

3^o — Os que não estiverem nas hipóteses precedentes com exame oral e escrito e exercícios práticos em presença do inspetor geral, ou de alguém por êle nomeado. Os exames versarão não só sobre a matéria do ensino respectivo, como também sobre o sistema prático e métodos de ensino. Nos exames para as professoras públicas será ouvida uma profissional sobre os trabalhos de agulha feitos pela examinada. Quando vagar ou se criar qualquer cadeira, o inspetor geral o fará comunicar pela imprensa, marcando o prazo de 30 dias para inscrição e processo de habilitação dos candidatos.»

«Os atuais professores, cujo provimento fôr definitivo, e que se lhes reconheça faltarem as habilitações para ensinar as matérias do artigo. . . terão um prazo marcado pelo inspetor geral para se prepararem no estudo dessas matérias, podendo, para isso tomarem lições em outra localidade que não a da escola, deixar quem os substitua na cadeira, merecendo o substituto a aprovação do inspetor do distrito. No

fim do prazo, serão chamados a exame e pelo não comparecimento ou julgamento desfavorável perderão a cadeira, sendo aposentados com ordenado correspondente ao tempo que tiverem servido.

Formação em serviço. — «No intuito de combater o espírito de rotina que, em geral, domina os professores no isolamento da sua escola, e fazer fecundar o espírito de emulações, instituintes as conferências desses empregados em períodos marcados pelo governo. É uma criação. . . que determinará uma espécie de ensino mútuo...» (Da mensagem do Presidente da Província à Assembleia Provincial).

1876 — «Ao instituto de preparatórios será anexada uma escola normal (*) onde se doutrinem as seguintes disciplinas : pedagogia e metodologia, gramática nacional, aritmética e geometria, compreendendo desenho linear, geografia e história, principalmente do Brasil. As cadeiras constitutivas da escola normal serão também acumuladas pelos lentes do Instituto e o ensino dado simultaneamente. O tirocínio da escola normal será feito em dois anos. O presidente concederá anualmente licença até a dez professores de província que não sejam vitalícios "para frequentarem a escola normal, pagando eles substitutos à sua custa : Da data do regulamento expedido em virtude da presente lei, as cadeiras primárias que vagarem só serão providas mediante contrato».

1890 — «Para reger interinamente as cadeiras de instrução primária elementar, enquanto não houver normalistas di-

(*) Em 1857, o inspetor geral da Instrução, Silveira da Mota, pensava útil que o governo geral instituisse uma Escola normal na Corte com certo número de pensões para os alunos das províncias. Pádua Fleury, em 66, como presidente da Província, pede a criação da Escola Normal.

No ano seguinte, o novo presidente manifesta-se contrário a ela porque ainda não teríamos maturidade para mantê-la. Em 1870 — «A Escola Normal, montada com o aparato como propõe o inspetor geral da instrução é uma instituição destituída de propriedade para a. Província» (Presidente Venâncio Lisboa). 1873: «Os recursos da província não permitem a Instalação de uma escola normal». (Do inspetor geral da instrução). Em 1882, a, notícia que temos é de que a Escola Normal não funcionava por falta de alunos.

Em 1886 a Escola Normal tinha apenas dois alunos e nenhum dos dois em condições de prestar exame. «Instituição aparatosa e sem vida» é como é denominada em 88.

plomadas, valerá como prova de habilitação o exame feito perante os lentes da Escola Normal, conforme preceituam o art. 46 do regulamento de 16 de julho de 1876 e *l*^a da lei n° 917 de 31 de agosto de 1888».

«O curso normal durará dois anos, mas compreenderá o ensino do desenho, que será dado na Escola de Artes e Indústrias.»

1894 — «De cada uma das cidades e vilas em que existirem duas ou mais escolas, de cada sexo, o Diretor Geral fará recolher à Capital um professor ou professora, efetivos, não diplomados, afim de fazerem curso completo da Escola Normal, atendendo, nas preferências, às aptidões e à vocação do funcionário para o Magistério».

«O curso da Escola Normal será de três anos.»

1895 — «O... curso será de três anos e constará das cadeiras e matérias seguintes: português, francês, matemáticas elementares (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria), geografia e cosmografia, física, química, história natural, noções de sociologia e moral, história universal, pedagogia, ginástica e evoluções militares (para o sexo masculino), música vocal, desenho, prendas domésticas (para o sexo feminino).

1901 — Repete-se sem modificação substancial, o anterior.

1907 — O curso é dividido em quatro anos. «No começo de cada ano letivo, cada lente apresentará, em reunião especial da congregação, o programa do ensino da sua cadeira». «A prática escolar será feita pelos alunos do 3^a e 4^a anos nas Escolas públicas da Capital. Para isso, o diretor, ouvindo os inspetores escolar e técnico e o lente de pedagogia, distribuirá os alunos desses anos pelas escolas regidas pelos professores que mais se recomendarem pela disciplina, ordem e método de sua escola. O horário das aulas da Escola Normal será organizado de modo a deixar aos alunos do 3^a e 4^a anos, o maior número de horas livres que fôr possível, durante o trabalho diário das escolas públicas, sendo essas horas destinadas à prática escolar». Note-se que o horário, por então, era, prático-

camente, de tempo integral. É obrigatório o comparecimento diário dos alunos dos 3º e 4º anos, às escolas que lhes forem designadas, onde funcionarão como adjuntos». Seguem-se ainda outras minúcias de cuidados para obter o máximo de eficiência de tais estágios.

A mais próxima modificação substancial, a partir de então, foi a reforma de 1923, devida a Lisímaco Ferreira da Costa. Reforma de fundo, sem dúvida. Separou o plano de estudos da Escola Normal da Capital em dois cursos : o fundamental ou «geral» e o profissional ou «especial», o primeiro com a duração de três anos e o segundo com a duração de três semestres. Já a esse tempo, começara a expansão do ensino normal para o interior, existindo já as Escolas normais de Paranaguá e Ponta-Grossa, que persistiram com a organização anterior, e com a classificação de Escolas normais primárias, enquanto a reformada na Capital passava a denominar-se de secundária. O ensino no curso especial seria ministrado por semestres. No 1º semestre : Psicologia, com 6 aulas semanais, e metodologia geral, metodologia da leitura e escrita, metodologia do desenho, agronomia e higiene. No 2º semestre : Moral e educação cívica, sua metodologia, Noções de Direito Pátrio e de legislação escolar ; metodologia do vernáculo; metodologia da aritmética ; metodologia do ensino intuitivo ; metodologia das ciências naturais ; metodologia da geografia. No 3º semestre: Puericultura ; metodologia da história ; metodologia da geometria ; metodologia da música ; metodologia dos exercícios físicos ; metodologia dos trabalhos manuais; prática e crítica pedagógicas. De outra parte, implantaram-se como livros de texto das diversas cadeiras do Curso especial as obras de Patrascoiu. Foi, então, o império dos passos formais de Herbart, na versão de Patrascoiu, com monótonas aplicações a todas as matérias do ensino primário. Este, parece-nos o ponto baixo da reforma, quando, por todo o mundo, já se agitavam as vozes mais vivas da renovação metodológica, superando, em definitivo, a Herbart. De outra parte, a versão patrascoiana de Herbart seria uma das mais mecânicas e atrasadas dentro da própria escola herbartiana, pecando por um formalismo deso-

lador. Isso, porém, não deve diminuir a importância da reforma que devemos a Lisímaco Ferreira da Costa.

A partir daí, os passos da evolução do ensino normal no Paraná serão, no fundamental, os seguintes, que enumeramos na ordem de sua implantação :

— substituição do curso geral pelo curso do primeiro ciclo ginásial;

— elevação das Escolas Normais todas do Estado ao padrão de Escolas Normais secundárias ;

— criação das duas primeiras Escolas Normais no norte do Estado, a primeira em Jacarèzinho e, alguns anos depois, em Londrina ;

— adoção do plano federal das escolas de formação de professores, em 1946, transformando-se, ao mesmo tempo, e segundo o referido plano, a Escola Normal secundária de Curitiba em Instituto de Educação.

Do espírito da Escola de Professores de Curitiba — (que esse era o nome, então, da Escola Normal da Capital) procuramos dar minuciosa notícia em nosso livro anterior «Prática da Escola Serena», referindo-nos ao período que vai de 1938 a 1946.

Dessa notícia, destacamos, em molde de exemplo para sugerir o ambiente geral, alguns pontos :

— O trabalho da Escola procurou fazer-se diferencial atendendo às características dos alunos. Muito especial atenção se dedicou aos alunos mais bem dotados, aqueles que anunciavam os líderes, que foram cercados de um ambiente próprio e minuciosamente atendidos. Em todo o processo da formação dos alunos, entre o mais, deu-se importância primária aos cuidados da formação da personalidade do professor e aos cuidados da complementação de sua cultura geral, sobretudo histórica, filosófica e artística.

— No que se refere à formação profissional propriamente, formação especializada, — uma nota que viria a ter repercussão em toda a situação da Escola primária do Paraná. Trata-se de um ponto que se liga à questão levantada pelos pedagogos italianos, filiados à orientação idealista de Gentile. «A

reforma de 1923 suprime as práticas na preparação dos mestres, e, ao em vez, insiste em tudo o que, segundo o sistema contribui para o desenvolvimento da vida espiritual: Filosofia e História; Latim como origem que é da língua italiana e, por conseguinte, criação do espírito do povo; Música e Desenho, que elevam a alma e exprimem criações e manifestações inexprimíveis por outros meios, etc.

Por mais que tal orientação surpreenda à primeira vista, ela tem em seu favor poderosas razões. Parte de uma tese, fácil de compreender dentro da filosofia idealista, a tese de que a Pedagogia, como toda a Ciência e como todas as cousas, é uma contínua e eterna criação do espírito. Os que possuirão o espírito de mestres não serão os que se tenham formado, pela prática, uma rotina, mas os que, mediante uma cultura adequada, tenham despertado em si mesmos as forças criadoras do espírito, de modo a que possam ser, permanentemente, criadores de pedagogia. O objetivo da formação do mestre é promover a liberação de todas as suas forças espirituais que serão, depois, postas em serviço nos trabalhos da educação. Não é a prática, irmã gémea da rotina, que se faz necessária, mas as atividades que promovam a liberdade espiritual criadora do futuro mestre. E, visivelmente, essa liberdade espiritual criadora só se pode gerar no contato com os Princípios, com as Ideias Gerais, que se apresentam bem naquelas atividades da Filosofia, da História, etc. Demais, as atividades na Música, etc, corretamente orientadas, são fontes de expansão da personalidade, criação pessoal, liberdade espiritual, criação permanente.

Não discutimos as origens filosóficas dessas teses, que não importa aqui discuti-las, mas devemos reconhecer que há sobradas razões a justificarem aquelas consequências que se preconizam para a formação dos mestres. Uma sobreleva a todas as demais : a educação sofre da tirania da rotina. Muitos os elementos determinantes da rotina. Aquele remédio parece saná-los todos ou quase todos. E não se diga que a falta de prática tornará inúteis todos os demais cuidados na formação do mestre : a experiência tem demonstrado que os alu-

nos formados sob aquela orientação fazem-se capazes de resolver as situações práticas, criadas no trabalho escolar com uma capacidade inesperada, o que bem se compreende, porque só eles são capazes de bem apreender o espírito dos métodos.

No nosso caso, estávamos tanto influídos por essas lições da escola de Gentile, como pela lição de Dário Vellozo, o mais significativo pensamento filosófico do Paraná, que nos ensinara a fundamental importância das Ideias Gerais.

Mas, uma objeção irreduzível deve ser feita a esta orientação : a incapacidade da maioria dos alunos para uma formação nesse nível e desse porte. A maior parte dos que afluem à Escola, sem que se deva rejeitá-los, sem que se possa fazê-lo, não têm nem desenvolvimento nem base de cultura para um trabalho em tal feitio e devem, em consequência, ser educados num regime de atividade mais terra a terra com os fatos pedagógicos de todos os dias : digamos, mesmo, que é necessário conduzir essa grande maioria a uma meia rotina, cujos malefícios se há de procurar compensar, depois, por uma permanente assistência, de várias procedências. Demais, um contato, cedo, com a prática, não pode ser se não útil, mesmo aos que vão formar-se com mais amplas vistas.

Essa série de considerações, esboço de uma discussão amplíssima, esteve sempre presente ao nosso espírito, na organização do trabalho da Escola de Professores de Curitiba. São mesmo o núcleo dessa organização, no que se refere ao problema da formação da cultura profissional do mestre, em nossa Escola.

Em atenção a isso, desdobra-se a nossa atividade em dois campos, num procurando-se a formação prática, eminentemente prática dos alunos, e noutro procurando-se pô-los em contacto com os Princípios, com as Ideias Gerais, ao mesmo tempo que procurando familiarizá-los com tudo que signifique exercício das suas faculdades de criação e liberação.

Complicar-se-ia demasiadamente a exposição se fôssemos seguir, agora, todas as derivações desse princípio.

— Estávamos vendo os passos da evolução final do processo de formação de professores no Paraná. A última medida

de importância nesse sector foi a disseminação, no interior do Estado, de cursos normais regionais, isto é, escolas de formação de professores dentro do 1º ciclo do grau médio, exigindo-se, porém, a idade mínima de 13 anos para ingresso. Isso em 1949 e 50. O caso é que, naquela data, mais da metade dos professores primários do Estado tinha apenas o curso primário ou mal tinha o curso primário. Toda a nossa política de formação de professores estava apoiada na existência de Escolas Normais apenas nas maiores cidades do Estado : Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Jacarèzinho. Mas, as professoras assim formadas mal saíam para as outras cidades do Estado, aglomerando-se nos pontos dotados de estrada de ferro ou comunicação fácil, e sequiosas de obter, no primeiro instante, a sua transferência para a cidade de sua residência. Chegávamos, assim, ao paradoxo de possuir um número exagerado de professoras e possuir, ao mesmo tempo, um tremendo «déficit» neste sentido. Via-se o número exagerado pelo número de professores que não podiam, mesmo desejando-o, ir exercer o seu magistério e pelo acúmulo de mestres nas escolas dos grandes agrupamentos urbanos. E via-se o «déficit» no alarmante fato de todo o ensino da zona rural estar entregue a professoras comumente de formação deficientíssima, nos melhores casos de formação apenas de curso primário. Daí a política de levar a escola normal para o interior, recrutar, em cada município, os seus alunos aí mesmo, entre moças do lugar, e que aí ficassem, depois, exercendo o magistério. Foram, dentro desse espírito, criados 24 cursos normais regionais. Havia uma dificuldade, a de obter bons mestres para tais cursos normais regionais. A solução adotada foi a de organizar verdadeiros «comandos» : dois ou três professores, altamente capazes, que deveriam tomar a incumbência total da vida da escola. Foram, assim, aproveitados professores que reputamos dos maiores mestres que já possuiu o nosso magistério. A consequência foi que o labor realizado em alguns de nossos cursos normais regionais é realmente extraordinário. Qualquer um que fosse, então, ver algumas dessas escolas, veria que ardente espírito de idealismo se estava

vivendo ali : Haveria de ver como mestres e alunos estavam identificados num colossal esforço em favor da escola. Como pensavam com grandeza no magistério. Como realizavam com o mais belo entusiasmo. É, sem dúvida, um grande capítulo da história da educação do Paraná. No final de 1953, formaram-se as primeiras turmas saídas de tais cursos : 253 alunas. Para os que pretendam que se trata de solução cara, digamos, de passagem que, nas despesas estaduais de 1953, os gastos com o ensino normal (compreendendo não só os cursos normais regionais, mas, também, as escolas normais secundárias e o Instituto de Educação) representam apenas 2,76 % do conjunto das despesas com a educação. E essas escolas de formação de professores abrigavam, em 1953, 3.300 adolescentes. Considere-se, ainda, a importância desse fato, não apenas do ponto de vista da formação para o magistério, mas da oportunidade de ampliação da cultura geral no interior do Estado. Considere-se, ainda, que os cursos ginásiais do Estado, que abrigam 12.500 alunos, isto é, 4 vezes mais que os cursos de formação de professores, custaram 24,08 % das despesas estaduais com a educação, isto é, quase dez vezes mais do que aqueles cursos. E isto, ainda, porque praticamente se abandonou aquela eficiente política de «comandos» a que nos referimos acima.

2 — Formação industrial. — Não apresenta interesse especial o histórico do ensino público industrial, do grau médio, no Paraná. Na atualidade, este ensino é ministrado, neste Estado :

- pelas escolas do Senai (1º ciclo) ;
- pelas escolas ferroviárias (1º ciclo) ;
- pela Escola Técnica de Curitiba (1º e 2º ciclos);
- pelo Instituto Técnico de Química Industrial (2º ciclo).

Vale a pena rever o espírito e a estrutura desses cursos e a maneira de sua realização no Paraná.

As escolas do Senai, — São escolas de «aprendizagem» industrial, e, assim, ministram cursos «destinados a ensinar, metodicamente, aos aprendizes, dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido,

o seu ofício». Decorrem da obrigação, legalmente estabelecida e minuciosamente regulada, que se define assim: «O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados».

Representam «uma solução intermediária» que utiliza «a tradição brasileira da formação no próprio trabalho e os benefícios de uma formação escolar sistemática» (10).

A descrição que, de tais cursos nos dá Joaquim Faria Góes Filho é exemplar e nós a reproduzimos aqui, ajustando-se ela, com todo o rigor, à aplicação paranaense. «Para realizar o novo sistema foi criado o SENAI, administrado pela Confederação Nacional da Indústria, e mantido por uma contribuição de 1 % sobre as folhas de salário pagas pelos empregadores. Esse organismo, inteiramente autônomo, se estabeleceu sob forma eminentemente descentralizada... Os alunos, nesse novo sistema de ensino industrial, são aprendizes de fábrica, isto é, menores empregados pela indústria para prestação de um serviço em troca de salário e aprendizagem de um ofício. Tais alunos frequentam dois ou três dias a escola do SENAI e nos demais trabalham na fábrica. Dessa maneira ficou garantida a percepção de um salário indispensável a esses jovens, em geral pertencentes a famílias de poucos recursos. O menor percebe salário não só nos dias em que frequenta o trabalho como naqueles em que vai à escola» (10, pág. 47).

Acrescentemos, que, ao lado desses alunos, que constituem o Curso de Aprendizagem de Ofício (CAO), existem os que ainda não são empregados na indústria, mas aspirantes a ela, os quais o SENAI trata de colocar, por meio de um serviço próprio e amparado em disposições legais que obrigam as indústrias a dar ao SENAI um certo número de aprendizes (o que faz com que as indústrias, frequentemente, estejam «devendo» alunos ao SENAI e obrigadas, desse modo, a aceitar os alunos que o SENAI lhes envia para serem colocados). Estes alunos constituem o Curso de Aspirantes à Indústria, ou CAI. Evidentemente, na prática escolar não há distinção entre um e outro curso, distinção que só é real do ponto de

vista da situação do aluno em face da indústria e que, de outra parte, vai desaparecendo na sequência do curso, na medida em que os alunos do CAI vão sendo aceitos como aprendizes pelas empresas.

Como o serviço de menores na indústria só é permitido a partir dos 14 anos, os alunos do SENAI, sendo menores, terão porém o mínimo de 14 anos, nestes cursos que mencionamos e que são os que lhe constituem o fundamento e a razão de ser. Os outros cursos de formação profissional que o SENAI mantém podem ser classificados já como de educação supletiva e não serão, por serem dessa categoria, tratados aqui, onde nos ocuparemos somente do plano de educação geral. Assim, os cursos, digamos, medulares do SENAI, são para menores, com a idade mínima de 14 anos e instrução primária completa.

No Paraná funcionam duas escolas do SENAI : a de Curitiba e a de Londrina. Mas os seus cursos destinam-se a menores de todo o Estado, graças a um regime de bolsas de estudo de valor suficiente para que o menor pague a sua pensão em uma cidade como Curitiba.

Os cursos mantidos nas escolas do SENAI, no Paraná são: de mecânica, compreendendo os cursos de ajustagem, tornearia, serralharia, caldeiraria, funilaria, ferraria e mecânica de automóveis ; de soldagem; de mecânico-eletricista; de electricista instalado ; de marcenaria ; de carpintaria ; de artes gráficas, compreendendo os cursos de mecanografia, composição manual, encadernação e impressão ; de pedreiro e de alfaiataria.

A aplicação do plano do Senai encontra várias dificuldades :

— A primeira delas é o fato de muitos dos aprendizes vindo da indústria não possuírem aquele mínimo de formação geral primária exigido. Procurou-se resolver a dificuldade criando-se o curso preparatório, (C. P.) destinado a tais alunos, visando ministrarlhes, em um tempo breve e variável, aquele mínimo de conhecimentos primários exigido. Devemos dizer que esse mínimo, na prática, está muito aquém do mínimo exigido para a conclusão do curso primário.

—A segunda: enquanto, em Curitiba, a maioria dos alunos pertence, desde o início, ao CAO, em Londrina, a grande maioria pertence ao CAI, demonstrando a rarefação do nosso parque industrial e, aparentemente, o limitado das nossas exigências de mão de obra qualificada.

—Reforçando esse ponto de vista, vem a terceira dificuldade : possuindo o Senai do Paraná, hoje, recursos para a criação de uma nova escola, tem, contudo, dificuldade de empregar esse dinheiro, porque as necessidades do mercado de trabalho qualificado no Paraná não são de molde a justificar aquela inversão. E isso não é uma apreciação simplista da nossa realidade, mas o resultado de um levantamento feito diretamente na indústria. Dadas as condições acima, é muito mais económico e aconselhável multiplicar apenas o número de bolsas de estudos para estudantes do interior, trazendo-os para as escolas já existentes, que, de resto, têm, sempre, numerosas vagas em todos os seus cursos, lutam com falta de alunos.

—Foi como uma decorrência dessa falta de alunos que se planejou o chamado Curso vocacional, um curso complementar incorporado, parece-nos, pela primeira vez no plano do Senai do Paraná e logo seguido pelos outros Senais do Brasil. Curso post-primário, para alunos de doze anos e visando expandir-se pelo sistema público de educação, como uma forma de recrutamento, e na verdade recrutamento racional, de alunos para a aprendizagem industrial.

As escolas ferroviárias. —Destinando-se à formação de pessoal para a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, assemelham-se, em sua estrutura, aos cursos do Senai. Admissão aos 14 anos, de preferência para filhos e irmãos de empregados da Rede, com formação do nível da exigida no Senai. Os alunos vencem diárias, que são maiores na medida em que o aluno passa de uma série do curso para a seguinte.

Escola Profissional Feminina. — Estadual, funciona em Curitiba. — Criada, com o seu carácter oficial atual, em 1917. Cursos previstos pela lei : desenho, pintura, datilografia, corte e costura, rendas e bondados, fabricação de flores e chapéus,

arte culinária e economia doméstica. Duração : 4 anos, destinando-se o último à especialização do aluno, que deverá ter percorrido, nos três anos anteriores, todos os cursos previstos. Matrícula para jovens de 12 anos no mínimo e conhecimentos primários completos. Na prática atual, a aplicação desse plano faz-se com bastante plasticidade.

Escola Técnica de Curitiba. — Destina-se a servir, efetivamente, a todo o Estado, para isso recebendo, além dos alunos da Capital, cem alunos internos provindos do interior e adotando um regime de bolsas de Cr\$ 200,00 mensais (15 bolsas em 1953). Cursos :

a) — industriais, de primeiro ciclo, para alunos de 12 a 16 anos, com formação primária completa, e com a duração de quatro anos ;

b) — técnicos, de segundo ciclo, com a duração de 3 anos, para alunos com o curso industrial completo ou equivalente. Os cursos industriais compreendem cursos de marcenaria, artes gráficas, mecânica, alfaiataria, corte e costura, artes de couro, cada uma delas, em geral, desdobrando-se em várias especialidades. Os cursos técnicos compreendem os cursos de máquinas e motores, decoração de interiores, edificações e fundição.

3 — Formação agrícola. — O ensino agrícola estadual do Paraná, no grau médio, é dado pelas Escolas de Trabalhadores Rurais, que funcionam sob a dependência da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Sob o mesmo regime funcionam as Escolas de Pesca. Trataremos de um só turno de umas e outras, pela identidade do espírito que as preside e pela identidade dos problemas que apresentam.

Deve-se a Manoel Ribas, como Interventor no Paraná, a ideia das Escolas de Trabalhadores Rurais e Escolas de Pesca. O plano era a organização de um internato, constituído em uma verdadeira granja-escola, para menores de 9 a 18 anos. Nos termos de um dos relatórios do seu criador: «Nessas escolas é dada preferência de matrícula aos órfãos e menores desamparados pelos pais, procurando-se, assim, solucionar esse importante problema social. Independente disso, são matriculados, ainda, filhos de lavradores, levando-se em consideração

os recursos dos mesmos. Possuem todas um curso primário, regido por professoras normalistas, e obedecendo às instruções emanadas da Diretoria de Educação Pública. Ao mesmo tempo, os alunos recebem ensinamentos práticos de agricultura, horticultura, jardinaria, silvicultura, higiene e trato dos animais, laticínios, avicultura e outros... Após a realização do curso primário, nas diversas Escolas de Trabalhadores Rurais, os alunos são transferidos para a Escola de Trabalhadores Dr. Carlos Cavalcanti, em Curitiba, onde são matriculados no curso profissional mantido pelo referido estabelecimento, que visa a formação de um auxiliar prático do agrônomo, com conhecimentos gerais de agricultura e pecuária. O regime que vigora nas Escolas de Trabalhadores Rurais é o de internato, onde, além de instrução, recebem os alunos alimentação, vestuário e assistência médico-dentária. Em todas as Escolas são mantidas oficinas de carpintaria, selaria e ferraria, nas quais são ministrados, especialmente, os conhecimentos necessários ao homem do campo, em tais misteres, para o aperfeiçoamento de seu trabalho».

No mesmo espírito, foram criadas, também, Escolas de Pesca.

Em 1953, foi construída, no Bacacheri, em Curitiba, a primeira Escola de Capatazes rurais. O prédio, porém, seria cedido para a instalação de um Regimento de Aviação. Em 1935, em lugar daquela, eram construídas, em Curitiba, a Escola de Trabalhadores Carlos Cavalcanti e a do Canguirí. Em 1937: Escola Olegário Macedo, em Castro, e Escola de Pesca Antônio Serafim Lopes, na Ilha das Cobras. Esta última, mais tarde, seria destinada a menores delinquentes. 1938 : Escola Augusto Ribas, em Ponta-Grossa. 1941 : Escola Getúlio Vargas, na Palmeira ; Rio Negro, em Rio Negro ; Escola de Pesca de Guaratuba ; Escola de Campo Comprido, em Curitiba. 1943 : Escola do Faxinaí de Catanduvas, em Reserva. 1944 : Escola de Ivaí, no Município de Ipiranga, e Escola de Santo Antônio da Platina.

Dá ideia das referidas Escolas a informação sobre uma ou duas delas. A Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas, por exemplo, tem lotação para 100 alunos, ocupa uma

área de 48 alqueires e possui doze construções de alvenaria e 11 de madeira. A Escola de Ivaí, distante 36 Km. da sede do município de Ipiranga, em plena zona rural pois, tem lotação para 65 alunos e ocupa uma área de 20 alqueires.

No governo de Moisés Lupion, prosseguindo na expansão da rede, construiu-se ou se deixou em construção mais as seguintes Escolas de Trabalhadores Rurais : Apucarana, Cambará, Clevelândia, Guarapuava, Jaguariaíva, Pirai do Sul, Santa Mariana, Tibagi, Tomazina, Foz do Iguaçu.

Um total, pois, de 22 Escolas-granjas, funcionando em regime de internato, situadas em sua maior parte na zona rural, dotadas de instalações ordinariamente excelentes, em área ampla, etc.

Lamentavelmente, o plano generoso de Manoel Ribas, por várias razões, não produziu os resultados que seria de esperar. Foram apenas, tais escolas, na maioria dos casos, um mau abrigo de menores abandonados, com frequência de menores com desvios da conduta moral, compulsoriamente orientados muito cedo para uma atividade profissional determinada, que, de comum, não foram seguir quando deixaram a Escola, e educados sem a assistência e a técnica pedagógica que o seu caso particular requeria.

A instituição de tais internatos, naquele número indicado e com aquelas instalações está, porém, aí, para ser aproveitada dentro de um plano mais racional de educação.

Atualmente, são instituições absolutamente erradas, de um ponto de vista da crítica pedagógica mais superficial.

A boa vontade de alguns diretores, técnicos e professores, não basta para vencer os erros de plano sobre que se assentam tais escolas.

Elas estão erradas, se as considerarmos como obra de assistência social aos menores abandonados ; estão erradas se as considerarmos como escolas de recuperação moral ; estão erradas se as considerarmos apenas como escolas de educação comum ; e estão erradas se as considerarmos como instrumentos de educação ligados aos interesses da produção de cada região e do Estado.

São, como instalações, excelentes escolas-internatos, excelentemente situadas, com capacidade para receber, anualmente, perto de 2.000 alunos internos. Se não são boas escolas, como unidades de um organismo, são instalações com que se pode contar num plano de organização racional da educação no Estado. A primeira medida, seria, evidentemente, desligá-las da Secretaria de Agricultura a que estão, desde as suas origens, subordinadas.

Formação comercial. — Seguindo os planos federais para o ensino comercial, o SENAC, partindo de fundamentos semelhantes aos do SENAI, constituiu, no Paraná, adotando uma orientação diferente, não uma rede de escolas, mas uma rede de vagas gratuitas, em escolas particulares, mediante um verdadeiro regime de subvenção (acordos de cooperação) a estas escolas. Independente desse regime de vagas gratuitas, o SENAC mantém em Curitiba, um «Escritório modelo», para ensino comercial, ainda dentro dos padrões federais deste ensino. No ano de 1952, foram feitos 17 de tais acordos de cooperação com escolas localizadas em Curitiba, Paranaguá, São Mateus do Sul, Iratí, Antonina, Palmeira, Ponta-Grossa, Imbituva, Lapa, União da Vitória, Jacarèzinho, Cambará, Londrina e Apucarana. Tal regime permitiu, naquele ano, uma matrícula a 916 alunos, dos quais 443 foram aprovados, 51 reprovados e 422 desistiram. Em certos casos, o SENAC do Paraná concede bolsas de estudos, bastantes para o pagamento da anuidade do aluno em uma escola particular de comércio. No ano de 52, foram conferidas 86 bolsas, para alunos de Curitiba, Iratí, Castro, Cambará, Paranaguá, Ponta-Grossa, Guarapuava, Londrina, Jacarèzinho e Rio Negro.

O SENAC do Paraná tem realizado anualmente o que se tem denominado o Grande Torneio Cultural do SENAC, que nos parece interessante descrever aqui :

— Cada Escola de Comércio inscreveria, — voluntariamente, é claro, pois trata-se de escolas particulares, — cinco candidatos ao Torneio.

Os candidatos submetem-se a provas e são, em vista delas, classificados.

Em função dessa classificação, as escolas são por sua vez classificadas.

Os alunos melhor classificados recebem um prêmio de valor substancial. Os professores que, nas respectivas escolas, lecionam a cadeira da matéria na qual o aluno foi premiado, são também premiados. E as escolas, pelos escores obtidos pela classificação de seus alunos inscritos no torneio, são classificadas e é publicada a classificação.

O relatório do SENAC, relativo ao ano de 1952, diz, a respeito : «A realização do torneio em tela veio oferecer excelente oportunidade ao SENAC, e ao nosso comércio, para que possam verificar o rendimento escolar através do ensino comercial no Paraná, além de premiar os esforços das instituições privadas, proporcionando-lhes os elementos indispensáveis para atender às necessidades do ensino técnico comercial».

A ressalva que o diretor do SENAC fêz, em carta escrita a superior hierárquico seu, é a de que os vários cursos particulares, sabedores do torneio, e devendo inscrever cinco alunos, fazem, desde início, uma seleção dos seus alunos mais fortes e os submetem a um regime especial de ensino, de modo que o plano adotado não conduz a resultados que reflitam o estado geral das referidas escolas, nem se pode esperar que, da sua aplicação, em sua forma atual, possa resultar, por aquelas razões, uma melhoria no padrão de ensino geral das nossas escolas de comércio.

* * *

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A lei paulista de 1846 estabelecia que, onde houvesse escolas públicas ou particulares, fosse criada uma comissão de três membros, cidadãos residentes no lugar, um nomeado pelo governo da Província e os outros dois pela Câmara Municipal, um dos quais, que poderá ser o pároco, desempenhará as funções de secretário.

A ideia dessas comissões atravessará a história de educação no Paraná, através de várias modalidades e vicissitudes. Já o presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos (1854) começa

dizendo, contra eles, que é «absurdo fazer procurar três, onde muitas vezes com grande dificuldade se acha apenas um», e alegando contra o plano que resultava em dar maior força ao poder municipal. Preconizava que se nomeasse um inspetor geral para a Província e, em vez das comissões locais, inspetores locais.

Mas, a lei, já paranaense, de 1857 :

«A inspeção e governo da instrução em toda a província compete : ao presidente da mesma ; a um inspetor geral da instrução pública ; aos inspetores dos distritos ; aos conselhos literários ; aos sub-inspetores. Os inspetores dos distritos serão escolhidos entre as pessoas que possuírem graus académicos ou que sejam de reconhecida ilustração ; haverá um em cada comarca.

«Em cada distrito da província haverá uma corporação com o título de conselho literário ide distrito, à qual pertence o exame sobre o estado da instrução primária e secundária do respectivo distrito, plano geral de estudos e particular de cada escola, regime, livros, economia e habilitação do pessoal, para prestar informações e conselho ao inspetor geral e inspetor do distrito. Esse conselho será composto dos vigários, dos presidentes das câmaras ou de delegados seus, dos sub-inspetores, que se reunirão sob a presidência do inspetor do distrito, em sessão ordinária anual, que terá lugar em maio ou junho, conforme as conveniências apreciadas pelo inspetor do distrito, a quem compete marcar com antecedência pelo menos de 30 dias ; além da sessão ordinária poder-se-á reunir extraordinariamente uma vez no ano por convocação do inspetor geral. O conselho literário celebrará as suas sessões ordinárias em três dias.»

Seguem-se instruções minuciosas sobre o funcionamento das sessões do conselho, com especificação da matéria a tratar, etc. Vêm, depois, as funções que cabem a todos os membros do conselho, segundo as quais devem eles visitar as escolas e exigir dos professores todas as informações necessárias, para comunicações ao inspetor escolar. Estabelecem-se as atribuições específicas de certos membros do conselho.

Assim, estabelece a lei que, aos vigários, em particular, compete a inspeção sobre o ensino religioso, moral e intelectual, podendo, nas visitas que fizerem aos estabelecimentos, marcar normas e instruções, sujeitando-as imediatamente à aprovação do inspetor do distrito, com recurso para o inspetor geral. Aos presidentes das câmaras em suas municipalidades, exigir que os professores supram os meninos pobres com livros, papel e mais objetos necessários para os exercícios escolares, etc.

«Em todos os lugares onde houver e que não fôr domicílio do inspetor do distrito, haverá um sub-inspetor.»

A ideia de tais Conselhos sofre várias reformas, substituiu-se por vezes pela dos inspetores apenas, — tudo, seguramente, no intuito de encontrar uma fórmula de execução que se adaptasse à realidade do ambiente paranaense. Às vezes, da ideia dos Conselhos regionais, passa-se a dos Conselhos gerais.

Assim, a 12 de abril de 1876, o presidente Adolfo Lameinha Lins assinava a Lei n' 456, dando organização à instrução pública da Província e, a 16 de julho do mesmo ano, baixava o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná.

A referida lei estabelecia, em seu art. 1º, § 12, que :

«Será criado um conselho literário, que será constituído com os lentes do Instituto.»

Esse Instituto, — Instituto Paranaense, que esta mesma Lei criava, era a escola, de nível secundário, fundamental do Estado, funcionando, junto dele, e praticamente com os mesmos professores, a Escola Normal do Paraná.

O Regulamento Orgânico, de julho, começava fazendo a correção que estava no próprio espírito da Lei referida e dizia, em seu art. 122 :

«O conselho literário será composto com os lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal, os quais serão seus membros natos e inadmissíveis.»

Voltemos, porém, um pouco atrás na ordem da exposição.

Segundo os termos da Lei e do respectivo Regulamento — «Regulamento Orgânico» — a direção dos negócios públicos

da educação compete ao Presidente da Província, ao Conselho literário e ao Diretor Geral da Instrução Pública.

Segundo o Regulamento, — que nos parece um documento de importância primacial na história da educação pública do Paraná, compete ao Conselho literário :

— dar parecer sobre todos os assuntos em que fôr consultado pelo seu presidente ;

— propor ao governo da Província todas as medidas que julgar necessárias para o desenvolvimento do ensino ;

— julgar as faltas dos professores ;

— processar qualquer dos seus membros por faltas cometidas no exercício do magistério ;

— adotar os compêndios para as aulas primárias e secundárias da Província ;

— louvar os professores, ouvido o Diretor Geral, que se distinguirem pelo seu merecimento ;

— examinar e adotar os melhores sistemas práticos de ensino ;

— reclamar do governo a criação de escolas públicas, e habilitar o Diretor Geral a mandar pôr em concurso as que estiverem vagas ;

— organizar semestralmente um mapa dos professores que devem ter acesso, o qual será remetido ao governo ;

— dar as bases para qualquer reforma ou melhoramento de que carecer a instrução ;

— confeccionar o Estatuto do Instituto e da Escola Normal— determinar os exames anuais dos alunos dos dois cursos secundário e normal;

— discutir uma memória histórica do relatório anual das necessidades da instrução a cargo do estabelecimento, cometido este trabalho a um professor escolhido pelo Diretor geral;

— organizar a folha para pagamento dos lentes do Instituto e Escola Normal, a qual será assinada pelo Secretário ;

— providenciar sobre tudo o mais que não fôr atribuição especial do Diretor geral.

E constitue competência do Diretor Geral, **o qual será escolhido entre os professores do Instituto, e** cujas funções

se definem, em geral, como sendo êle «o chefe da repartição da instrução e o intermediário de sua correspondência com o governo» :

— inspecionar o Instituto Paranaense e a Escola Normal, e presidir as sessões de sua Congregação, devendo-se notar que «o Conselho literário e a Congregação dos lentes do Instituto constituirão uma única corporação» ;

— convocar extraordinariamente o Conselho literário, presidi-lo e informar com o que lhe ocorrer ;

— dirigir e instruir todos os empregados da instrução por si ou pelos inspetores paroquiais ;

— visitar e inspecionar todas as escolas, colégios, casas de educação e estabelecimentos de instrução primária e secundária, pública e particular;

— manter correspondência oficial com todos os serventúrios do ensino ;

— prestar ao governo todas as informações que lhe forem determinadas em virtude de regulamento, ordem ou despacho ;

— manter disciplina nas escolas e fazer observar nelas o regulamento ou instruções do Presidente da Província ;

— fazer anunciar por editais, depois de autenticados pelo Conselho literário, os concursos para as cadeiras do sexo feminino ;

— levar ao conhecimento do governo, com todos os documentos que lhe forem entregues, os requerimentos dos candidatos nas vésperas dos concursos ;

— deferir juramento aos professores nomeados, mandando lavrar o competente termo ; esta atribuição poderá ser delegada aos inspetores paroquiais ;

— conceder licenças que não excedam de oito dias aos professores e empregados da instrução pública, fazendo imediatamente comunicação ao governo ;

— propor ao governo :

a) — a criação das escolas, a suspensão dos professores primários e secundários avulsos, dentro das disposições do Regulamento ;

- b) — a nomeação e demissão dos inspetores paroquiais ;
- c) — os indivíduos competentemente habilitados para o magistério público, e para as substituições dos professores impedidos, de acordo com o respectivo Regulamento ;
- d) — admoestar, repreender, multar, suspender até cinco dias, disciplinarmente, os professores da instrução primária e secundária, avulsos, de acordo com os termos da Lei ;
- e) — fazer processar, ouvido o Conselho literário, os papéis relativos às jubilações dos professores e remetê-los ao Presidente da Província ;
- f) — submeter ao governo os requerimentos sobre aposentadoria dos empregados da repartição a seu cargo ;
- g) — exigir as comunicações relativas à abertura de aulas e estabelecimentos de instrução e educação ;
- h) — conferir título de habilitação aos examinandos do Instituto, da Escola Normal e a aspirantes ao magistério, de acordo com os documentos fornecidos pelas comissões examinadoras ;
- i) — autorizar a experiência de novos métodos, ouvido o conselho literário, em uma ou mais escolas, participando-o ao governo ;
- j) — organizar a tabela da mobília e utensílios que cada escola deve ter, com declaração de valor e duração de cada objeto, e requisitá-lo ao governo ;
- k) — atestar sobre a moralidade, assiduidade e comportamento dos professores ;
- l) — apresentar ao Presidente da Província relatório, sobre estado, reformas, melhoramentos, mapa de escolas e alunos, orçamento de despesas com material e pessoal, — devendo esses relatórios ser anuais ;
- m) — assistir aos exames anuais das escolas primárias e secundárias, quando julgar conveniente ;
- n) — ouvir o Conselho literário em todos os casos que o Regulamento preveja, e sempre que julgar conveniente aos institutos de educação, ou quando lhe fôr lembrado oficialmente por um dos membros do Conselho ;

o) — servir de intermediário, na movimentação de papéis, entre os professores e o presidente da Província.

O plano paranaense de 1876 repousava, como se vê na ideia de que o Diretor geral teria simples funções de linha, funções quase apenas secretariais, enquanto a direção superior seria atribuição de uma Congregação de professores.

Em 1890, no após dia da proclamação da República, o novo Regulamento da Instrução Pública do Paraná, — regulamento que, pelas circunstâncias evidentes que o cercam podemos chamar o Estatuto da revolução para a educação pública, definindo melhor o sentido do pensamento do legislador anterior, e mantendo o instituto, diz em seu artigo 52': «À Escola Normal pertence, sob a presidência do diretor geral, exercer todas as atribuições que foram conferidas ao Conselho literário pelo Regulamento de 16 de julho de 1876, e a ela compete dar parecer sobre todos os assuntos relativos à instrução que forem de mero expediente». E, no artigo 53°: — «O diretor da instrução será escolhido pelo governo entre os lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal e perceberá a gratificação que lhe fôr fixada por lei». E, estendendo: «Art. 64. — Poderá o governo comissionar o professor de pedagogia da Escola Normal ou os delegados de que trata o § 5° "do artigo 51°» — (delegados especiais nomeados eventualmente pelo governo para exercer a inspeção no território do Estado) — «para visitar e fiscalizar as escolas, assim como indicar aos professores os métodos e programas mais convenientes, abonando-se para isso uma ajuda de custo com aplicação às despesas de transporte».

Este Regulamento, evidentemente, tinha bem o caráter de um Instituto orgânico e geral, que deveria dar lugar a um verdadeiro Regulamento, - e, com efeito, o governo do Estado, em 30 de março do ano seguinte, 1891, aprovava um Regulamento da Instrução Pública. Neste, a definição das atribuições do Conselho e do diretor geral praticamente repete as disposições de 1876.

Uma nova codificação, de 1895. não retorna mais à ideia

dos Conselhos. Parece que a revolução da República abandona os caminhos da revolução.

* * *

Na evolução da legislação do ensino público no Paraná tem destaque a reforma de 1915, constituindo um marco como a de 1876.

A lei nº 1.510, de 25 de março desse ano, —1915 — volta à ideia do Conselho, constituindo-o, ainda, de professores, um corpo de professores representativo dos vários setores da instrução pública. «Art. 6º — Fica instituído nesta Capital o Conselho Superior do Ensino com atribuições principalmente para o estudo dos horários, programas, métodos e processos a adotar nas escolas primárias, para a escolha dos livros didáticos, para a direção e apuração do recenseamento da população escolar do Estado, etc. § único. — O Conselho Superior será composto de cinco membros que serão : 1) — o Superintendente do Ensino ; 2) — um lente da Escola Normal ; 3) — um professor ou professora do grupo ou semi-grupo escolar; 4) — um professor ou professora de escola simples; 5) — uma diretora do Jardim de Infância».

Mas, a ideia nova de especial importância que o novo documento traz é a dos Conselhos Municipais : — «Art. 7º — Em cada município fica instituído um Conselho Local subordinado ao Conselho Superior e composto de três membros: o Inspetor escolar; o Prefeito municipal e um professor da sede do município, de preferência normalista».

Essa Lei, como já vimos, deu lugar a um Código de Ensino.

O art. 1º deste Código, dando passo atrás na orientação anteriormente adotada de entregar a educação aos educadores, estabelece já: «O Superintendente do Ensino, subordinado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, é de livre nomeação e demissão do Governo, que para esse cargo poderá comissionar um professor».

Ao Conselho local competia «agir de acordo com as determinações do Conselho Superior:

1° — fazendo cumprir rigorosamente as disposições deste Código relativamente à obrigatoriedade do ensino ;

2° — procedendo ao recenseamento da população escolar do município ;

3° — organizando anualmente um mapa da classificação das escolas do município em urbanas, suburbanas, rurais e ambulantes, mapa esse que, no começo de cada ano, enviará ao Superintendente de ensino ;

4° — fazendo no Município larga propaganda em prol da instrução popular ;

5° — levando ao conhecimento do Conselho Superior o que lhe parecer conveniente em relação ao ensino local e prestando todas as informações que, a esse respeito, lhe forem pedidas pelas autoridades competentes ;

6° — exercendo outras funções constantes deste Código».

* * *

A ideia dos Conselhos retorna, na legislação paranaense de ensino, em 1948. A Secretaria de Educação e Cultura remetera ao governador um ante-projeto de organização da referida Secretaria. Nesse ante-projeto voltava a ideia do Conselho Estadual de Educação. Por força de circunstâncias, tivemos oportunidade de dar a nossa opinião, naquele momento, a respeito. Preconizamos, então, que o Conselho fosse um órgão, não técnico como se pretendia, mas representativo da sociedade a que a educação devesse servir. A Secretaria teria, em sua estrutura, os seus órgãos eminentemente técnicos, cujo trabalho articular-se-ia com o do Conselho.

A solução adotada, então, em virtude dessa nossa interferência, foi, porém, uma simples solução de compromisso. Mais tarde, em 1949, ocupando nós mesmos a direção da Secretaria de Educação e Cultura, elaboramos um ante-projeto de Lei orgânica da educação, e aí o Conselho Estadual de Educação e Cultura adquiria a seguinte estrutura :

«I — Secretário de Educação e Cultura ;

II — «Staff» do Gabinete do Secretário: oito membros;

III — Dois representantes das associações de professores credenciados junto à Secretaria de Educação e Cultura, — um pelos professores primários e outro pelos professores secundários ;

IV — Um representante da Universidade do Paraná ;

V — Um representante das entidades culturais credenciadas junto à Secretaria de Educação e Cultura ;

VI — Um representante dos pais dos alunos ;

VII — Um representante da indústria ;

VIII — Um representante do comércio ;

IX — Um representante da agricultura ;

X — Um representante dos trabalhadores rurais ;

XI — Um representante dos meios operários».

E, completando :

— «Os representantes são designados pelo Governador do Estado :

a) — escolhidos de uma lista tríplice, organizada pelas entidades que, pela sua natureza e número de associados, melhor representem a classe respectiva ;

b) — livremente, quando não exista a entidade representativa».

— «Cada ano serão substituídos no Conselho três representantes, pela ordem estabelecida acima».

— «Os membros do «staff» do gabinete do Secretário, embora com direito de participação nas discussões, não têm direito de voto nas decisões do Conselho». Visava-se, assim, de um lado, a articulação dos serviços técnicos da Secretaria com o órgão representativo da sociedade, ressalvada, porém, a autonomia de decisão deste órgão.

Por outra parte, voltávamos à ideia dos Conselhos municipais de educação e cultura e fazíamos-os constituídos assim :

«I — Inspetor municipal de ensino ;

II — Diretor ou diretores de Grupos escolares e de estabelecimentos secundários e normais estaduais no Município;

III — Um representante, por distrito, dos professores das escolas isoladas ;

- IV — Um representante do comércio ;
- V — Um representante da indústria ;
- VI — Um representante da agricultura ;
- VII — Duas representantes das mães domiciliadas e residentes no Município ;
- VIII — Um representante dos trabalhadores rurais ;
- IX — Um representante dos meios operários.

E a ressalva : «Não podem ser designados para os Conselhos Estadual e Municipais, cidadãos não pertencentes à classe, ao setor da vida social ou ao distrito de que se trate. É, igualmente, vedada a representação por procuração».

Na definição das atribuições dos Conselhos estávamos limitados a uma inexplicável limitação da Constituição Estadual, que as define expressamente como apenas consultiva. Assim mesmo, deixámo-las definidas desse modo :

I — propor ao Secretário de Educação e Cultura as medidas que julgue necessárias para a Secretaria de Educação e Cultura cumprir seus objetivos ;

II — receber, diretamente, ou por intermédio do Secretário de Educação e Cultura, sugestões dos Conselhos municipais, utilizando-as na coordenação das suas próprias proposições, ou encaminhando-as, com parecer, ao Secretário ;

III — pedir à Escola Paranaense de Pedagogia os estudos e ante-projetos que julgue necessários, relativos à educação no Paraná ;

IV — opinar sobre os ante-projetos submetidos à sua apreciação ;

V — cooperar na execução dos planos estabelecidos, facilitando a formação de uma consciência social e a coordenação de forças da sociedade em favor dos serviços de Educação e Cultura ;

VI — elaborar o seu regimento interno ;

VII — apresentar, anualmente, relatório de suas atividades ao Secretário, no qual sejam apreciados os problemas da educação e cultura no Paraná e sejam sugeridas medidas que julgue necessárias.

Para completar a ideia da organização :

— Competia, entre o mais, ao «staff» do Secretário «servir como órgão de informação e sugestão ao Secretário, nas questões relativas ao planejamento, à organização, ao comando, à coordenação e ao controle dos serviços da Secretaria».

— Competia à Escola Paranaense de Pedagogia, entre outras funções, estudar e elaborar, por solicitação dos outros órgãos da Secretaria de Educação e Cultura, ou por iniciativa própria :

a) — o ante-projeto de leis, regulamentos, programas, normas técnicas, esquemas da organização interna das instituições educacionais, planos de organização da rede de unidades do sistema escolar, planos de campanhas especiais de educação, planos de adaptação do sistema escolar às peculiaridades ecológicas, e outras resoluções da mesma natureza, de ordem técnico-pedagógicas ;

b) — o plano do material técnico-pedagógico necessário à atividade educacional, como provas para medida objetiva do rendimento escolar e outros elementos dessa natureza.

— Os ante-projetos referidos em a, seriam encaminhados pelo Secretário de Educação e Cultura ao Conselho Estadual para receber o seu parecer, voltando, em seguida, ao Secretário, que aprova ou veta o que seja de sua competência, e os encaminha ao Governador do Estado, se necessário, sempre fazendo acompanhar o estudo elaborado do parecer do Conselho Estadual e, quando julgar conveniente, de sua própria opinião.

— Como se vê, segundo esse plano — que sofre, como dissemos, uma pesada limitação imposta pela Constituição do Estado, os técnicos resolvem o problema do ponto de vista técnico, o órgão representativo da sociedade opina sobre a solução, o órgão político decide. Aprovada a solução, o órgão representativo da sociedade «coopera na execução dos planos estabelecidos», agindo por dois modos : «facilitando a formação de uma consciência social» e facilitando «a coordenação de forças da sociedade».

CONCLUSÕES

a) — O meio e as condições históricas da formação criaram, no Paraná, caracteres e problemas sociais e psicológicos específicos, uns do Paraná e outros das várias regiões do Estado.

É imperativo aprofundar o estudo de tais caracteres e problemas e conformar com eles o que cabe ser diferencial na teleologia pedagógica.

Permitimo-nos avançar um pouco além do terreno exclusivo das conclusões da matéria anterior, para dizer que, essa parte que cabe diferenciar, há de ter em vista: primeiro, aqueles caracteres e problemas referidos ; depois, há de considerar os caracteres e problemas específicos do ambiente próprio de cada escola; numa terceira etapa, precisa ponderar os caracteres e problemas de cada meio familiar; e, por fim, os caracteres e problemas de cada educando.

E, colocando o acento sobre um ponto : a criança só pode ser conhecida integrada na compreensão do complexo, da orgânica familiar e a educação escolar ; frequentemente, só se poderá aspirar a educar a criança educando o complexo familiar.

b) — Destacamos o problema que decorre do fato de que o paranaense, em geral, é bem dotado fisicamente, mas, não obstante isso, situa-se muito aquém da normalidade de seu desenvolvimento, entre o mais e talvez sobretudo, por razões alimentares. De outra parte, as condições da formação demográfica do Estado estão trazendo para a Paraná problemas de saúde que dia a dia mais se agravam. Problemas, de resto, variáveis de região para região. E aqui, transferindo-nos para as consequências pedagógicas desses fatos, fica mais uma vez evidente que não podemos, face a esses problemas — como sempre — educar os adultos através da criança. A própria educação da criança só é rapidamente eficaz quando ela é educada através dos adultos que a cercam. A orgânica familiar.

Pensaríamos, em atenção àqueles fatos, que é preciso colocar a educação para a saúde e a plenitude física na base da

educação pública. E que é necessário criar para a escola, sobretudo a primária, a técnica de uma dinâmica nova que a faça capaz de, em casos necessários, colocar o seu objetivo na educação do complexo familiar.

c) — Desde as suas origens, no Estado, a escola primária é uma escola para crianças de 7 a 14 anos. E essa situação permanece até o presente. Mas, contra isso, o melhor conhecimento de organização do sistema escolar recomenda que a criança, ao atingir a idade de 11 a 12 anos, seja transferida para um novo tipo de escola. Trata-se de um novo período da vida infantil, com novas e profundas necessidades peculiares, que devem ser atendidas em um novo tipo de escola.

d) — O nosso sistema de ensino médio é um caos e repousa sobre vários erros. Com efeito :

— É, nos seus fundamentos, uma organização apenas para os que tem o curso primário completo. Essa situação é tão falsa que o SENAI, mesmo destinando-se a alunos já com 14 anos, viu-se obrigado a organizar os seus C. P. (cursos preparatórios). De outra parte, as Escolas de Trabalhadores Rurais obrigam-se a ter cursos primários e o SENAI e a «Escola Técnica» de Curitiba obrigam-se a baixar o nível dos exames de admissão muito abaixo do nível do 4º ano primário. Trata-se, pois, (vê-se já por esses poucos fatos) de uma situação teórica errada, que a realidade mesma se encarrega de obrigar a corrigir, e nessa correção estamos usando soluções imperfeitas, por erro de ponto de partida. De outra parte, considerem-se as razões que podem determinar tal fato. E, entre essas razões, lembrêmo-nos que o operário adulto de Paris tem a idade mental média de 12 anos.

— Evidentemente, começar um ensino profissional qualquer aos 11-12 anos é um erro insustentável.

— O fato de que parece já injustificável abrir, no Paraná, novas escolas de ensino profissional porque o nosso mercado de trabalho não as comporta mais, demonstra que estamos persistindo no erro de considerar que o homem destinado ao trabalho chamado, qualificado, precisa de formação escolar e o destinado ao trabalho chamado, não qualificado, a dispensa.

— Tudo o que temos de sondagem vocacional é apenas uma medida de experiência, completamente desintegrada do plano geral escolar.

— Consideremos que, aos 11-12 anos, todo o jovem deve passar a uma escola do grau médio, seja qual fôr o grau de instrução e de desenvolvimento mental que possua, e esse simples fato, que é um imperativo decorrente de necessidades biológicas, é bastante para mostrar a profundidade dos erros de organização do nosso ensino médio.

O que se pretende, com o que ficou dito atrás, resume-se assim :

— A escola primária é destinada aos alunos de 7 a 11 anos, exclusivamente.

— A partir dos 11-12 anos, inicia-se a escola secundária, seja qual fôr o grau de conhecimento ou de desenvolvimento mental a que o escolar tenha atingido.

— Tanto na escola primária como na secundária é preciso constituir a variedade de classes necessárias para poder receber a variedade dos tipos de alunos que afluem a uma e a outra.

— Tal plano não representa uma política inexecutável na situação atual da educação no Paraná.

Não é inexecutável. Com efeito, vejamos, por hipótese, um caminho. Partamos da ideia de que a criança, toda a criança, aproximadamente ao iniciar o 12' ano de idade, deve passar para uma nova escola, — a escola de grau médio, — dotada de alta flexibilidade em suas formas, para poder receber a todos.

Em primeiro lugar, com tal idade, a nossa população é de 54.752 crianças : 28.261 meninos e 26.491 meninas.

Desses, 14.163 meninos e 13.021 meninas, apenas, sabem ler e escrever. Isto é, tão somente a metade de nossas crianças, nessa idade, está alfabetizada.

Isto quer dizer que o nosso sistema escolar de ensino médio precisaria prever a existência de uma escola de alfabetização, para uma considerável massa ; consideremos que o índice

de 50 % de analfabetos, com pequena diminuição, será o índice do analfabetismo geral da população com mais de 15 anos. Isso quer dizer que aquela escola de alfabetização, destinada às 27.000 crianças com 12 anos de idade e analfabetas deve abrigar, se se destina a alunos até 15 anos, na verdade, 124.000 crianças, que essa é a cifra que exprime 50 % do total da população de 11 a 15 anos.

E, para isso, teríamos de, não só formar professores, informados de uma pedagogia da puberdade e do período da adolescência que segue imediatamente à puberdade, mas, de fato, criar a pedagogia de uma escola primária completa, de recuperação, dentro das exigências bio-psicológicas de idade.

E tal escola deve ter, em geral, um caráter transitório, pois que, na verdade, em geral, não deve de futuro ocorrer que chegue aos 12 anos, analfabetos, 50 % de nossa população. É uma escola, em verdade, para uma emergência.

Mas, esses 50 % de analfabetos aos 12 anos, por que o serão ainda ? Devemos supor que se trate, em sua grande maioria, de casos de simples retardados pedagógicos. Teremos, porém, de contar com os casos de retardamento mental. Não dispomos de investigações a esse respeito, diretamente aplicadas ao nosso caso. Mas, conhecemos as impressionantemente coincidentes estatísticas que, estudando a criança proletária, no mundo, têm mostrado que, entre elas, os índices de inteligência costumam ser inferiores aos índices das crianças das classes abastadas ou mesmo médias. Temos fortes razões, em fatos observados, para supor que as nossas populações suburbanas e rurais apresentam o mesmo fenômeno, e talvez em números muito mais impressionantes. Já se está vendo como a pedagogia brasileira é uma espantosa superficialidade.

Por outra parte, ainda, já nesta idade — 11 aos 15 anos — não só os interesses bio-psicológicos são diversos, mas diversas são as exigências pedagógicas : é um período de orientação.

Dir-se-á que é impossível a solução de tal problema. Mal temos possibilidade de escolas para abrigar a população escolar atual dos 7 aos 11 anos, quanto mais possibilidade de abrir,

além dessas, escolas de um novo tipo, para uma população igual àquela — de crianças, agora, dos 12 aos 15 anos. Os nossos professores da zona rural mal podem dar conta dos problemas de alfabetização e não poderão dar conta, com sobra razão, ide uma escola de novo tipo, destinada à puberdade, etc. Se os meninos, dos 12 aos 15 anos, precisam, de preferência, de professores homens, como poderemos contar com eles se o nosso magistério é praticamente, todo êle, feminino ?

O magistério com que podemos, na realidade, contar, na zona rural — poderá, acaso, atender às novas exigências pedagógicas, e, em particular, às relativas à orientação ?

Não obstante a gravidade dessas objeções, cremos que elas são a resposta, apenas, da rotina.

É necessário repensar o problema, na preocupação de encontrar uma solução.

Mas, de outro lado, quem é essa criança de 12 a 15 anos e que faz ela no Paraná ?

37.000 moram em cidades ; 20.000 na zona suburbana ; 190.000 na zona rural. É preciso dizer-se que as nossas estatísticas consideram cidades, agrupamento mais ou menos densos também em plena zona rural. A porcentagem de analfabetismo na zona rural é de mais de 60 %, nessa idade.

E que fazem as crianças de 12 a 15 anos na Paraná ?

45.000 trabalham na agricultura : 38.000 m; 7.000 f.

5.000 trabalham na indústria: 2.200 m; 2.800 f.

1.900 trabalham no comércio : 100 m; 1.000 f.

4.500 trabalham em outras atividades: 1.300 m; 3.200 f.

130.000 estão na escola ou em atividades domésticas não remuneradas : 45.000 m ; 85.000 f.

65.000 não fazem nada: 38.000 m; 27.000 f.

As estatísticas do SENAI davam, para menores trabalhando na indústria, no Paraná, 3.853.

Segundo essas estatísticas, a distribuição de tais menores era a seguinte, pela natureza das indústrias:

Alimentação	311
Vestuário	80
Const. civil	226
Mad. e mobiliário	1.147
Urbanas	52
Extrativas	158
Fiação e tecelagem	399
Art. de couro	165
Química e farm.	273
Papel	104
Gráficas	138
Vidros	282
Met. e mec.	294
Inst. musicais	19
Diversas	201
Total	3.853

Dos que estão estudando, segundo os dados de que dispomos :

Aprendizagem industrial	1.181
Cursos de formação de prof.	3.287
Cursos secundários	13.574
Total	18.042

Das 247 mil crianças de 12 a 15 anos, no Paraná, já sabemos, 56.000 trabalham ; 130.000 ocupam-se em atividades escolares ou em atividades domésticas não remuneradas ; 65 mil não fazem nada.

É, pois, nesses três grupos que estão distribuídos os alunos que hão de ser recrutados para aquelas nossas escolas de alfabetização e orientação, para menores de 12 anos.

Quais são as consequências que o fato traz consigo ?

As 56 mil que trabalham representam, em seu lar, ou para si mesmas, uma força económica e é preciso ter em conta tal fator. Representam o mesmo fato, porém, com grande atenuação, aqueles dos 130 mil que se ocupam em atividades

domésticas. Não representam dificuldade especial, do ponto de vista que estamos considerando, as 65 mil que nada fazem.

Qual a percentagem de analfabetos em cada um dos três grupos ? Infelizmente não dispomos de nenhum dado que nos permita julgar, nem mesmo indiretamente, de tal extensão.

Em todo o caso, se considerarmos que aos 12 anos, um pouco menos de 40 % das crianças da zona rural já estão alfabetizadas, podemos calcular que das 45 mil que trabalham na agricultura, teremos de nos haver apenas com umas 27 mil. Dado o fato que a agricultura não é uma ocupação de tempo integral durante o ano, podemos contar, dentro de uma bem estudada distribuição do tempo escolar e de uma ampla flexibilidade de planos de duração da vida letiva, acomodados às várias regiões do Estado, — podemos contar com uma possibilidade de trazer para a escola a massa maior dos menores ocupados em atividades económicas. De outra parte, devemos supor que a maioria daqueles 45 mil menores pertence às idades mais altas do grupo de idade idos 12 aos 15 anos. Acrescentemos a tudo isso, que o problema do trabalho desses menores não deixa de se apresentar, talvez exatamente nas mesmas proporções, para as crianças de 7 a 11 anos, e, no entanto, ninguém pensaria em que, decorrente disso, devêssemos desistir de nossas atuais escolas primárias ou não pensar na obrigatoriedade escolar, essa imperativa medida que não sei que fatores ainda retardam de ser aplicada entre nós.

O que é necessário é revelar tais fatores, encontrá-los e revelá-los, colocá-los no jogo dos elementos que temos de ponderar, e encontrar, ainda que complexa, a maneira de vencê-los.

Quanto aos professores, uma vez que o ensino não vai ser, provavelmente, de tempo letivo anual integral, suponho que será possível pensar nos mesmos das nossas classes primárias atuais, ocupados e pagos em regime de tempo de trabalho suplementar. Talvez o mesmo se possa dizer dos locais.

Agora, o problema mais complexo, o da possibilidade de dar à escola para esses alunos o padrão que elas devem, efetivamente, ter.

Em primeiro lugar, digamos que, mesmo não podendo dar à escola primária atual o seu padrão justo, nem por isso deixamos de pensar nelas, de abri-las todos os dias, fazendo-as dar mesmo apenas o mínimo que é possível, por ora, obter de muitas delas. Parece-nos que a mesma mentalidade deve impregnar o esforço para as nossas escolas destinadas às crianças de doze anos a quinze. Independente disso, desde logo, é certo que a escola de simples alfabetização será possível dar a essas nossas crianças. Em certos centros, será, evidentemente, possível fazer muito mais.

Consideremos o caso de Curitiba. Temos, aqui, uma população de 14 mil menores, dos 12 aos 15 anos. Desses, mais ou menos mil não sabem ler e escrever.

Recentemente a Secretaria de Educação e Cultura abriu, em um dos grupos da Capital, um turno das 17 às 19 horas, e recebe, aí, indiscriminadamente, quem aparecer para se matricular. Não seria o caso de abri-lo apenas para menores de 12 a 15 anos ? Não seria o caso de realizar aí a primeira experiência da escola que temos de criar para tais alunos ? Não é certo que aqui não temos problemas nem de local, nem de número ou qualidade de professores para enfrentar tal problema ? Não é verdade, de outra parte, que o Estado pode, para essa experiência, inclusive utilizar um sistema de transporte de alunos, com os ônibus que possui para o serviço de turismo? E não é verdade que 1.000 alunos são uma alta matrícula para toda uma grande escola ?

E o mesmo não se poderá dizer de cidades como Ponta-Grossa, Paranaguá, Iratí, etc.

E não é verdade que aquele horário das 17 às 19 horas não interfere com a vida da criança como fator económico da família ? Ou, pelo menos, que não há, aqui, um problema insolúvel, no caso de tais escolas em nossas maiores cidades ?

E, em tais escolas, poder-se-ia experimentar e criar o padrão da escola desse tipo para o caso que estamos considerando. E tais escolas poderiam, ainda, servir depois, como centros de treinamento de professores para as outras escolas do Estado, da mesma natureza e finalidade.

Talvez fosse, mesmo, o caso de criar vários tipos de escolas, de vários padrões — uma escala de padrões — para que, na aplicação no interior, pudéssemos dispor de vários modelos a usar, segundo os professores de que pudéssemos dispor.

Resta, apenas, um problema, mas esse é, segundo entendemos, o mais grave. É o problema de trazer tais crianças para a escola. Evidentemente, a solução justa é a obrigatoriedade. Se não pudermos contar com ela, teremos de contar com os meios suasórios, e, creio, será de mobilizar, fundamentalmente, duas forças: fazer uma escola atraente e realizar uma profunda mobilização de forças de propaganda. Não nos parece que haja outros caminhos. Mas, evidentemente, também aqui, temos pelo menos um caminho por onde começar. Também aqui, não estamos barrados em definitivo para a ação. Independentemente disso, recordemos o artigo 168 da Constituição federal : «A legislação do ensino adotará os seguintes princípios : I — o ensino primário é obrigatório...»

Por isso, porém, temos cuidado apenas de um tipo das escolas para crianças de doze a quinze anos.

Seria o caso de organizadas aquelas escolas, e na medida em que o forem, ir transferindo para elas as crianças que frequentam a escola primária comum, e têm aquela idade dos 12 aos 15 anos. Consideremos, ainda, o fato de que, dentre os alfabetizados, há os que devem terminar o curso primário.

Teremos, depois disso, de considerar o caso das crianças que já concluíram o curso primário, e estão naquela idade de 12 a 15 anos.

Sem podermos dizer se estão eles compreendidos dentro daqueles limites de idade, sabemos que :

1.181 fazem cursos de aprendizagem industrial

3.287 fazem cursos de formação de professores

13.574 fazem cursos secundários oficiais.

Números irrisórios!

Vê-se, com evidência, a fundamental deficiência do nosso ensino médio, que, assim, se converte, hoje, talvez, no ponto nevrálgico da organização do sistema escolar público.

e) — Passando a outro ponto, na ordem de nossas conclusões : os estudos sobre a infância e a juventude do Paraná são extremamente deficientes e é tarefa urgente promovê-los com intensidade proporcional ao nosso atraso a respeito.

f) — Nenhum plano de organização racional do sistema escolar público pode aspirar a uma estruturação e aplicação satisfatórias sem um plano complementar, de realização progressiva, de obrigatoriedade escolar e de assistência financeira plena.

g) — É imperativo constituir um sistema, orgânico e permanente, de preparação em serviço para o magistério dos graus elementar e médio, nas suas várias modalidades. E não é possível nenhuma improvisação neste esforço. Pelo momento, tal preparação deve visar a comunicação de técnicas de ensino fáceis de assimilar e realmente eficazes.

REFERÊNCIAS

- 1 AZOR DE OLIVEIRA CRUZ — «O problema dos escolares Retardados» — Aspectos alimentar e médico-social.
- 2 DAVID CARNEIRO — «História Psicológica do Paraná». Editor Dicesar Plaisant. Curitiba—1944.
- 3 EMÍLIO WILLEMS — «A aculturação dos alemães no Brasil».
- 4 ERNESTO NIEMEYER — «Os alemães no Paraná». Esboço Histórico. Publicado em «Os alemães nos Estados do Paraná e de Santa Catarina». Impresso na Imprensa Paranaense. Curitiba—1929.
- 5 EUCLIDES BANDEIRA — «Respiços Históricos». Impresso na Tipografia Favorita. Curitiba—1939.
- 6 FRANCISCO NEGRÃO — «Memória sobre o ensino e a educação no Paraná de 1690 a 1933». Publicada em «Cincoentário da Estrada de Ferro de Paraná. Impresso na Imprensa Paranaense. Curitiba—1935.
- 7 FOLVIO DUTRA POLENGHI e JAYME DRUMMOND DE CARVALHO — «Importância da ovo-helminthoscopia no meio escolar. Publicado na Revista do Departamento de Saúde Pública do Paraná. Curitiba. Ano II. N° 2 — 1952.
- 8 IBGE — «Estado do Paraná» — Resultado do recenseamento de 1950. Rio —1953.
- 9 JAYME DRUMMOND DE CARVALHO e AZOR DE OLIVEIRA CRUZ — «Estudo do Estado Nutritivo do escolar de Curitiba» —1952.
- 10 JOAQUIM FARIA GÓES FILHO — «O preparo da mão de obra na fase de industrialização do Brasil». Edição Mimeografada. Sem data.
- 11 LEO WAIBEL — «Princípios da colonização europeia no sul do Brasil». Publicado na Revista Brasileira de Geografia. Rio. Ano XI. N° 2. Abril - Julho — 1949.
- 12a REINHARD MAACK — «Notas preliminares sobre o clima, solos e vegetação do Estado do Paraná. Publicado nos Arquivos de Biologia e Tecnologia IBPT da Secretaria de Agricultura. Curitiba. Volume III—1948.
- 12b IDEM — «Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná». Organizado e desenhado pelo Serviço de Geologia e Petrografia do IBPT, da Secretaria de Agricultura, em colaboração com o Instituto Nacional do Pinho—1950.
- 13a ROMARIO MARTINS — «História do Paraná». 2ª edição. Editorial Rumo Ltda. São Paulo. Curitiba—1939.
- 13b IDEM — «Retrato do Paraná». Artigo publicado na, Ilustração Brasileira. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV. N° 224. Dezembro —1953.
- 14 SALUSTIANO SANTOS RIBEIRO — «Estudo Sumário das endemias rurais no Paraná—Publicado na Revista do Departamento de Saúde do Paraná. Curitiba. Ano II. N° 2—1952
- 15 SEBASTIÃO PARANÁ — «Chrographia do Paraná» — Livraria económica. Curitiba —1899.
- 16 SETTE RAMALHO — «Antropologia do Brasileiro do interior paranaense». Biblioteca Militar. Rio—1943.
- 17 TEMISTOCLEÁ LINHARES — «Paraná Vivo» — Um retrato sem retoques. Editora José Olímpio. Rio—1953.
- 18 WERNER AULICH — «O Paraná e os Alemães». Estudo caracterológico sobre os imigrantes alemães. Edição do Grupo Étnico Germânico do Paraná para as comemorações do centenário da emancipação política do Estado. Curitiba—1953.

Este livro foi composto e impresso por
"Marques-Saraiva" Estabelecimentos Gráficos
S/A., situado à Rua Santos Rodrigues, 240,
Rio de Janeiro, 1953.